RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

70

COPEL

Pura Energia

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/COPELDISTRIBUICAO1581076428022025.pdf
Hash:174172767149c173acf5404fcca1c44678e6b993f5

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Copel Distribuição referentes ao exercício de 2024.

Este ano iniciamos uma nova gestão na Companhia que, ao longo dos anos, se consolidou como uma das melhores distribuidoras de energia do Brasil, sempre comprometida com a inovação tecnológica e com investimentos que visam melhorar a qualidade da energia distribuída a seus clientes e consumidores.

No desempenho econômico-financeiro, alcançamos resultados positivos históricos, com Lucro Líquido de R$ 1,1 bilhão, R$ 564,9 milhões acima do resultado de 2023, um Ebitda de R$ 2,6 bilhões, frente a R$ 1,6 bilhão no ano anterior, e um robusto caixa operacional de R$ 1,7 bilhão. Estes resultados são reflexos da capacidade tecnológica e da busca constante por eficiência.

Nossos investimentos atingiram R$ 2,2 bilhões de reais no ano, aplicados na expansão da rede de distribuição, na modernização da infraestrutura e no aumento da resiliência do sistema elétrico. Mais cinco novas subestações de 138kV foram inauguradas, além da construção de 3.289 km de linhas de distribuição. Continuamos investindo no Programa Transformação, através do projeto Paraná Trifásico, com investimento de R$ 703 milhões em 2024 com 5,3 mil km de linhas instaladas, do projeto Redes Elétricas Inteligentes – REI com investimento de R$ 290 milhões no ano, devendo atingir o total de 1,7 milhão de medidores até 2025, e do projeto Confiabilidade Total com R$ 86,5 milhões aplicados para a modernização e automação de equipamentos.

Os investimentos aplicados na área de concessão, potencializados pela capacidade técnica da nossa equipe, foram fundamentais para enfrentar mais um ano marcado por desafios climáticos, como temporais e enchentes, que impactaram a infraestrutura elétrica nas áreas de atuação da Copel Distribuição. Os nossos indicadores permanecem alinhados às metas estabelecidas em nosso contrato de concessão e refletem a busca permanente pela excelência operacional e a qualidade na prestação de serviço.

Em 2024, a Companhia foi reconhecida por sua excelência, conquistando o primeiro lugar no Prêmio Abradee 2024, na categoria de Gestão da Inovação, além de mais uma vez receber o Prêmio Aneel de Ouvidoria. Foi também finalista do Prêmio Year in Infrastructure, promovido pela Bentley Systems, na categoria Transmissão e Distribuição.

Em relação aos aspectos ESG, além dos programas e iniciativas contínuas, destacamos uma nova edição do programa Aluno Energia, lançado em 2023. O objetivo é estimular a permanência dos estudantes universitários no curso de Engenharia Elétrica, combatendo a evasão acadêmica.

Destacamos, ainda, o lançamento do projeto de eficiência energética que, através de Chamada Pública, foram selecionadas escolas estaduais e municipais do Paraná que estão sendo visitadas, de forma a identificar possibilidades de substituição de equipamentos e instalação de painéis fotovoltaicos.

Em 2025, seguimos enfrentando desafios, reforçando o nosso compromisso em garantir a qualidade e continuidade dos nossos serviços, buscando a redução do tempo e da quantidade de interrupções que os consumidores permanecem sem energia elétrica.

Agradeço aos nossos clientes, parceiros e a todos os 3.199 colaboradores da Copel Distribuição, cujo engajamento e determinação foram fundamentais para o atingimento destes resultados. Juntos, somos protagonistas de um momento histórico de crescimento e inovação da Companhia, garantindo a sua continuidade e contribuindo para o bem-estar da sociedade paranaense.

Marco Antônio Villela de Abreu
Diretor Geral da Copel Distribuição

1. A Copel Distribuição

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição, Cope DIS ou Companhia) é uma companhia aberta registrada na categoria "B", subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), com atuação somente no segmento de distribuição de energia elétrica, que opera e mantém as instalações nos níveis de tensão até 138kV, atuando conforme as melhores práticas setoriais e normas aplicáveis, na operação, manutenção, planejamento do sistema elétrico e modernização das instalações, de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço prestado.

A Companhia opera na distribuição regulada de energia elétrica em 394 municípios do Paraná, dos quais Guarapuava e Coronel Vivida são atendidos parcialmente, e Porto União em Santa Catarina. O atendimento alcança 5,2 milhões de unidades consumidoras distribuídas nas classes residencial, industrial, comercial, rural, poder e serviços públicos, iluminação pública e supridas.

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Controladora, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas.

As principais obrigações e prerrogativas da Companhia estabelecidas no Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 46/1999, prorrogando a vigência da concessão até 07.07.2045, são: realizar a operação e manutenção das instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço; realizar prestação de serviço adequado; organizar e manter o controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão; gerenciar os recursos financeiros; realizar investimentos necessários à prestação do serviço e expansão do sistema elétrico; obter energia elétrica ao menor custo disponível; prestar contas à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, conforme previsto em lei; entre outros. Cabe ao poder concedente e à Aneel expedir normas, instruções e regulação, as quais serão condições implícitas ao contrato; realizar o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do contrato.

• Participação no Mercado

Área de concessão Km	194.854
Nº de municípios	395
Consumidores cativos	5.184.324
Empregados	3.199
Participação no mercado em 2024 (1)	
Brasil (2)	6,5%
Sul (2)	35,2%
Paraná (3)	97,4%

(1) Mercado fio de distribuição
(2) Fonte: EPE - Empresa de Pesquisa Energética
(3) Dado estimado

• Prêmios e certificações em 2024

Prêmio	Concedido por
Certificado Empresa Cidadã	Conselho Regional de Contabilidade - CRC-RJ
Prêmio Abradee Gestão da Inovação 2024	Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
Prêmio Year in Infrastructure - finalista na categoria Transmissão e Distribuição	Bentley Systems
Prêmio Aneel de Ouvidoria	Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica

• Copel DIS em números

EM R$ MIL	2024	2023	VARIAÇÃO %
Indicadores contábeis			
Ativo Total	23.567.303	21.831.126	8,0
Caixa e equivalentes de caixa	1.734.522	626.708	176,8
Dívida total	7.867.907	6.070.896	29,6
Dívida líquida ajustada	6.133.385	5.443.183	12,7
Receita operacional bruta	25.233.913	21.977.990	14,8
Deduções da receita	(8.203.459)	(6.892.283)	19,0
Receita operacional líquida	17.030.454	15.085.707	12,9
Custos e despesas operacionais	(15.048.163)	(13.983.116)	7,6
Resultado das atividades	1.982.291	1.102.591	79,8
Ebitda ou Lajida	2.574.517	1.623.892	58,5
Resultado financeiro	(525.920)	(475.102)	10,7
IRPJ/CSLL	(322.349)	(58.368)	452,3
Lucro operacional	1.456.371	627.489	132,1
Lucro líquido do exercício	1.134.022	569.121	99,3
Patrimônio líquido	7.665.584	6.782.865	13,0
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	415.000	229.800	80,6
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,1	0,9	22,2
Liquidez geral (índice)	0,9	0,9	—
Margem Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/receita operacional líquida) (%)	15,1	10,8	39,8
Lucro por ação - ações ordinárias	0,21109	0,10602	99,1
Valor patrimonial por ação - R$ (patrimônio líquido/quantidade de ações)	1,4	1,3	7,7
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	102,6	89,5	14,6
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	8,6	4,2	104,8
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	6,7	3,8	76,3
Participação de capital de terceiros (%)	67,5	68,9	—
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (1)	16,7	8,6	0,9

(1) Lucro Líquido / Patrimônio Líquido inicial

2. Gestão ESG (Ambiental, Social e Governança)

A Copel é signatária do Pacto Global desde sua criação em 2000 pelo então Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, Kofi Annan, sendo pioneira no setor elétrico brasileiro ao ter sua participação homologada em 2001. Desde 2018, a empresa reforçou seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à energia.

Em 2021, a Copel desenvolveu seu Plano de Neutralidade de Carbono, consolidando o tema como uma de suas prioridades. Na Visão 2030, a descarbonização da matriz de geração elétrica foi destacada como meta central. Além disso, a Visão 2030 incorporou compromissos com ética, governança e diversidade, com destaque para a ampliação da presença feminina em posições de liderança.

Ao traçar seu planejamento para a próxima década, a Companhia busca intensificar a integração das preocupações ambientais, sociais e de governança (ESG) em suas ações e decisões estratégicas.

2.1. Gestão Da Sustentabilidade

A Copel gerencia a sustentabilidade por meio de áreas especializadas voltadas paras as temáticas ESG. A Controladora estabelece diretrizes corporativas que são disseminadas em toda a empresa, incluindo suas subsidiárias, por meio de políticas e normas abrangentes.

A Companhia possui equipes específicas para a gestão de questões socioambientais, adequando suas ações às particularidades de cada operação. Essas iniciativas visam garantir conformidade socioambiental e alinhamento às melhores práticas de mercado.

O desempenho em sustentabilidade é monitorado internamente e avaliado por meio de índices especializados, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e o Corporate Sustainability Assessment (CSA) da S&P Global. Esses indicadores permitem comparações com outras empresas e fornecem insights para a melhoria contínua nas dimensões ESG.

2.2. Governança Corporativa

A Copel Distribuição segue as diretrizes de sua controladora nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma companhia de capital aberto, dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia e suas partes interessadas.

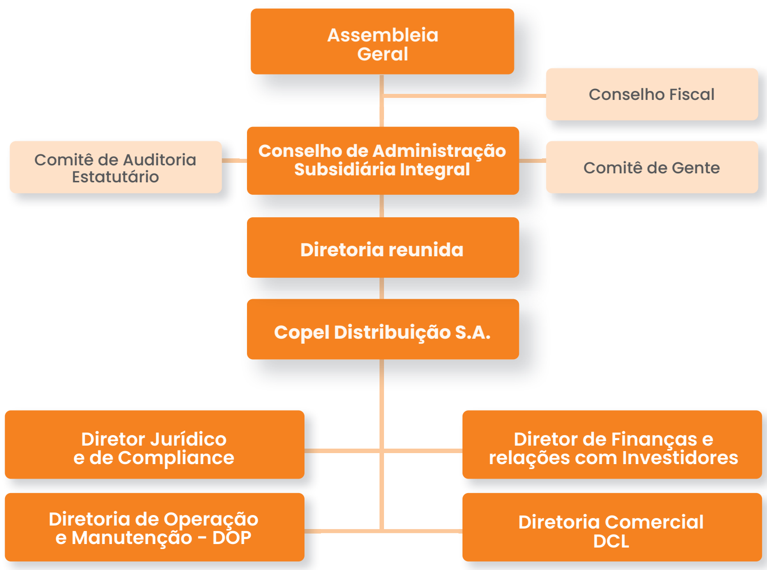
Após a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador ("Corporação"), a Copel deu continuidade à adoção de uma série de mecanismos para fortalecer sua estrutura de governança corporativa, aperfeiçoando seus instrumentos e buscando manter uma estrutura robusta que acompanha a evolução das práticas de mercado.

O Estatuto Social da Copel, foi reformado em 2024, trazendo modernização e melhorias de governança, dentre elas a nova denominação "Diretoria Executiva", compreendidas as funções de Presidente e Vice-Presidentes, ou seja, funções com direito a voto, ajustes nas competências da Assembleia Geral, incluindo a possibilidade de deliberação de matérias submetidas pelo Conselho de Administração, de modo a zelar pela boa governança e refletir as melhores práticas de mercado, otimização da composição do Conselho de Administração, permitindo uma composição variável, inserção de cláusula quanto ao exercício dos cargos dos membros da Diretoria em tempo integral e com dedicação exclusiva e adoção do Conselho Fiscal não permanente, nos termos da Lei. A Copel Distribuição conta com seu Conselho de Administração focado na orientação e planejamento do negócio.

O registro da Copel Distribuição como companhia aberta na categoria B na Comissão de Valores Mobiliários - CVM é parte do planejamento estratégico da Companhia e não visa a emissão de ações.

2.2.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança atual da Companhia é a demonstrada a seguir:



Assembleia geral Fórum no qual o acionista tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções consideradas convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Conselho Fiscal Órgão não permanente que, se instalado, analisa e opina sobre as demonstrações financeiras e fiscaliza os atos dos administradores. É formado por três membros titulares e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para mandato de um ano.

CONSELHO FISCAL	
Presidente	Demetrius Nichele Macei
Membro titular	Francisco Olinto Velo Schmitt
Membro titular	Filipe Bordalo Di Luccio
Membro suplente	José Paulo da Silva Filho
Membro suplente	Kuno Dietmar Frank
Membro suplente	Patricia da Silva Barros

Conselho de Administração – CAD Órgão colegiado responsável por fixar a orientação geral dos negócios, em conformidade com as competências estabelecidas no Estatuto Social da Copel e em Regimento Interno.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Daniel Pimentel Slaviero
Secretário Executivo	Marco Antonio Villela de Abreu
Membro	Márcia Cristine Ribeirete Baena
Membro	Luiz Claudio Maia Vieira

Diretoria Reunida Órgão executivo responsável pelas funções executivas, com atribuição de representar a Companhia, de acordo com atribuições e deveres estabelecidos no Estatuto Social e Regimento Interno.

DIRETORIA	
Diretor Geral	Marco Antonio Villela de Abreu
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	Felipe Gutterres Ramella
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	Yuri Müller Ledra
Diretor Comercial	Julio Shigeaki Omori
Diretora de Operação e Manutenção	Karine Matsunaga Lopes Torres

Comitê de Auditoria Estatutário Órgão formado por três membros, todos independentes e escolhidos pelo Conselho de Administração. Tem como atribuições principais auditoria, supervisão e fiscalização e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia. Também é responsável pela emissão de relatórios anuais, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as Demonstrações Financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, doze vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver reuniões extraordinárias, sempre que necessário.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenador e especialista financeiro	Carlos Biedermann
Membro	Pedro Franco Sales
Membro externo	Luiz Cláudo Maia Vieira

2.2.2. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10° Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Companhia foi certificada pela ISO 37301, revisando uma série de práticas e normas, ampliando a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2024.

a. Código de Conduta

Criado em 2003, o Código de Conduta foi revisado e atualizado em 2024, incorporando as mudanças decorrentes da transformação da Companhia em corporação e melhores práticas de mercado. O documento orienta o comportamento de todas as pessoas que exercem atividades em nome da Copel e suas participações societárias e inclui referências sobre a conduta esperada em temas contemporâneos como participação em redes sociais, proteção de dados pessoais, trabalho remoto, cibersegurança e inteligência artificial. Também baliza a atuação em questões referentes à transparência, participação em leilões, saúde e segurança, responsabilidade social e ambiental, respeito aos diretos humanos, entre outras.

O Código de Conduta estabelece parâmetros de conduta para colaboradores, administradores (membros do Conselho de Administração), membros do Conselho Fiscal, membros de comitês (estatutários ou não estatutários), estagiários, aprendizes, fornecedores, prestadores de serviços e terceirizados. No caso de contratações e compras, as empresas se comprometem formalmente com o Código.

b. Canais de manifestação

A Copel incentiva que seus stakeholders registrem qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias e mantém canais de manifestação específicos para esses fins, com garantia de sigilo.

O Canal de Denúncia é gerido pela Diretoria de Governança, Risco e Compliance e recebe manifestações sobre: assédio e discriminação, corrupção, destruição ou danos de bens da empresa, desvio de conduta, favorecimento, fraude ou roubo de bens e/ou dinheiro, irregularidades nas demonstrações financeiras e/ou relatórios de gestão, meio ambiente, não cumprimento de políticas e/ou procedimentos internos, uso indevido de recursos da Copel, vazamento ou uso indevido de informações, violação de leis, violações à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e outras ilegalidades. O processo é monitorado pelo Comitê de Ética, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração e em decorrência dos resultados das apurações, podem ser recomendadas melhorias e aprimoramentos em procedimentos, controles internos, normas, políticas, programas de capacitação e comunicação, ou ainda a aplicação de medidas disciplinares, em conformidade com as normativas internas e legislação aplicável.

Para denúncias sobre fraudes e furtos na rede elétrica, a Copel disponibiliza um contato específico.

A Ouvidoria é outra instância de atendimento e conta com certificação pela ISO9001 e reconhecimento como uma das melhores ouvidorias do setor pela Aneel.

Os telefones e formulários estão disponíveis no site da Companhia:

https://www.copel.com/site/institucional/canais-de-denuncia/

c. Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos está fundamentada nos valores da Companhia, no seu Código de Conduta e nas orientações emitidas pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso).

Suas diretrizes, princípios e responsabilidades são aplicáveis às áreas corporativas da Copel, suas subsidiárias integrais e controladas, e recomendadas às empresas controladas em conjunto, às empresas coligadas e a outras participações societárias da Copel, respeitados seus trâmites societários de forma a identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos inerentes à Companhia e ao seu setor de atuação e que possam afetar o atendimento dos seus objetivos e realização de seus negócios. A alta administração da Companhia também passa, anualmente, por treinamento sobre o documento, enquanto os empregados são treinados sobre a metodologia de gestão de riscos.

Os riscos estratégicos são revisados durante a elaboração do Planejamento Estratégico, trabalho executado conjuntamente pelas altas direções da Copel e das subsidiárias por meio da identificação e análise dos riscos, definição de plano de controle e contingência e estabelecimento de ações de monitoramento. Além dos riscos estratégicos, a estrutura de gerenciamento classifica os principais riscos em Financeiros, Operacionais e de Conformidade (*compliance*).

Em relação ao seu apetite ao risco, a Copel se apoia nos seguintes pilares: atuar nos mais elevados padrões éticos e de compliance; garantir que atividades ou práticas adotadas estejam alinhadas às práticas ESG com ênfase em mudança do clima e aspectos socioambientais; garantir que em todas as operações da Copel a segurança do trabalho seja rigorosamente observada; garantir o constante aprimoramento do nível de segurança cibernética de Tecnologia da Informação e de Tecnologia da Operação; não atuar em segmentos que não estejam relacionados à sua atividade principal; e investir em negócios aderentes à Política de Investimento e ao Planejamento Estratégico, tendo como fundamentos e pilares a descarbonização, integração com escala, disciplina de capital e inovação.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, são feitos reportes periódicos do portfólio de riscos e dos respectivos planos de mitigação para a alta administração, detalhando também aspectos ambientais, sociais e de governança. Deste modo, o processo de gestão dos riscos estratégicos da Copel vem sendo continuamente aprimorado, em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a legislação vigente.

d. Auditoria externa

Nos termos estabelecidos por norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia e suas subsidiárias integrais possuem contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - PwC para a prestação de serviços de auditoria independente de suas demonstrações financeiras até o fim do exercício social de 2028. A PWC iniciou suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais - ITRs do primeiro trimestre do exercício de 2024.

No exercício social encerrado em 31.12.2024, a PWC recebeu honorários no valor de R$ 847,1 mil e o antecessor (Deloitte) recebeu o valor de R$ 431,5 mil, perfazendo um total de R$ 1,3 milhão referentes aos serviços regulares de auditoria independente. Adicionalmente foram pagos em 2024 serviços não relacionados à auditoria independente, sendo R$ 23,5 mil para a Deloitte e R$ 43,0 mil para a PWC, referentes a revisão de procedimentos fiscais e tributários, asseguração das informações do Relato Integrado e da estrutura de controles para o processo de compilação e apuração de índice financeiro.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/COPELDISTRIBUICAO1581076428022025.pdf
Hash:174172767149c173acf5404fcca1c44678e6b993f5

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Resolução CVM nº 23/2021.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria Estatutário considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria Estatutário pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

2.3. Dimensão Social

A Copel Distribuição reafirma seu compromisso com diversos públicos ao implementar ações que promovam o equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica e social. Suas práticas são guiadas pelas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que destacam valores como diálogo, transparência, respeito aos Direitos Humanos, acessibilidade, inclusão e desenvolvimento sustentável.

2.3.1. Promoção dos direitos humanos

A Política de Sustentabilidade da Copel define diretrizes para prevenir, mitigar e reparar violações, garantindo ambientes de trabalho dignos, inclusivos e livres de desigualdades. A uniformização de parâmetros de monitoramento e avaliação, iniciada em 2022, inclui a implementação de processos de devida diligência para fornecedores e o levantamento de temas prioritários relacionados aos direitos humanos, em colaboração com diferentes áreas da Companhia.

Esse processo considera indicadores como saúde e segurança no trabalho, registros do Canal de Denúncias e outras informações para mapear práticas existentes e identificar oportunidades de melhoria. Em 2022 e 2023, a Copel realizou capacitações sobre direitos humanos para áreas-chave, abordando temas como impactos na cadeia de valor, ações de monitoramento e prevenção, além de avanços no processo de diligência corporativa. Em 2024, encerrando a Semana Integrada de ESG, foi lançado o Curso de Direitos Humanos – edição 2024, voltado ao aprofundamento de temas cruciais para a promoção de uma cultura de respeito, inclusão e responsabilidade social. A Política de Sustentabilidade na íntegra pode ser acessada no Portal de sustentabilidade.

2.3.2. Responsabilidade social

Consciente de seu papel na sociedade, a Copel Distribuição e a Controladora desenvolvem programas e ações voltados ao bem-estar das comunidades, alinhados às expectativas de seus públicos e a diretrizes internacionais, como a Agenda 2030 da ONU. A Companhia busca alternativas que promovam desenvolvimento social, mesmo ao implementar novos empreendimentos que gerem empregos e receitas, mas que possam exigir mitigação de impactos.

Essas ações incluem os programas sociais obrigatórios no contexto do licenciamento ambiental, descritos nos Planos Básicos Ambientais - PBA e em relatórios específicos, além de iniciativas corporativas como:

- Voluntariado corporativo (EletriCidadania)
- Hortas comunitárias (Cultivar Energia)
- Educação sobre os ODS (Educa ODS)
- Programas voltados aos direitos humanos e diversidade

A Política de Sustentabilidade estabelece diretrizes para o investimento social privado, incluindo as doações e contribuições voluntárias e não voluntárias concedidas pela Copel. Essa política reforça a conexão com os ODS priorizados pela Companhia como base para definir os investimentos sociais.

A Copel Distribuição deve relatar as doações e contribuições voluntárias e não voluntárias à Diretoria de Governança, Risco e Compliance da Holding trimestralmente. A Diretoria, por sua vez, faz a comunicação periódica sobre os valores aprovados para Investimento Social Privado ao Comitê de Desenvolvimento Sustentável da Companhia.

Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado.

a. Programas de Desenvolvimento Sustentável

A Companhia realiza programas e ações de responsabilidade socioambiental que visam o relacionamento com a comunidade, ao uso seguro e eficiente da energia elétrica e ao combate ao desperdício dos recursos naturais, destacando-se:

- Programa Fatura Solidária
- EletriCidadania
- Programa Cultivar Energia
- Programa Aluno Energia
- Cobrança de Valores de Terceiros - CVT

b. Programas decorrentes de políticas públicas

- Programa Energia Solidária
- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE
- Tarifa de Irrigação Noturna
- Programa Casa Fácil Paraná

Outras informações sobre esses programas e ações desenvolvidos podem ser obtidas no Relato Integrado e no Relatório Sócio Ambiental da Copel Distribuição, divulgados na página de sustentabilidade da Copel.

2.3.3. Gestão de Pessoas

A Política Gestão de Pessoas - Recursos Humanos da Copel reconhece que os empregados são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes visando o desenvolvimento, valorização, manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas. Esta política está alinhada às melhores práticas de mercado e serve de base para a tomada de decisão e implantação de programas e ações, de acordo com o planejamento estratégico corporativo.

A relação de trabalho com os empregados é conduzida com base nos valores da Copel (ética, respeito às pessoas, dedicação, transparência, segurança e saúde, responsabilidade e inovação) e no respeito aos preceitos universais, constitucionais e legais.

Com a transformação em corporação em 11.08.2023, a Copel deixou de ter obrigações impostas às empresas de economia mista e alguns aspectos trabalhistas ganharam maior flexibilidade, como, por exemplo, a possibilidade de aproveitamento do quadro interno, uma vez que a transposição entre carreiras agora é permitida, facilitando assim a mobilidade dos profissionais.

Movimentação do quadro de pessoal	
Quadro em 31.12.2023	**4.203**
Admissões/readmissões	2
Demissões (1)	1.003
Transferências	(3)
Quadro em 31.12.2024	**3.199**
Turnover em 2024	12,0

1) Incluídos os colaboradores que saíram no Programa de Demissão Voluntária durante o ano de 2024.

Para apoiar a áreas operacionais e funções específicas, a Controladora estabeleceu uma política de terceirização, onde estão previstas as diretrizes para contratações de terceiros. As contratações seguem as exigências legais e de segurança do trabalho, além de regras e disposições internas definidas no Manual do Fornecedor e no Regulamento de Contratação. Cabe ao gestor do contrato acompanhar e fiscalizar todo o processo, da contratação à execução e entrega do trabalho contratado.

A Copel é reconhecida por suas boas práticas em gestão de pessoas. A Companhia celebrou, tanto em 2023 quanto em 2024, a conquista da certificação "Excelência em Gestão Ouro" no Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV), concedido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida – ABQV.

• Saúde, Bem-estar e Benefícios

Saúde e Qualidade de Vida são temas que estão nos fundamentos da Copel, que possui como premissa um ambiente organizacional saudável, seguro, com equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e tem como objetivo a promoção da saúde integral dos nossos empregados. Esse objetivo é alcançado por meio de benefícios, programas e ações coordenadas de forma contínua.

Entre os benefícios concedidos pela Companhia a todos os seus colaboradores, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias; participação nos lucros e resultados - PLR; prêmio por desempenho - PPD; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a colaboradores com deficiência e a colaboradores que tenham dependente com deficiência; licença maternidade e licença paternidade estendidas; complementação de auxílio-doença; incentivo a hábitos saudáveis com ações de corrida e práticas de esportes.

A Companhia ainda oferece benefícios para seus colaboradores que impactam positivamente na qualidade de vida de seus familiares, como: liberação para acompanhamento de familiar, liberação para realização do pré-natal e acompanhamento da gestante.

A Copel possui o Programa de Home Office, que adota o regime híbrido de trabalho, com adesão voluntária. Neste modelo os colaboradores podem cumprir parte de sua jornada de trabalho presencialmente e parte à distância. Além do Home Office, são ofertados benefícios relacionados a flexibilidade de horário trabalho como horário de trabalho flexível, banco de horas e redução de jornada de 8 horas para 6 horas diárias, conforme critérios previstos em norma interna.

O foco na saúde dos colaboradores vai muito além de exames ocupacionais obrigatórios. Após a etapa ocupacional do periódico a Companhia disponibiliza a etapa adicional e preventiva do periódico com a oferta de outros exames, conforme o perfil do colaborador (sexo e idade) e sem custo para o empregado. Apesar de não ser obrigatória, é incentivada a realização tendo em vista que, o objetivo é prevenir, rastrear e diagnosticar precocemente as doenças de maior prevalência na população.

Por meio da Fundação Copel, disponibiliza-se o Plano de Saúde aos colaboradores e dependentes, a cobertura do plano contempla atendimento médico, odontológico, farmacêutico, plano ambulatorial, hospitalar e obstétrico, incluindo atendimentos em nutrição, psicologia e fisioterapia, por meio de uma vasta rede credenciada de prestadores de serviço.

Os beneficiários do plano de saúde contam ainda, com 3 unidades de Atenção Primária à Saúde - APS, em Curitiba, Maringá e Londrina e 4 cidades com APSs Digitais, Irati, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Pato Branco. Nas APSs, os beneficiários são atendidos sem coparticipação e destacam-se como grande avanço na prevenção e promoção da saúde.

Já o Programa de restrição e reabilitação profissional promove a inclusão de empregados que adquirem limitação física ou mental de forma definitiva e não podem mais atuar em suas funções e atividades originais, mas têm capacidade para trabalhar em outras atividades na empresa. O programa trabalha alinhado aos períodos de tratamentos e às avaliações da previdência social, mas não exclusivamente, para encontrar uma nova função que esteja mais adequada às limitações do empregado e compatível com sua capacidade. Na reabilitação, o empregado é acompanhado pelo gestor e por uma equipe especializada. Além disso, a Copel mantém a média dos últimos adicionais salariais por 12 meses após a reabilitação, a fim de garantir o equilíbrio econômico e financeiro do empregado com esta necessidade.

No cuidado com a saúde física, disponibiliza vacina contra a gripe sem coparticipação, ainda atua com ações de prevenção e controle de doenças crônicas, incentivo a atividade física e hábitos saudáveis. Em fevereiro de 2024 foi inaugurado, na sede da empresa, uma Sala de Atividade Física, denominada, por escolha dos copelianos, como Espaço +Energia. Nesse espaço, em parceria com a Associação Copel Curitiba, são ofertadas aulas de pilates, circuito funcional, fortalecimento muscular e Jiu-jitsu, além de manter os espaços energia e saúde que conta com academias ao ar livre e pista de caminhada em alguns polos.

Os cuidados também se estendem à saúde mental. Por meio do programa Plenamente, são realizadas ações voltadas a psicoeducação, suporte especializado e gestão em saúde psicoemocional. No que tange o suporte especializado, em 2024 foi implementada uma linha de suporte 24 horas por dia, 7 dias da semana: o canal de apoio psicossocial do Plenamente que é operado por profissionais especializados em psicologia no formato online e gratuito (sem qualquer coparticipação financeira), seguro e sigiloso, atendendo os empregados e seus dependentes. Adicionalmente mantém o programa de tratamento e prevenção à dependência química, que promove a prevenção e o tratamento do uso e abuso de drogas entre os empregados, e orienta a conduta dos familiares em casos presentes na família.

O bem-estar financeiro também é pauta no cuidado integral na Copel. Em 2023 foi lançado o programa Redefinindo Valores, que visa a promoção de bem-estar financeiro e sustentabilidade econômica por meio de conhecimento sobre educação financeira, planejamento e administração pessoal das finanças, construindo uma longevidade financeira pessoal e familiar.

Pensando no futuro, a Copel oferece, por meio da Fundação Copel, um plano de previdência complementar que permite ao empregado formar um fundo de reserva financeira durante a vida profissional. E desde 1979, a Copel mantém o Programa de Preparação para a Aposentadoria e Pós Emprego, com uma série de palestras sobre educação financeira previdenciária, comportamento de consumo e poupança, empreendedorismo, qualidade de vida e saúde.

• Remuneração

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação nos Lucros e/ou Resultados - PLR e Prêmio Por Desempenho Copel - PPD). A PLR é composta por metas e indicadores corporativos e o PPD, por sua vez, consiste no reconhecimento do desempenho e cumprimento de metas nos diferentes níveis organizacionais (diretoria, superintendência, departamento e divisão).

A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2024 (R$ 2.434,71) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R$1.412,00) era de 1,72 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

• Relações trabalhistas

A Companhia se relaciona com 16 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões quadrimestrais para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

• Avaliação de desempenho

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, ao longo do tempo, vem sendo aprimorado segundo as melhores práticas de mercado. De acordo com as regras do Programa, pelo menos uma vez ao ano cada empregado recebe o feedback do seu gestor considerando o desempenho apresentado. No momento da avaliação e do feedback, também é contratado o desempenho esperado para o próximo período. Para que os colaboradores possam conhecer todos os detalhes do Nossa Energia, é disponibilizado uma trilha de aprendizagem, que apresenta os conteúdos relacionados a gestão por competências, modelo e processo do programa e também sobre o plano de desenvolvimento.

Em 2024, houve revisão das competências para o nível de Gerência Executiva. A avaliação e elaboração dos planos de desenvolvimento ocorreu por meio de um processo de assessment.

• Mobilidade Interna e Novas Admissões

Com o processo de transformação que a Copel passou em 2023 tornando-se uma corporação, a Companhia passou a não ter mais a obrigatoriedade de contratação de colaboradores por meio de concurso público, possibilitando maiores oportunidades de aproveitamento do potencial e crescimento de carreira do seu quadro de colaboradores.

Esse cenário motivou a implantação, no primeiro semestre de 2024, do Programa de Mobilidade Interna da Copel, cuja diretriz principal é o preenchimento de vagas por meio da realização de processos seletivos internos, amplamente divulgados aos colaboradores da Companhia.

A Copel tem como prioridade o aproveitamento interno do quadro, no entanto, para algumas funções e posições é necessária a contratação de mercado. Dessa forma, a partir do segundo semestre de 2024, a Copel passou a realizar processos de recrutamento e seleção externos para a admissão de novos colaboradores e, para isso, conta com o apoio de consultorias especializadas.

• Desenvolvimento de Pessoas

O desenvolvimento profissional dos empregados é orientado pela gestão de competências, determinada pela identificação das necessidades de treinamento e capacitação do quadro de pessoal.

Em 2021 foi lançada a comunidade virtual denominada Compartilhando Energia, em que são divulgados periodicamente oportunidades de aprendizados. São cursos e conteúdos disponíveis a todos os colaboradores promovendo a atualização no seu escopo de trabalho. Outras ações da Companhia são a oferta, para todo o público interno, de cursos cujos temas relacionam-se à gestão de qualidade, processos e projetos, autodesenvolvimento e sobre ferramentas da qualidade na modalidade a distância por meio do ambiente de ensino a distância intitulado Copel EAD; o investimento em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu para profissionais que necessitam especializar-se em sua área de atuação; e mantém-se firmando parcerias educacionais, por meio de edital de chamada pública vigente desde 2016 e atualizado em 2022. Essas parcerias concedem descontos ou algum outro benefício, e abrangem educação básica, superior e profissional, de qualificação, aperfeiçoamento e línguas estrangeiras e podem estender-se aos dependentes.

Além da plataforma de aprendizado Degreed, utilizada pela Companhia, em 2024 a Copel lançou uma nova plataforma de learning, a Supply Go, uma plataforma educacional com conteúdos especializados em Compras e Supply Chain. A plataforma facilita a aprendizagem, o desenvolvimento de habilidades e a análise de dados em tempo real, ampliando cada vez mais o protagonismo dos colaboradores em seu desenvolvimento.

Destacam-se, a seguir, alguns dos programas de desenvolvimento corporativos realizados em 2024:

Programa de Desenvolvimento da Liderança – PDL: O programa tem o objetivo de melhorar a performance e desempenho dos líderes em suas equipes, agregando resultado para as pessoas e para Companhia. Em 2024 o programa teve continuidade com um ciclo de palestras online. Além disso, foi promovido os Diálogos de Carreira, incentivando o consumo das trilhas disponíveis na plataforma Degreed. O objetivo é potencializar a reflexão sobre os próximos passos de carreira através de conteúdos, informações e ferramentas, de forma a favorecer o apoio dos líderes na construção dos planos de desenvolvimento com os colaboradores, facilitando os movimentos de carreira e estimulando o protagonismo.

Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas: Promover e incentivar a cultura da equidade de gênero e o papel da mulher no Brasil e no mundo é uma missão de todos. A Copel, reconhecendo os talentos que possui, lançou no segundo semestre de 2022 o Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas, que teve por objetivo fazer com que mulheres se inspirem em outras mulheres e em si mesmas, fortalecendo sua visão de autoliderança e liderança. O público alvo são gerentes formais e supervisoras. Em 2024 a Copel iniciou a formação da primeira turma do Programa de Mentoria para Lideranças Femininas, como parte integrante de uma iniciativa mais ampla de propiciar um ambiente favorável à inclusão da mulher na liderança por meio de ações que foquem na capacitação e na potencialização de uma cultura inclusiva. Concebido como uma extensão do Programa de Liderança Feminina, a nova formação representa um marco significativo na jornada rumo à equidade de gênero.

Programa de Capacitação para LGPD: A partir da implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, a Copel, entendendo a relevância do tema, lançou em 2021 o Programa de Capacitação em LGPD, tendo como objetivo orientar e capacitar todos os profissionais no cuidado e na proteção dos dados que trafegam diariamente na execução de suas atividades. Em 2024, foi realizado o Treinamento Anual de LGPD Ciclo 2024 para 100% dos colaboradores, além de treinamentos pontuais para responsáveis pelo tratamento de dados ou de políticas internas referentes ao tema.

Treinamentos na temática de Sustentabilidade e Diversidade: Em 2024 a Copel promoveu uma ampla programação de treinamentos, palestras e ações de sensibilização e conscientização para colaboradores e público externo sobre direitos humanos, riscos, diversidade, acessibilidade e especialmente sustentabilidade. Sobre o último foi realizada a Semana Integrada ESG, no mês de novembro de 2024, uma imersão em temas como consumo sustentável, cultura do desperdício, diversidade e muito mais. A semana foi construída e vinculada ao Programa EducaODS, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre temas relacionados à sustentabilidade e suas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Trilhas de aprendizagem: Consiste em compartilhamento de conhecimento dos colaboradores para os colaboradores. Caracteriza-se como uma abordagem dinâmica e simples, uma vez que dá autonomia aos produtores na elaboração e publicação do material. As trilhas combinam diferentes possibilidades de aprendizagem e oferecem caminhos alternativos e flexíveis para o aprimoramento pessoal e profissional, ficam disponíveis a todos os colaboradores e pode ser acessada também do celular.

Programa de Cibersegurança: Seguindo o Planejamento Estratégico e a Política de Segurança da Informação da Copel, a gestão da Cibersegurança na Companhia é tratada de maneira ampla e sistêmica. Desde dezembro de 2021 a Copel treina seus colaboradores através da KnowBe4, plataforma integrada para treinamento de conscientização em segurança da informação, combinada com ataques simulados de phishing, iniciando assim o Programa de Conscientização em Segurança da Informação, que tem como objetivo capacitar e conscientizar a força de trabalho para adotar comportamentos defensivos em cibersegurança. Anualmente também são realizadas pesquisas de maturidade do tema com todos os colaboradores. O programa continua em 2025, com novas campanhas considerando o estágio de maturidade do público geral sobre o tema.

COPEL 4.0: Iniciativas sobre inovação digital para incentivar os profissionais a atuarem neste ambiente moderno e integrado, ampliando suas habilidades e garantindo os resultados almejados pela Companhia. Em 2024, destaca-se três webinar voltados para Inteligência Artificial.

2.3.4. Fornecedores

Ao longo de 2024, mesmo com sua transformação em uma corporação, a Copel reforçou o compromisso com seus stakeholders em manter uma cadeia de suprimentos forte e resiliente mediante a manutenção das parcerias firmadas bem como reforçando a adoção de rigorosos critérios de seleção de novos entrantes, conforme as necessidades operacionais identificadas. O desenvolvimento sustentável consiste no principal critério orientativo de suas ações, com foco na melhoria constante da gestão de sua cadeia produtiva e na otimização no uso de recursos em benefício da comunidade.

Para isso, a Copel adota um processo estruturado de avaliação de fornecedores com o objetivo de aprimorar o gerenciamento de riscos ao longo de sua cadeia de suprimentos. Esse processo abrange a análise de aspectos relacionados à capacidade técnica, saúde fiscal e financeira, enquadramento jurídico, análise de integridade dentre outros critérios relevantes conforme a especificidade de cada contratação, fornecendo subsídios para a definição de parâmetros mais objetivos e consistentes na classificação da criticidade dos fornecedores. Essa abordagem reforça o compromisso da Companhia com a transparência, a conformidade e a sustentabilidade em suas relações comerciais.

Conforme a criticidade da contratação, considerando seus diferentes aspectos, a Copel exige a apresentação de documentação complementar a fim de resguardar a competência mínima necessária do fornecedor que está participando do processo de seleção para posterior contratação. Como exemplo, se há criticidade no quesito ambiental, é exigida a apresentação de certidões e qualificações específicas, complementado pelas obrigações previstas em contrato cujo cumprimento é acompanhado pelo gestor e fiscal(is) ao longo de sua execução.

A Copel reafirma seu compromisso com a promoção de uma cadeia de suprimentos pautada em valores éticos e sustentáveis, incentivando a adoção dos Princípios do Pacto Global das Nações Unidas por parte de seus fornecedores e parceiros de negócios. Esses princípios, alinhados às áreas de direitos humanos, condições de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, orientam as práticas da companhia e fortalecem sua atuação responsável em todos os níveis de operação. Como parte desse compromisso, o Código de Conduta para Fornecedores da Copel desempenha um papel central, tendo sido concebido para garantir que todos aqueles que possuam algum tipo de relacionamento com a Copel compartilhem dos mesmos valores que norteiam a gestão corporativa da companhia.

A Companhia realiza anualmente o Prêmio Fornecedor da Copel Distribuição, com o objetivo de reconhecer os melhores desempenhos, incentivar o aprimoramento contínuo, buscar total alinhamento com os Objetivos Estratégicos da Copel Distribuição, além de celebrar os bons resultados. Entre os requisitos, a premiação tem como base, principalmente, a qualidade dos produtos e serviços, a segurança do trabalho e a gestão sustentável da empresa.

Em junho/2024 aconteceu a 8ª edição, premiando os 3 melhores fornecedores de nove categorias entre fornecedores de materiais e de serviços, e reconhecendo os que mais se destacaram em Segurança do Trabalho e em Gestão e Sustentabilidade, conferindo o Selo Copel aos ganhadores.

2.3.5. Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

A pesquisa e desenvolvimento tem impacto significativo e positivo no setor elétrico, por consequência na sociedade como um todo, tendo em vista a necessidade de eficiência energética no Brasil e de soluções inovadoras no setor, bem como do volume de recursos que movimenta.

As distribuidoras de energia elétrica devem destinar parte da receita operacional líquida (ROL) regulatória em projetos originais e inovadores direcionados ao desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, relacionado à Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e demais regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em 2024 foi aplicado o montante de R$ 21,8 milhões em P&D, distribuídos em categorias de projetos dentro do escopo da distribuição de energia elétrica, como qualidade e confiabilidade dos serviços, planejamento, segurança, operação, meio ambiente, entre outros. Os investimentos previstos para 2024 totalizam um montante de R$ 31,9 milhões.

a. Projetos em destaque concluídos em 2024:

- **Monitoramento inteligente de falhas em equipamentos com uso de termografia e VANTs:** sistema inteligente de monitoramento de integridade de equipamentos em subestações por meio de imagens termográficas e imagens de luz visível adquiridas por câmeras inteligentes fixas e VANTs (Veículo Aéreo Não Tripulado) com rotas autônomas e adaptativas.
- **Estimativa e classificação de risco de desligamentos em redes de distribuição de energia utilizando previsões meteorológicas de curto prazo e *soft computing*:** desenvolvimento de metodologia para a previsão de interrupções de energia para a rede de distribuição em função de dados e previsões meteorológicas. O projeto tem três pilares fundamentais: melhoria das previsões meteorológicas, desenvolvimento do modelo de interrupções de energia e desenvolvimento do sistema web/app denominado AlertaDIS.
- **Desenvolvimento de metodologia para análise automática de imagens térmicas:** metodologia de análise para aprimorar as inspeções em equipamentos de subestações de energia elétrica, com desenvolvimento de algoritmos que automatizam o processo de inspeção, desde a captura das imagens térmicas até a identificação e localização precisa dos equipamentos com temperaturas anômalas.

2.3.6. Programa de Eficiência Energética – PEE

O Programa de Eficiência Energética tem o objetivo de promover o uso eficiente e racional de energia elétrica em todos os setores da economia, por meio de projetos que sejam viáveis e promovam o combate ao desperdício e a melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos de energia elétrica.

Os recursos para aplicação nestes projetos têm origem na tarifa de energia, sendo um percentual mínimo da ROL regulatória que a distribuidora deve aplicar anualmente, de acordo com a Lei nº 9.991/2000 e demais regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Os projetos são selecionados pela Copel Distribuição através de chamadas públicas anuais, onde consumidores podem apresentar propostas de projetos a serem custeadas com recursos do PEE. Já os projetos prioritários de eficiência energética são realizados pela Aneel, considerando temas de interesse e importância para a sociedade.

Em 2024 a Companhia aplicou R$ 42,7 milhões com recursos do PEE na execução de 188 projetos. Destes, 41 integram o projeto prioritário, com hospitais beneficentes.

Em 2024 foi iniciado o projeto de eficiência energética em escolas estaduais e municipais do estado do Paraná. As escolas selecionadas estão sendo visitadas com o objetivo de identificar oportunidades para substituição de equipamentos (iluminação, refrigeração e ar-condicionado), além da avaliação estrutural para instalação de painéis fotovoltaicos para geração de energia elétrica. O investimento previsto é da ordem de R$ 45 milhões.

2.4. Dimensão Ambiental

O comprometimento da Copel Distribuição com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Adicionalmente, transmite para clientes e fornecedores seus princípios de boa gestão ambiental.

As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima e é base para outras normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.

As principais diretrizes relacionadas à dimensão ambiental são:

- Gerir os aspectos, riscos e indicadores ambientais visando à melhoria contínua do desempenho ambiental, a mitigação dos impactos negativos e a potencialização dos impactos positivos nas suas atividades e negócios, buscando o desenvolvimento com sustentabilidade
- Promover a ecoeficiência em todos os processos da Copel, visando à redução do consumo e o uso sustentável dos recursos naturais e a manutenção dos serviços ecossistêmicos
- Incorporar o tema mudanças do clima no planejamento estratégico, na gestão integrada de riscos corporativos, na avaliação financeira e na identificação de oportunidades, bem como na estratégia dos negócios, principalmente na expansão e operação de seus ativos;
- Considerar na construção de ativos, as adequadas práticas construtivas e tecnologias permitindo a mínima emissão de gases de efeito estufa, tais como subestação blindada, uso de drones, e outras mais; e
- Incorporar medidas de adaptação às mudanças do clima na operação e na expansão de ativos.

A Copel Distribuição efetua estudos ambientais prévios para implantação dos seus empreendimentos, com o objetivo de identificar e gerenciar potenciais impactos ambientais. Dentre estes estudos, destacam-se a Análise Ambiental Prévia (AAP), o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), e o Inventário Florestal (IF) para mensurar o potencial de florestas, além de relatórios que pontua todas as medidas mitigadoras e compensatórias.

• Programas de gestão ambiental

A Companhia se baseia nos resultados dos estudos ambientais para desenvolver programas ambientais específicos. Por meio desses programas ambientais, a Copel Distribuição busca preservar, recuperar e mitigar os impactos negativos nas áreas atingidas pelos empreendimentos realizados, bem como nas regiões que estão inseridos, sobretudo em florestas e áreas urbanas arborizadas.

No âmbito do licenciamento ambiental, os Principais programas instituídos são:

- Programa de Gestão Ambiental da Obra
- Programa de Minimização da Supressão de Vegetação
- Programa de Reposição e Compensação Florestal
- Programa de Monitoramento da Fauna
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil – PGRCC
- Programa de Bens Culturais Acautelados em Âmbito Federal (Arqueologia Preventiva)
- Programa de Sensibilização Ambiental dos Trabalhadores das Obras
- Programa de Relacionamento com a Comunidade
- Programa Florestas Urbanas

2.4.1. Ecoeficiência

A Copel Distribuição, através da sua Controladora, instituiu o Programa de Ecoeficiência para sistematizar suas ações no combate ao desperdício de energia, água, combustíveis e papéis, além da redução de resíduos. Criado em 2014, reúne um conjunto de ações possíveis e acessíveis que visam à preservação do meio ambiente, tendo como meta a redução de consumo de recursos naturais, a conscientização dos seus colaboradores e a redução de custos.

Com um arcabouço de ações, o programa também busca disseminar a educação para a sustentabilidade, o respeito ao meio ambiente e a preocupação com as futuras gerações.

Adicionalmente, a Companhia vem substituindo veículos da frota própria por automóveis movidos a eletricidade, tendo em vista as metas para neutralização das emissões de carbono até 2030. Esses carros são utilizados por empregados em suas atividades diárias em algumas cidades do Paraná, além de Curitiba. E desde agosto de 2017 os veículos a bicombustível (flex) passaram a ser abastecidos prioritariamente com etanol. A Campanha "Use Etanol", uma ação integrada entre os programas Ecoeficiência, Mudanças do Clima e as áreas de transporte da Companhia, estimula o uso desse combustível que, comparado à gasolina, apresenta vantagens ambientais, econômicas e sociais.

2.4.2. Mudanças do clima

O tema mudança do clima é analisado no processo de planejamento estratégico da Companhia, integrando as decisões corporativas em um horizonte de cinco anos. Dentro do planejamento financeiro são previstos orçamentos para o desenvolvimento tecnológico e a construção de novos empreendimentos sustentáveis. Além disso, a incorporação de cenários climáticos futuros, a precificação de carbono e o desenvolvimento de estudos para adaptação às mudanças do clima têm orientado a tomada de decisão da Companhia. Esses estudos e investimentos auxiliam no monitoramento e previsão para disponibilidade de equipes no atendimento a emergências.

Entre essas decisões, está o Plano de Neutralidade das emissões de gases de efeito estufa, em que a Companhia pretende neutralizar suas emissões de Escopo 1 até 2030.

Adicionalmente, a Companhia tem desenvolvido tecnologia para melhorar a gestão da distribuição de eletricidade com a modernização dos ativos e ampliação do Programa Smart Grid, de redes inteligentes, que reduz significativamente os deslocamentos das equipes reduzindo assim a emissão de gases de efeito estufa.

Os estudos e investimentos auxiliam no monitoramento e previsão para disponibilidade de equipes no atendimento a emergências, tendo em vista que, os efeitos da mudança do clima incidem diretamente sobre os negócios da Copel Distribuição, impactando sua operação, seja na capacidade de gerar energia ou na demanda por manutenção de linhas de distribuição de alta tensão, subestações ou outras instalações, acarretando custos, necessidade de mão de obra e prejuízos para os consumidores.

Além disso, a remuneração variável (Prêmio por Desempenho) da Companhia considera metas ESG, sendo algumas relacionadas ao Plano de Neutralidade, considerando as especificidades de cada subsidiária integral e de cada diretoria da Copel Holding.

2.4.3. Biodiversidade

A Companhia desenvolve ações para prevenir, minimizar, recuperar e compensar os impactos causados por suas atividades nos diversos ecossistemas em que está presente.

As ações em prol da biodiversidade incluem:

- Proteção e/ou restauração de áreas destinadas à compensação das supressões vegetais necessárias à implantação de empreendimentos;
- Restauração de Áreas de Preservação Permanente;
- Cuidados especiais com as espécies da fauna e da flora consideradas raras e ameaçadas, executando resgates e realocações de indivíduos quando necessário;
- Coleta e destinação de sementes para pesquisa e produção de mudas, de modo a garantir a manutenção da biodiversidade regional e a variabilidade genética das espécies endêmicas da flora;
- Monitoramento das comunidades faunísticas e florísticas para verificar possíveis impactos e compensá-los sempre que necessário.

É importante ressaltar que os empreendimentos de distribuição de energia também causam impactos positivos para a biodiversidade, os quais, geralmente, são permanentes e conferem uma proteção maior aos ambientes naturais.

No Relatório Socioambiental da Copel Distribuição e no Relato Integrado da Copel é possível conhecer as outras ações voltadas aos aspectos de energia, mudança do clima, biodiversidade, água, materiais e resíduos, Inventário de Emissões de gases de efeito estufa, e demais informações relacionadas à gestão ambiental da Companhia.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/COPELDISTRIBUICAO1581076428022025.pdf

Hash:174172767149c173acf5404fcca1c44678e6b993f5

2.5. Balanço Social

Balanço Social Anual					
	1 – BASE DE CÁLCULO		**2024**		**2023**
NE 24	**Receita Líquida - RL**	**17.030.454**		**15.085.707**	
	2 – INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		**% Sobre RL**		**% Sobre RL**
	Remuneração dos administradores	**1.853**	0,0	**1.677**	0,0
	Remuneração dos empregados	**449.776**	2,6	**581.895**	3,9
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	**93.844**	0,6	**102.826**	0,7
	Encargos sociais compulsórios	**156.356**	0,9	**181.214**	1,2
	Plano previdenciário	**38.919**	0,2	**44.008**	0,3
	Saúde (Plano assistencial)	**159.481**	0,9	**153.456**	1,0
	Capacitação e desenvolvimento profissional	**10.874**	0,1	**9.763**	0,1
NE 25.3	**Provisões Prêmio por Desempenho e Participação nos Lucros**	**110.956**	0,7	**114.815**	0,8
NE 25.3	**Incentivos de longo prazo - ILP**	**227**	0,0	**—**	0,0
NE 25.3	**Indenizações Trabalhistas**	**13.342**	0,1	**397.253**	2,6
	Cultura	**1.591**	0,0	**882**	0,0
	Creches ou auxílio-creche	**548**	0,0	**690**	0,0
	Segurança e saúde no trabalho	**3.107**	0,0	**4.968**	0,0
	Educação	**1.157**	0,0	**1.195**	0,0
	Benefício maternidade prorrogado	**278**	0,0	**156**	0,0
	Vale transporte excedente	**60**	0,0	**54**	0,0
	Total	**1.042.369**	**6,1**	**1.594.852**	**10,6**
	3 – INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		**% Sobre RL**		**% Sobre RL**
	Cultura	**12.291**	0,1	**9.148**	0,1
	Saúde e saneamento	**—**	0,0	**292**	0,0
	Esporte	**17.120**	0,1	**10.131**	0,1
	Programa Casa Fácil PR	**1.904**	0,0	**2.747**	0,0
	Fundo para a infância e a adolescência	**—**	0,0	**244**	0,0
	Fundo Nacional do Idoso	**—**	0,0	**244**	0,0
	Pesquisa & Desenvolvimento	**62.327**	0,4	**44.690**	0,3
	Programa de Eficiência Energética e Procel	**68.656**	0,4	**82.288**	0,5
	Outros	**3.553**	0,0	**2.184**	0,0
	Total das contribuições para a sociedade	**165.851**	1,0	**151.968**	1,0
	Tributos (excluídos encargos sociais)	**8.319.978**	48,9	**6.892.613**	45,7
	Total	**8.485.829**	**49,8**	**7.044.581**	**46,7**
	4 – INDICADORES AMBIENTAIS		**% Sobre RL**		**% Sobre RL**
	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	**827.292**	4,9	**528.330**	3,5
	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	**144**	0,0	**124**	0,0
	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	**70**	0,0	**83**	0,0
	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	**192**	0,0	**662**	0,0
	Total	**827.698**	**4,9**	**529.199**	**3,5**
(1)	Quantidade de sanções ambientais judiciais no exercício		0		7
	Sanções ambientais administrativas no exercício		4		4
	Valor das sanções ambientais (R$ Mil)		31		1.537

Metas ambientais	2024	2025
- Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51% a 75% (x) cumpre de 76% a 100%	( ) não possuirá metas ( ) cumprirá de 0 a 50% ( ) cumprirá de 51% a 75% (x) cumprirá de 76% a 100%

NE - Nota Explicativa

	5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL			2024			2023
	Empregados no final do período			**3.199**			**4.203**
	Admissões e readmissões durante o período			**2**			**0**
	Escolaridade dos empregados(as):	**Homens**	**Mulheres**	**Total**	**Homens**	**Mulheres**	**Total**
	Extensão universitária	612	266	**878**	703	299	**1.002**
	Ensino superior	924	290	**1.214**	1.185	387	**1.572**
	Ensino técnico	273	11	**284**	308	16	**324**
	Ensino médio	711	107	**818**	1.128	177	**1.305**
	Ensino fundamental	5	0	**5**	0	0	**0**
	Faixa etária dos empregados(as):						
	De 18 até 30 anos (exclusive)			**3**			**10**
	De 30 até 45 anos (exclusive)			**1.875**			**2.140**
	De 45 até 60 anos (exclusive)			**1.278**			**1.855**
	60 anos ou mais			**43**			**198**
	Mulheres que trabalham na empresa			**674**			**879**
	% Mulheres em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de mulheres			**6,5**			**5,0**
	em relação ao nº total de gerentes			**19,6**			**18,2**
	Negros(as) que trabalham na empresa			**452**			**569**
	% Negros(as) em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de negros(as)			**4,6**			**3,9**
	em relação ao nº total de gerentes			**9,3**			**9,1**
	Portadores(as) de necessidades especiais			**103**			**133**
	Dependentes			**12.437**			**15.785**
	Terceirizados			**10.245**			**7.384**
(2)	**Aprendiz (es)**			**95**			**151**
(2)	**Estagiários(as)**			**295**			**267**
	Empregados com mais de 10 anos de serviço			**2.969**			**3.961**
	Divisão do maior salário da empresa pelo menor salário - incluindo administradores			**38**			**28**
	Quantidade de empregados com salário superior a 2 salários mínimos			**3.050**			**4.078**
	Processos trabalhistas						
	Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício			**2.714**			**2.875**
	Nº de processos incluídos no exercício			**1.214**			**754**
	Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício			**1.407**			**1.227**

	6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2024	2023
(3)	**Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)**	**81**	**91**
(4)	**Número total de reclamações e críticas de consumidores:**		
	na empresa	20.714	24.538
	de segundo nível	5.395	6.066
	na justiça	10.634	8.316
	% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		
	na empresa	100,0%	100,0%
	de segundo nível	100,0%	100,0%
	na justiça	23,1%	10,6%

	2024	Metas 2025
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa	todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	todos	todos
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos	todos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	serão exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organizará e incentivará

7 - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA	2024	2023
Valor adicionado total a distribuir	11.551.913	9.960.382
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Terceiros	9,2%	9,9%
Pessoal	7,6%	14,2%
Governo	73,4%	70,2%
Acionistas	4,6%	2,3%
Retido	5,2%	3,4%

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

- A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT15, visando à transparência de suas informações.
- As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socio ambiental não contempladas neste Balanço Social.

(1) Estas informações referem-se a sanções administrativas que entraram no exercício, podendo estar em processo de defesa ou processos judiciais ambientais considerados desfavoráveis no exercício.

(2) Não compõem o quadro de empregados.

(3) Calculado através da metodologia empregada no Relato de Sustentabilidade GRI G4 - indicador LA6.

(4) Inclui as reclamações no Procon, Ouvidoria, Consumidor.gov e Aneel julgadas procedentes.

3. Desempenho Operacional

3.1. Análise Macroeconômica

O cenário macroeconômico brasileiro em 2024 foi marcado por um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estimado na ordem de 3,5%, superando as expectativas iniciais de 1,59%. Esse desempenho acima do esperado foi impulsionado pela demanda doméstica robusta e pelo aumento do consumo das famílias, beneficiado pela expansão do crédito e pela resiliência do mercado de trabalho.

Os sinais positivos no mercado de trabalho vêm da taxa de desemprego que atingiu mínimas históricas, com recordes associados à elevação da população ocupada, tanto em empregos formais quanto informais, e aumento da massa de rendimentos real habitual.

Por outro lado, a inflação encerrou o ano acima do teto da meta do Banco Central, em 4,83%, cujo centro era 3%, com tolerância de ±1,5 ponto, resultado da pressão sobre os preços dos alimentos e serviços, dentre outros fatores. Esse cenário exigiu uma política monetária mais restritiva retomando o ciclo de aumento dos juros, com a taxa Selic encerrando o ano em dois dígitos.

No campo fiscal, a aprovação do novo arcabouço fiscal trouxe desafios adicionais. A capacidade do Governo Federal de elevar a arrecadação tornou-se crucial para a equalização das contas públicas, mas a execução dessas medidas enfrentou incertezas significativas. A percepção de risco fiscal aumentou, afetando a confiança dos investidores refletindo na desvalorização do real e na volatilidade dos mercados financeiros.

No cenário estadual, o Paraná se consolidou como a quarta maior economia do Brasil. Segundo o IPARDES, órgão de pesquisa e estatística do Governo do Paraná, a economia estadual cresceu 2,42% de janeiro até setembro de 2024, impulsionado principalmente pelos setores de serviços, comércio e indústria. No entanto, a produção agrícola enfrentou algumas dificuldades devido a instabilidades climáticas, resultando na redução da safra, sobretudo, das culturas de trigo e milho. Além disso, assim como no cenário nacional, o mercado de trabalho apresentou resultados positivos, com a taxa de desemprego caindo para 4%, o terceiro menor índice da série histórica do IBGE.

3.2. Ambiente Regulatório

Em 2024, o setor de distribuição de energia elétrica continuou marcado pelos desafios operacionais relacionados aos fenômenos climáticos, com eventos cada vez mais extremos e com fortes efeitos na infraestrutura elétrica das áreas de atuação das distribuidoras, valendo citar a Consulta Pública da ANEEL nº 32/2024 sobre aprimoramentos regulatórios associados ao aumento da resiliência do sistema de distribuição e de transmissão a eventos climáticos extremos.

Cabe destacar o Decreto nº 12.068/2024 regulamentando a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e estabelece diretrizes para a modernização das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica em busca de mais qualidade e flexibilidade nos contratos futuros.

Outras Consultas Públicas importantes no período foram:

- Consulta Pública nº 9/2024, para contribuições ao Relatório de Análise de Impacto Regulatório sobre proposta de alternativas para o cálculo da energia requerida e das perdas não técnicas nos sistemas de distribuição de energia elétrica, considerando os efeitos da Minigeração e Microgeração Distribuída - MMGD, além das contribuições referentes à alteração dos regulamentos vigentes e propostas de padronização e melhorias das informações fornecidas no Sistema de Acompanhamento de Informação de Mercado para Regulação Econômica - SAMP; e
- Consulta Pública nº 29/2024, sobre a regulamentação dos desdobramentos tarifários da quitação antecipada das Contas Covid e Escassez Hídrica, nos termos da Medida Provisória nº 1.212/2024 e da Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024, bem como a Consulta Pública nº 37/2024 sobre os Pedidos de Revisão Tarifária Extraordinária – RTE das concessionárias Neoenergia Coelba, Neoenergia Brasília, Light, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Copel, para o reequilíbrio econômico, nos termos do Submódulo 2.10 do PRORET, devido aos efeitos da redução de mercado e do aumento da inadimplência decorrentes da pandemia de Covid-19.

No período ocorreram as Tomadas de subsídios nº 11/2024, para definição um roadmap sobre assuntos e ações regulatórias necessárias para modernização das tarifas de distribuição, nº 13/2024, para aprimorar o estudo "Avaliação de modelos regulatórios para implantação de sistemas de medição inteligentes no sistema de distribuição brasileiro", bem como a Tomada de subsídios nº 27/2024, para divulgação de informações sobre a execução dos projetos de Sandboxes Tarifários e recebimento de contribuições sobre a forma como a ANEEL deve comunicar os resultados parciais e finais dos projetos.

A publicação da Resolução Normativa nº 1.094/2024, regulamentando os artigos 21 e 24 da Lei nº 14.300/2022, que tratam da sobrecontratação involuntária e da venda de excedentes decorrentes do regime de microgeração e minigeração distribuída, bem como da Resolução Normativa nº 1.084/2024 que aprovou nova versão do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata das Bandeiras Tarifárias, com a incorporação da geração fora da ordem de mérito, por razões de segurança energética, na metodologia de acionamento das Bandeiras Tarifários, dentre outros pontos.

3.2.1. Reajuste Tarifário Anual – RTA

O resultado do RTA de 2024 da Copel Distribuição foi homologado pela Aneel por meio da Resolução Homologatória nº 3.336 de 18.06.2024, autorizando o reajuste médio de 0,0% percebido pelos consumidores (10,5% em junho/2023 pela Resolução Homologatória nº 3.209 de 20.06.2023), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2024. Para os consumidores da alta tensão o reajuste médio ficou em 0,05% e em -0,03% para os da baixa tensão (respectivamente, 8,31% e 11,73% em 2023). O detalhamento dos itens do reajuste está divulgado na Nota Técnica nº 90/2024 STR-ANEEL, de 12.06.2024.

3.2.2. Bandeiras Tarifárias

Com a melhora da situação hídrica verificada no País, de janeiro a junho de 2024 a bandeira tarifária permaneceu verde. Nos meses seguintes as condições se alteraram. Em julho de 2024, a bandeira estabelecida foi a amarela, retornando para verde no mês seguinte. Em setembro de 2024 a bandeira foi vermelha – patamar 1, em outubro de 2024, vermelha – patamar 2, retornando para amarela em novembro de 2024 e para verde em dezembro de 2024.

3.2.3. Sobrecontratação

No processo de compra de energia elétrica, a Copel Distribuição estima finalizar o ano de 2024 com um nível de contratação de 102,5%.

A verificação do atendimento da totalidade do mercado considera o período compreendido pelo ano civil, sendo a diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a Distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado, acrescidos dos montantes de sobrecontratação involuntária reconhecidos pelo regulador.

Considerando que a Empresa terminou o ano dentro dos limites regulatórios, não há previsão de risco de penalização por sobrecontratação.

3.2.4. Indicadores do Contrato de Concessão

A Companhia deve cumprir os indicadores e procedimentos de eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica para manutenção do contrato de concessão. Os critérios de cálculo estão demonstrados na NE 27.2.8.

Gestão econômico-financeira: A Copel Distribuição cumpriu e está em conformidade com os indicadores Eficiência na Gestão econômico-financeira em 2023. Em relação a 2024, o resultado será divulgado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2024, que ocorrerá em 16.04.2025, tendo em vista que o cálculo é baseado no resultado regulatório anual.

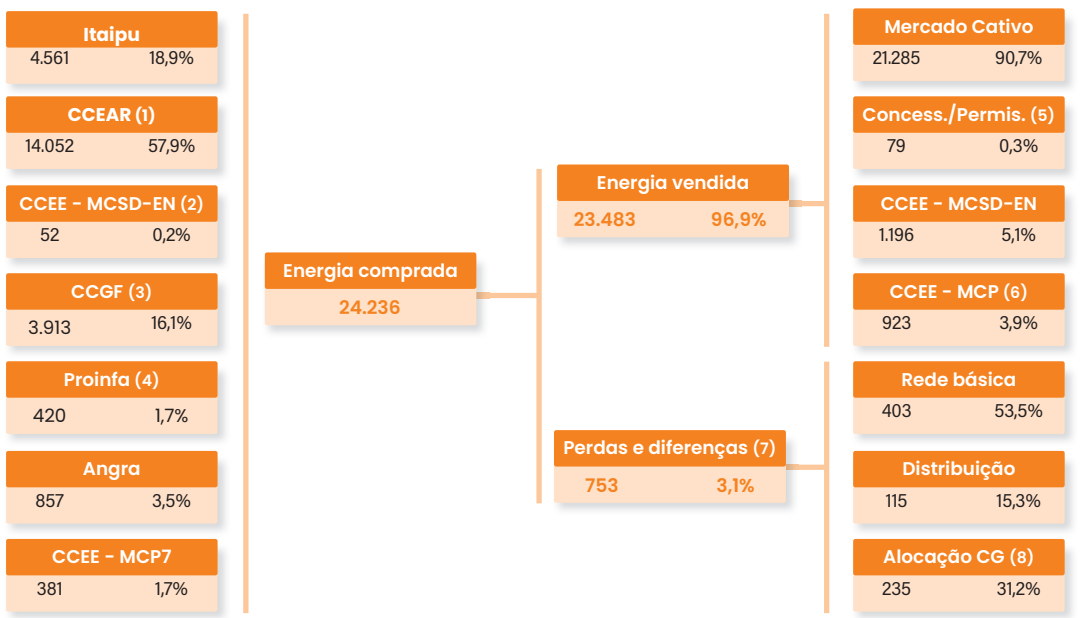
Qualidade do serviço ao consumidor: Em relação aos indicadores de qualidade Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, a Copel Distribuição vem permanecendo abaixo dos limites impostos pela Aneel, conforme apresentado no item 3.5 deste relatório. A partir de 2022, esses indicadores abrangem todas as ocorrências, independente da origem, inclusive as perdas na rede básica que são externas ao sistema de distribuição da concessionária e tem origem técnica.

3.3. Mercado De Energia

3.3.1. Aquisição de energia

A aquisição de energia aumentou 0,7% no comparativo de 2024 em relação ao mesmo período de 2023, passando de 24.071 GWh para 24.236 GWh, impactado principalmente pela redução no volume de cotas de CCGF, oriunda do processo de desestatização da Eletrobrás. A disponibilidade de energia foi alocada principalmente para o Mercado Cativo.

A seguir, são apresentados os fluxos de energia da Copel Distribuição em 2024:



(1) CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.
(2) Cessões MCSD EN - Cessões contratuais a outras distribuidoras através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova
(3) CCGF - Cotas de Garantia Física, que são compulsórias (Lei nº 12.783 de 11/01/2013)
(4) Proinfa - cotas para custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
(5) Suprimento de energia a concessionárias e permissionárias com mercado próprio inferior a 500GWh/ano
(6) CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo)
(7) Perdas e diferenças na distribuição, considera os efeitos de Mini e Microgeração Distribuída – MMGD
(8) Alocação de contratos no CG - Centro de Gravidade

3.3.2. Venda de energia

	Nº de consumidores / contratos			Energia vendida (GWh)		
	dez-24	**dez-23**	**Δ%**	**2024**	**2023**	**Δ%**
Mercado Cativo	5.184.322	5.098.006	1,7	21.285	20.174	5,5
Concessionárias e permissionárias	2	2	—	79	90	(12,2)
CCEE (Cessões MCSD EN)	264	381	(30,7)	1.196	247	384,2
CCEE - MCP	–	–	—	923	2.134	(56,7)
Total venda de energia	**5.184.588**	**5.098.389**	**1,7**	**23.483**	**22.644**	**3,6**
Micro e Mini geração distribuída - MMGD	**411.888**	**312.775**		**(2.614)**	**(1.828)**	**43,0**
Mercado Total				**20.869**	**20.816**	**0,3**

• Mercado Fio (TUSD)

A tabela abaixo apresenta a variação do mercado fio, composto pelo mercado cativo, pelo suprimento a concessionárias e permissionárias dentro do Estado do Paraná e pela totalidade dos consumidores livres existentes na sua área de concessão:

	Nº de consumidores / contratos			Energia vendida (GWh)		
	dez-24	**dez-23**	**Δ%**	**2024**	**2023**	**Δ%**
Residencial	4.300.335	4.212.397	2,1	9.887	8.888	11,2
Industrial	68.970	69.134	(0,2)	12.789	12.292	4,0
Cativo	67.041	67.858	(1,2)	1.718	1.942	(11,5)
Livre	1.929	1.276	51,2	11.071	10.350	7,0
Comercial	448.388	440.749	1,7	7.344	6.735	9,0
Cativo	445.899	439.039	1,6	4.782	4.520	5,8
Livre	2.489	1.710	45,6	2.562	2.215	15,7
Rural	314.623	323.481	(2,7)	2.721	2.517	8,1
Cativo	314.508	323.408	(2,8)	2.507	2.352	6,6
Livre	115	73	57,5	214	165	29,7
Outros	56.908	55.316	2,9	2.566	2.479	3,5
Cativo	56.539	55.304	2,2	2.391	2.472	(3,3)
Livre	369	12	2.975,0	175	7	2400,0
Mercado Cativo	**5.184.322**	**5.098.006**	**1,7**	**21.285**	**20.174**	**5,5**
Mercado Livre	**4.902**	**3.071**	**59,6**	**14.022**	**12.737**	**10,1**
Suprimento e concessionárias	**7**	**7**	**—**	**1.002**	**940**	**6,6**
Total Mercado Fio	**5.189.231**	**5.101.084**	**1,7**	**36.309**	**33.850**	**7,3**
(-) Micro e Mini geração distribuída - MMGD	**411.888**	**312.775**		**(2.614)**	**(1.828)**	**43,0**
Total Mercado faturado	**5.189.231**	**5.101.084**	**1,7**	**33.695**	**32.022**	**5,2**
Mercado Cativo total (-) MMGD				**18.671**	**18.346**	**1,8**

Na classe industrial, que representou cerca de 35% do consumo, destaca-se o segmento alimentício que representou 38% do consumo da classe e cresceu 6,0% no ano. Por outro lado, a migração para o mercado livre de clientes dos setores Químico e Metalúrgico, com conexão na Rede Básica (230 kV), limitou o desempenho no período. A expansão da classe comercial é sustentada, em grande parte, pelos desempenhos dos ramos atacadista e varejista.

3.4. Investimentos

Os investimentos totais em 2024, líquidos da Participação Financeira do consumidor, alcançaram R$2.196,9 milhões. Desse total realizado, R$1.918,9 milhões são referentes aos desembolsos e R$278,0 milhões às apropriações relacionadas à mão-de-obra própria, gastos com veículos próprios utilizados nas obras de investimentos, entre outros.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025

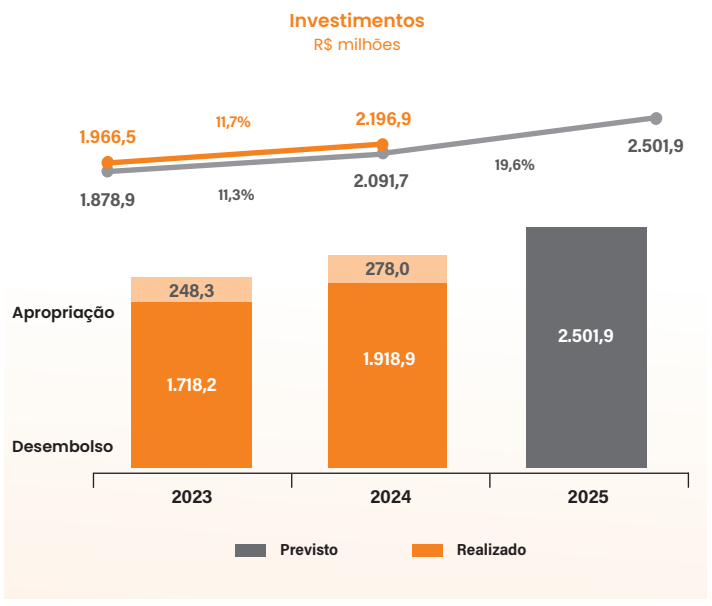
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/COPELDISTRIBUICAO1581076428022025.pdf

Hash:174172767149c173acf5404fcca1c44678e6b993f5

Os investimentos destinam-se à expansão e modernização do sistema elétrico de distribuição, através da: (i) implantação de novas subestações, linhas de distribuição de alta tensão e linhas de distribuição de média e baixa tensão; (ii) aprimoramento do sistema de telemedição e (iii) melhoria da qualidade de fornecimento de energia elétrica na área rural.

O programa de investimentos para 2025 foi aprovado em 11.12.2024, na 257ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração – CAD e prevê o montante de R$2.501,9 milhões, 19,6% superior a 2024, com o objetivo permanente de aumento da eficiência operacional, redução de custos e composição da base de remuneração de ativos regulatórios (BRR), especialmente por meio da continuidade da execução do Programa Transformação, composto pelos projetos Paraná Trifásico, Rede Elétrica Inteligente e Confiabilidade Total.

O gráfico demonstra o comparativo do montante dos Investimentos previstos e realizados.



3.4.1. Linhas e Subestações

Em 2024, foram conectadas subestações para reforçar o sistema elétrico de distribuição, melhorando a qualidade e aumentando a disponibilidade de energia aos consumidores.

As obras de novas subestações e ampliações adicionaram aproximadamente 548,19 MVA ao sistema de distribuição e as novas linhas de alta tensão concluídas no período adicionaram 3.289 km em linhas de distribuição e transmissão.

Extensões de linhas de distribuição:

Linhas de Distribuição Extensão (em km)	31.12.2024	31.12.2023
13,8 kV	114.299	112.871
34,5 kV	92.558	90.902
69,0 kV	778	778
138,0 kV	6.972	6.767
Total	214.607	211.318

Parque de subestações aberto por tensão:

Tensão	31.12.2024		31.12.2023	
	Automatizadas	MVA	Automatizadas	MVA
34,5 kV	236	1.695	236	1.665
69,0 kV	36	2.502	36	2.502
88,0 kV	–	5	–	5
138,0 kV	124	8.368	119	7.850
Total	396	12.570	391	12.022

3.4.2. Programa Transformação

O Programa Transformação constitui um amplo plano de investimento com o objetivo de modernizar, automatizar e renovar a rede de distribuição e rede de comunicação privada com tecnologias padronizadas para atendimento aos equipamentos de automação.

Entre os benefícios esperados estão o reforço das redes rurais para reduzir desligamentos e garantir o suporte ao crescimento do agronegócio no Estado do Paraná, redução dos custos com serviços de operação e manutenção (O&M) e comerciais, aprimoramento no controle dos indicadores de qualidade DEC e FEC, além de que os investimentos devem impactar em aumento da base de remuneração, que passará por revisão tarifária em 2026.

O programa é composto por projetos para manutenção e expansão do sistema elétrico na área de concessão da Copel Distribuição, abrangendo a construção de, aproximadamente, 25 mil km de novas redes, 15 mil novos pontos automatizados e a implementação da tecnologia de redes inteligentes no estado do Paraná.

Redes elétricas inteligentes - REI

O programa de redes elétricas inteligentes tem o objetivo de implantar uma rede de comunicação privada com tecnologia padronizada para atendimento de todos os equipamentos de automação da rede de distribuição e infraestrutura avançada de medição, e o uso de medidores de energia eletrônicos inteligentes.

Desta forma, a rede permite uma comunicação bidirecional entre os consumidores e os sistemas de controle centralizados utilizados pela Copel Distribuição.

Os medidores inteligentes representam o futuro do setor de energia elétrica, pois são peças-chave para a transformação dos centros urbanos em smart cities, ou cidades inteligentes.

A conexão remota da rede inteligente também dispensa deslocamentos de equipes, o que colabora com o meio ambiente, evitando a emissão de CO2.

O primeiro investimento com tecnologia de redes inteligentes foi concluído em 2018, como projeto piloto no município de Ipiranga/PR, e, a partir daí, expandido aos demais municípios do Paraná. Em 2024 foram investidos R$ 290 milhões em 50 municípios, sendo, para 2025, a previsão de R$ 58 milhões. Recentemente o projeto passou por expansão com a inclusão de 134 mil consumidores da região urbana do município de São José dos Pinhais, totalizando a troca de 1,7 milhão de medidores até o final de 2025.

Paraná Trifásico

O projeto Paraná Trifásico representa a melhoria e renovação das redes de distribuição rurais na área de concessão da Companhia, com implantação de rede trifásica e criação de redundância nos principais ramais rurais, impactando na qualidade de fornecimento e indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, renovação de ativos e segurança.

O projeto teve início em 2020, com previsão de conclusão até 2025 com 25 mil quilômetros de novas redes e aplicação de R$ 2,8 bilhões. Desde então, já foram investidos R$ 2,6 bilhões e 20,5 mil quilômetros de redes, sendo R$ 0,7 bilhões e 5,3 mil quilômetros em 2024. Para 2025 está prevista a aplicação de R$ 522 milhões e o atingimento dos 25 mil quilômetros.

O projeto Paraná Trifásico representa a melhoria e renovação das redes de distribuição rurais na área de concessão da Companhia, com implantação de rede trifásica e criação de redundância nos principais ramais rurais.

Teve início em 2020 com o intuito de melhorar a qualidade de fornecimento, renovar os ativos e prover mais segurança aos empregados e à população. Desde o início da implantação – Fase 1, já foram investidos R$ 2.578 milhões em 375 municípios paranaenses. Em 2024 foram investidos R$ 703 milhões, sendo, para 2025, a previsão de R$ 522 milhões, e a conclusão do projeto.

As obras do Paraná Trifásico seguem em andamento com mais 1,3 mil quilômetros em fase de construção.

O objetivo é reduzir os desligamentos de energia e tornar mais acessível a conexão daquelas propriedades que necessitam de uma ligação trifásica para o seu abastecimento, impulsionando a economia rural no Paraná. Até 2025, o programa completará 25 mil quilômetros de novas redes, somando a aplicação de R$ 3,1 bilhões.

Estão sendo realizadas interligações entre os alimentadores, com a utilização de uma nova tecnologia de cabos protegidos, que trazem maior segurança e reduzem o número de desligamentos, impactando em melhoria da qualidade dos serviços ao consumidor e nos índices de qualidade que medem o número de horas (DEC) e a frequência (FEC) com que a consumidor permaneceu sem energia elétrica.

Projeto Confiabilidade Total

Iniciado em 2020, o projeto visa assegurar a modernidade nas operações da rede de energia a partir da manutenção da comunicação plena entre as equipes e a disponibilidade de equipamentos na rede, automação de equipamentos, manutenção da totalidade de município com subestação (SE), ampliação de circuitos de rede e equipamento *Self Healing*, entre outros.

Até o final de dezembro/2024 o projeto concluiu 89,74% do cronograma previsto, sendo investidos R$ 451,4 milhões ao todo, em 2024 foram R$ 86,5 milhões.

3.4.3. Redes Compactas e Protegidas

A Companhia vem implantando redes compactas predominantemente em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição e redes protegidas exclusivamente em áreas rurais. As redes compactas evitam cortes e podas de árvores e melhoram a qualidade do fornecimento, pois reduzem o número de desligamentos.

As redes protegidas também melhoram a qualidade e a confiabilidade do sistema, pois evitam interrupções por contato com a vegetação ou outros objetos e intempéries. Ao final de dezembro/2024, a extensão das redes compactas e protegidas instaladas era de 32.544 km (27.851 km em dezembro/2023), acréscimo de 4.693 km, 16,85%, em doze meses.

3.4.4. Rede Secundária Isolada

A Copel Distribuição também investe em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores DEC e FEC; dificultar o roubo de energia; melhorar as condições do meio ambiente; reduzir as áreas de podas; aumentar a segurança; reduzir a queda de tensão ao longo da rede; aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras.

Ao final de dezembro/2024, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas, instaladas, era de 23.686 km (22.827 km em dezembro/2023), um acréscimo de 859 km, 3,76%, em doze meses.

3.5. Qualidade De Fornecimento

A qualidade de fornecimento é medida por indicadores que monitoram o desempenho das distribuidoras quanto à continuidade do serviço prestado. O DEC indica o número de horas em média que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período. O FEC indica quantas vezes, em média, houve interrupção na unidade consumidora.

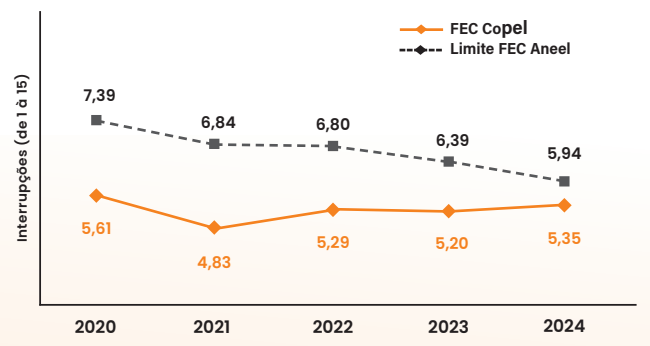
É a partir do DEC e do FEC que a Aneel estabelece os parâmetros individuais de continuidade (que são informados mensalmente na conta de energia elétrica do consumidor. Quando esses indicadores ultrapassam os limites estabelecidos, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia.

O resultado dos indicadores DEC e FEC da Copel Distribuição permanecem atendendo aos limites regulatórios impostos pela ANEEL, resultado dos investimentos em obras de desempenho e expansão, incremento de manutenções periódicas e inspeções preventivas, apresentados nos gráficos a seguir:

FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora

Indica quantas vezes, em média, houve interrupção de energia elétrica na unidade consumidora.

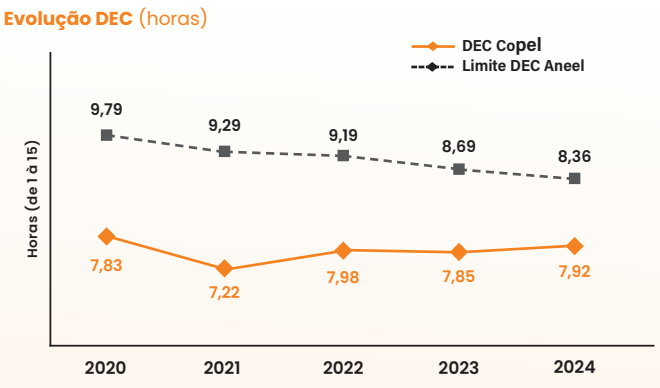
Evolução FEC (Interrupções)



DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora

Número de horas, em média, que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período

Evolução DEC (horas)



3.6. Gestão De Perdas De Energia

O sistema elétrico nacional é composto por geração, transmissão e distribuição. As perdas referem-se à energia elétrica gerada que passa pelas linhas de transmissão (Rede Básica) e redes da distribuição, mas que não chega a ser comercializada seja por motivos técnicos ou comerciais.

Neste contexto, as perdas podem ser segmentadas entre Perdas na Rede Básica, que são externas ao sistema de distribuição da concessionária e têm origem iminentemente técnica, e as Perdas na Distribuição que podem ser de natureza técnica ou não técnica.

As perdas técnicas se referem à parcela das perdas na distribuição inerente ao processo de transporte, transformação de tensão e medição da energia na rede da concessionária. As perdas não técnicas, por sua vez, representam todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia (ligação clandestina, desvio direto da rede), fraudes (adulterações no medidor ou desvios), erros de leitura, medição e faturamento.

Ações

A Copel Distribuição mantém um Programa de Combate às Perdas não Técnicas que consiste em várias ações que objetivam reduzir ou manter o nível atual de perdas não técnicas, através das seguintes ações:

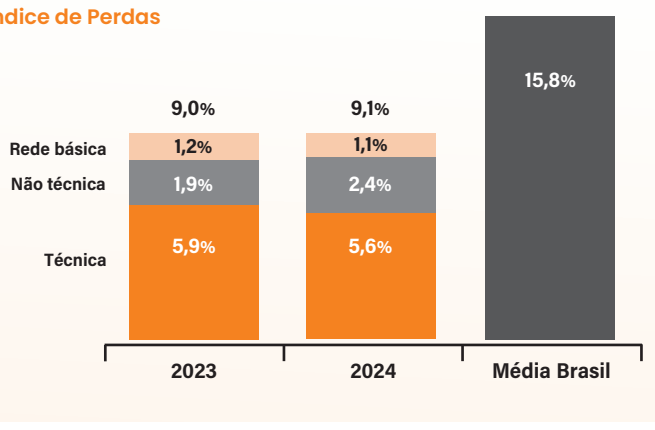
- Aperfeiçoamento das ações de combate ao procedimento irregular, melhorando o desempenho das inspeções direcionadas;
- Investimentos destinados à disponibilização e ou aquisição de equipamentos para inspeção;
- Elaboração e execução de treinamentos específicos e reciclagem relacionados a perdas comerciais;
- Realização de inspeções, tanto na Média como na Baixa Tensão;
- Notas educativas na imprensa e mensagens na fatura de energia elétrica;
- Operações conjuntas com as Forças de Segurança (Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Ministério Público;
- Abertura de inquérito policial nas regiões onde constatados números expressivos de procedimentos irregulares; e
- Instalação e operação de Sistema de Medição Centralizada em áreas de alto índice de procedimentos irregular e/ou perdas não técnicas.

Perdas em 2024:

Em 2024 as perdas globais (total apurado desde a geração até o consumidor final) representaram 9,1% de toda energia injetada no sistema da distribuidora, sendo 5,6% de perdas técnicas, 2,4% de perdas não técnicas e 1,1% de perdas na rede básica.

Em função das ações realizadas, a efetividade das inspeções aumentou significativamente nos últimos anos, passando de 11,1% em 2012 para 24,5% em 2024, quando foram feitas 86.480 inspeções e detectados 8.894 procedimentos irregulares. As prospecções, para a realização das inspeções, são realizadas por meio de ferramenta Data Analytics do grupo A para clientes cativos, análise de dados de consumo e do cadastro de unidades consumidoras, análise de denúncias externas e internas e mutirões de ações específicas.

Índice de Perdas



4. Desempenho Econômico-Financeiro

4.1. Resultado Líquido E Ebitda

A Copel Distribuição apresentou Lucro Líquido de R$ 1.134,0 milhões em 2024, 99,3% superior ao de 2023, devido ao aumento da Receita antes da Parcela B, reflexo do crescimento do mercado e dos efeitos dos Reajustes Tarifários Anuais, às variações dos custos gerenciáveis e resultado financeiro detalhados abaixo, além do maior valor de imposto de renda e contribuição social em decorrência do aumento do resultado no exercício.

Ebitda

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization - Ebitda) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

R$ mil	31.12.2024	31.12.2023	ΔR$	Δ%
Lucro líquido	1.134.022	569.121	564.901	99,3%
IRPJ e CSLL diferidos	322.349	(29.026)	351.375	-1210,6%
Provisão para IRPJ e CSLL	—	87.394	(87.394)	-100,0%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	525.920	475.102	50.818	10,7%
Lajir/Ebit	**1.982.291**	**1.102.591**	**879.700**	**79,8%**
(+) Depreciação e Amortização	592.226	521.301	70.925	13,6%
Lajida/Ebitda	**2.574.517**	**1.623.892**	**950.625**	**58,5%**

4.2. Demonstração de Resultado

R$ mil	31.12.2024	31.12.2023	ΔR$	Δ%
(=) Receita Operacional Líquida (ROL)	**17.030.454**	**15.085.707**	**1.944.747**	**12,9**
(-) Receita de Construção	(2.427.298)	(2.234.539)	(192.759)	8,6
(=) Receita Operacional Líquida ajustada	**14.603.156**	**12.851.168**	**1.751.988**	**13,6**
(-) Custos Não Gerenciáveis - Parcela A	**(10.037.950)**	**(8.790.025)**	**(1.247.925)**	**14,2**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.308.796)	(6.074.752)	(1.234.044)	20,3
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(2.729.154)	(2.715.273)	(13.881)	0,5
(=) Receita antes dos custos gerenciáveis	**4.565.206**	**4.061.143**	**504.063**	**12,4**
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela B	**(2.582.915)**	**(2.958.552)**	**375.637**	**(12,7)**
PMSO	(1.990.689)	(2.437.251)	446.562	(18,3)
Pessoal	(805.830)	(1.342.439)	536.609	(40,0)
Material	(63.492)	(74.501)	11.009	(14,8)
Serviços de Terceiros	(719.122)	(643.999)	(75.123)	11,7
Provisões e Perdas Estimadas	(243.470)	(201.084)	(42.386)	21,1
Outros Custos e Despesas Operacionais	(158.775)	(175.228)	16.453	(9,4)
Amortização	(592.226)	(521.301)	(70.925)	13,6
(=) Resultado das Atividades	**1.982.291**	**1.102.591**	**879.700**	**79,8**
(+/-) Resultado Financeiro	**(525.920)**	**(475.102)**	**(50.818)**	**10,7**
Receita Financeira	516.031	479.944	36.087	7,5
(-) Despesa Financeira	(1.041.951)	(955.046)	(86.905)	9,1
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	**1.456.371**	**627.489**	**828.882**	**132,1**
(-) Tributos	(322.349)	(58.368)	(263.981)	452,3
(=) Lucro Líquido	**1.134.022**	**569.121**	**564.901**	**99,3**

A Demonstração de Resultado acima é apresentada na visão gerencial, e tem por finalidade demonstrar os resultados obtidos desconsiderados os valores da Receita e do Custo de Construção.

4.2.1. Receita operacional líquida

	31.12.2024	31.12.2023	ΔR$	Δ%
Fornecimento de Energia Elétrica	6.554.157	5.663.429	890.728	15,7
Disponibilidade da rede elétrica	6.520.003	5.468.715	1.051.288	19,2
Suprimento	94.923	164.825	(69.902)	(42,4)
Receita de construção	2.427.298	2.234.539	192.759	8,6
Valor justo Ativo indenizável da concessão	82.424	62.166	20.258	32,6
Ativos e passivos financeiros setoriais	838.280	971.203	(132.923)	(13,7)
Outras receitas operacionais	513.369	520.830	(7.461)	(1,4)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**17.030.454**	**15.085.707**	**1.944.747**	**12,9**

A variação na Receita operacional líquida decorreu, principalmente, dos seguintes fatos:

- **Fornecimento:** efeito do reajuste tarifário de 2024 que reduziu a tarifa de energia em 4,00% (julho a dezembro/2024), enquanto que em 2023 o reajuste foi de 17,37% (janeiro a junho/2024), além do aumento de 5,5% no mercado cativo e do aumento do número de consumidores.
- **Disponibilidade da rede elétrica:** efeito do reajuste na tarifa de uso em 2023, de 6,32% (janeiro a junho/2024) e em 2024 de 2,69% (julho a dezembro/2024) e da variação do mercado fio em 7,3%.
- **Suprimento:** redução na receita de venda de energia no mercado de curto prazo.
- **Receita de construção:** aumento do volume de obras de infraestrutura, principalmente devido ao Programa Transformação.
- **Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão:** correção da base de ativos, dada a variação de 4,83% o IPCA de janeiro a dezembro de 2024.
- **Ativos e passivos financeiros setoriais:** crescimento do mercado faturado e melhor aderência da cobertura tarifária em relação aos custos realizados da Parcela A (custos não gerenciáveis).
- **Outras Receitas:** variação principalmente pela receita com arrendamentos e aluguéis de equipamentos e estruturas.

4.2.2. Custos e despesas operacionais

a. Custos não gerenciáveis - Parcela A

	31.12.2024	31.12.2023	ΔR$	Δ%
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	4.079.561	3.722.641	356.920	9,6
Micro e mini geradores e recompra de clientes	1.726.602	1.125.857	600.745	53,4
Itaipu Binacional	950.389	980.302	(29.913)	(3,1)
Programa incentivo novas fontes energia alternativa - Proinfa	320.371	355.754	(35.383)	(9,9)
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	692.641	328.647	363.994	110,8
(-) PIS/Pasep e Cofins	(460.768)	(438.449)	(22.319)	5,1
Total custos com energia elétrica	**7.308.796**	**6.074.752**	**1.234.044**	**20,3**
Encargos de uso do sistema	2.249.295	2.199.053	50.242	2,3
Encargo de energia de reserva - EER	412.331	452.513	(40.182)	(8,9)
Encargos de transporte de Itaipu	270.190	258.520	11.670	4,5
Encargos dos serviços do sistema - ESS	74.133	79.359	(5.226)	(6,6)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(276.795)	(274.172)	(2.623)	1,0
Total custos de encargos	**2.729.154**	**2.715.273**	**13.881**	**0,5**
Total custos Parcela A	**10.037.950**	**8.790.025**	**1.247.925**	**14,2**

A variação nos custos da Parcela A se devem, principalmente, aos seguintes fatos:

- **Energia elétrica comprada para revenda:**

(a) aumento das despesas com a compra de energia na CCEE decorrente da necessidade de compra no mercado de curto prazo em determinados meses de 2024, de maior intensidade de temperatura e/ou em meses cujo PLD encontrava-se mais elevado, por conta das condições hidrológicas;

(b) aumento das despesas com os contratos decorrentes dos leilões de energia nos quais a distribuidora participou, sendo estes custos parcialmente amortizados pela maior receita proveniente de cessões de contratos para outras distribuidoras, realizadas através dos MCSD-EN;

(c) Pelo maior volume proveniente do sistema de compensação de MMGD.

- **Encargos de uso da rede elétrica:** aumento nos custos do transporte de Itaipu e Rede Básica, compensado com a redução das despesas com Encargos do Serviço do Sistema.

b. Custos gerenciáveis – Parcela B

	31.12.2024	31.12.2023	ΔR$	Δ%
PMSO	1.990.689	2.437.251	(446.562)	(18,3)
Pessoal e Administradores	636.853	1.174.906	(538.053)	(45,8)
Remuneração, encargos e benefícios	512.554	572.142	(59.588)	(10,4)
Provisões PPD e PLR	110.956	114.814	(3.858)	(3,4)
PDV	13.343	397.253	(383.910)	—
Indenização acordo coletivo de trabalho	—	90.697	(90.697)	—
Planos Previdenciário e Assistencial	168.977	167.533	1.444	0,9
Material	63.492	74.501	(11.009)	(14,8)
Serviços de Terceiros	719.122	643.999	75.123	11,7
Outros Custos e Despesas Operacionais	158.775	175.228	(16.453)	(9,4)
Provisões e Perdas Estimadas	243.470	201.084	42.386	21,1
Provisão para Litígios	168.067	101.960	66.107	64,8
Perdas Estimadas	75.403	99.124	(23.721)	(23,9)
Amortização	592.226	521.301	70.925	13,6
Total Custos da Parcela B	**2.582.915**	**2.958.552**	**(375.637)**	**(12,7)**

A variação nos custos da Parcela B se devem, principalmente, aos seguintes fatos.

- **Pessoal e administradores:** indenização do segundo terço adicional de férias para retirada do benefício do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), de R$ 90,7 milhões, e o provisionamento do Programa de Demissão Voluntária (PDV) de R$ 397,3 milhões, ambos em 2023, além da redução do quadro em 2024. Estes valores foram compensados pela atualização salarial decorrente do acordo coletivo do trabalho de 4,51% em outubro de 2023 e da provisão de R$ 10,8 milhões referente aos impactos do ACT 2024 homologado em 2025.
- **Material:** decréscimo dos custos de materiais do sistema elétrico, com combustíveis e em peças e equipamentos para veículos.
- **Serviços de terceiros:** elevação principalmente dos custos com: manutenção do sistema elétrico, relacionada a manutenções corretivas de linhas e redes, necessárias para manter a estrutura operante, e limpeza de faixa de servidão; serviços de reformas de instalações; serviços de comunicação, processamento e transmissão de dados, relacionadas à a implantações de novas soluções e ferramentas de TI; serviços de consultoria e auditoria.
- **Provisões e perdas estimadas:** aumento na provisão para litígios, principalmente por ações de indenização a fumicultores e por acidentes com energia, compensado pela redução nas perdas de crédito esperadas influenciada, principalmente, pela redução em parcelamentos, multas de compartilhamento de estruturas e recuperação de faturas, e pela intensificação das ações de cobrança realizadas pela Companhia.
- **Outros custos e despesas operacionais:** variação decorrente, principalmente, da redução de despesas com taxas de arrecadação e de perdas na desativação, compensadas pelo aumento em indenizações negociadas administrativamente.

4.2.3. Resultado financeiro

O resultado financeiro apresentou variação negativa de R$ 50,8 milhões, devido principalmente ao acréscimo da variação monetária e encargos de dívidas, em virtude das novas captações, menor remuneração líquida dos ativos e passivos financeiros setoriais, ao aumento na variação monetária sobre a compra de energia elétrica de Itaipu, decorrente da alta do dólar no período, compensados pelo aumento em rendimentos de aplicações financeiras, decorrente do maior volume dos valores aplicados.

4.3. Endividamento

A Companhia financia liquidez e necessidades de capital principalmente com recursos propiciados por operações e mediante financiamentos, com a finalidade de reforçar o caixa para atendimento aos compromissos da Companhia, além da ampliação, renovação e melhorias da rede de distribuição.

Em 2024 foram obtidos os recursos a seguir:

Ingressos (Em R$ milhões)	Financiador	Valor
Debêntures - 9ª emissão 1ª série	Debêntures	750,0
Debêntures - 9ª emissão 2ª série	Debêntures	1.500,0
Total		**2.250,0**

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R$ 1.296,4 milhões, sendo R$ 555,8 milhões de principal e R$ 740,6 milhões de encargos. O cronograma de vencimento da dívida de longo prazo, contemplando empréstimos, financiamentos e debêntures é:

R$ milhões	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
	1.561	1.439	767	447	2.743	6.957
Total	**1.561**	**1.439**	**767**	**447**	**2.743**	**6.957**

4.4. Valor Adicionado

No exercício de 2024 a Copel Distribuição apurou R$ 11.552 milhões de Valor Adicionado, 16,0% superior ao ano anterior, no montante de R$ 9.960 milhões. A apresentação, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

Distribuição do Valor Adicionado	2024	2023	%
Acionistas	4,6 %	2,3 %	100,0
Retido	5,2 %	3,4 %	52,9
Terceiros	9,2 %	9,9 %	-7,1
Pessoal	7,6 %	14,2 %	-46,5
Governo	73,4 %	70,3 %	4,4
Estadual e Municipal	28,8 %	25,3 %	13,8
Federal	44,5 %	45,0 %	-1,1
Total	**100,0 %**	**100,0 %**	**—**

4.5. Inadimplência De Consumidores

A Companhia passou a calcular, desde 2003, o índice de inadimplência do produto "fornecimento de energia elétrica", cuja metodologia de cálculo considera inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias até 360 dias.

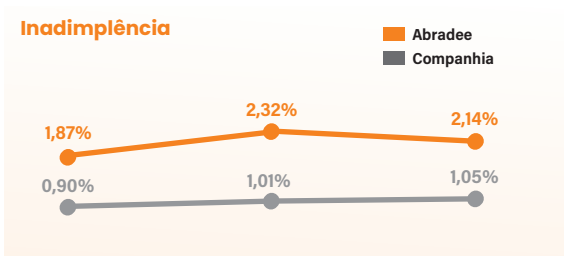
Em 2024, a inadimplência de consumidores da Copel Distribuição, também denominada de Inadimplência Corporativa, foi de R$ 247,2 milhões, que equivale a 1,05% do faturamento dos 12 meses anteriores, aumento de 14,9% em relação a 2023, R$ 215,2 milhões e 1,01% do faturamento.

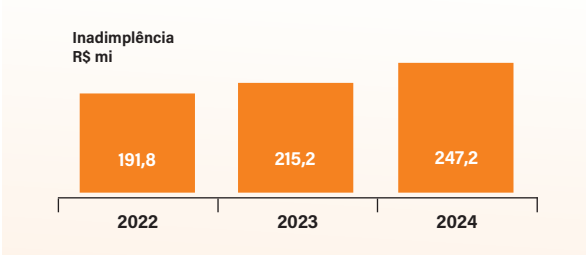
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/COPELDISTRIBUICAO1581076428022025.pdf

Hash:174172767149c173acf5404fcca1c44678e6b993f5





Para controle da inadimplência são realizadas diversas ações de cobrança como os avisos de inadimplência (SMS, e-mail, protesto de títulos, carta cobrança) e, em última instância, a suspensão de fornecimento. Estas ações contribuem para a recuperação de contas inadimplentes com muitos dias de atraso.

A metodologia de cálculo do índice de inadimplência da Copel Distribuição do produto fornecimento de energia elétrica considera como inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias até 360 dias, excluindo o reconhecimento de perdas dos débitos vencidos, sendo:

- Índice de inadimplência Critério Corporativa: somatório da pendência de 16 a 360 dias/faturamento de 12 meses
- Índice de inadimplência Critério Abradee: somatório da pendência de 1 a 90 dias/faturamento de 12 meses

DEMONSTRAÇÕES **FINANCEIRAS**

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (em milhares de reais)

Ativo	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.734.522	626.708
Cauções e depósitos vinculados		9	9
Clientes	6	3.267.284	2.973.010
Ativos financeiros setoriais	7	—	15.473
Outros créditos	10	541.676	435.620
Estoques		95.620	131.927
Imposto de renda e contribuição social		101.406	1.259
Outros tributos a recuperar	11.2	979.880	922.449
Despesas antecipadas		42.066	37.807
Partes relacionadas	28.1	7.306	9.404
		6.769.769	**5.153.666**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	3.159	1.005
Clientes	6	116.180	105.259
Depósitos judiciais	12	190.181	380.433
Ativos financeiros setoriais	7	—	15.473
Contas a receber vinculadas à concessão	9	2.610.731	1.954.679
Ativos de contrato	8	1.701.448	2.201.958
Outros créditos	10	65.322	44.838
Imposto de renda e contribuição social		59.940	66.123
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	918.078	1.324.670
Outros tributos a recuperar	11.2	1.182.616	2.135.382
		6.847.655	**8.229.820**
Investimentos		**442**	**443**
Intangível	13	**9.788.358**	**8.317.327**
Direito de uso de ativos	20.1	**161.079**	**129.870**
TOTAL DO ATIVO		**23.567.303**	**21.831.126**

As notas explicativas – NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucros: Dividendo adicional proposto	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023		**5.359.206**	**—**	**—**	**15.777**	**306.744**	**928.545**	**—**	**—**	**6.610.272**
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	—	—	569.121	569.121
Ajustes de passivos atuariais, líquidos de tributos		—	—	—	(179.728)	—	—	—	—	(179.728)
Resultado abrangente total do exercício		—	—	—	(179.728)	—	—	—	569.121	389.393
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		—	13.000	—	—	—	—	—	—	13.000
Aumento de capital		13.000	(13.000)	—	—	—	—	—	—	—
Deliberação do Dividendo adicional proposto		—	—	—	—	—	—	—	—	—
Destinação proposta à A.G.O.:										
Reserva legal	23.4	—	—	—	—	28.456	—	—	(28.456)	—
Dividendos intercalares (JSCP)	23.4	—	—	—	—	—	—	—	(122.600)	(122.600)
Dividendos (JSCP)	23.4	—	—	—	—	—	—	—	(107.200)	(107.200)
Reserva de retenção de lucros		—	—	—	—	—	310.865	—	(310.865)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**5.372.206**	**—**	**—**	**(163.951)**	**335.200**	**1.239.410**	**—**	**—**	**6.782.865**
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	—	1.134.022	1.134.022
Ajustes de passivos atuariais, líquidos de tributos		—	—	—	163.531	—	—	—	—	163.531
Resultado abrangente total do exercício		—	—	—	163.531	—	—	—	1.134.022	1.297.553
Incentivos de longo prazo		—	—	166	—	—	—	—	—	166
Deliberação do Dividendo adicional proposto		—		—	—	—	—	—	—	—
Destinação proposta à A.G.O.:										
Reserva legal	23.4	—	—	—	—	56.701	—	—	(56.701)	—
Dividendos intercalares (JSCP)	23.4	—	—	—	—	—	—	—	(415.000)	(415.000)
Dividendo adicional proposto	23.4	—	—	—	—	—	—	123.660	(123.660)	—
Reserva de retenção de lucros		—	—	—	—	—	538.661	—	(538.661)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**5.372.206**	**—**	**166**	**(420)**	**391.901**	**1.778.071**	**123.660**	**—**	**7.665.584**

As notas explicativas – NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (em milhares de reais)

Passivo	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	14	265.757	597.160
Partes relacionadas	28.1	11.482	11.950
Fornecedores	15	1.792.275	1.605.111
Outras obrigações fiscais	11.2	252.462	253.336
Empréstimos e financiamentos	16	2.971	375.135
Debêntures	17	908.720	569.700
Dividendos a pagar		663.654	460.904
Benefícios pós-emprego	18.3	66.352	59.742
Encargos do consumidor a recolher		23.598	44.789
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19	161.074	262.444
Passivos financeiros setoriais	7	935.322	476.103
Passivo de arrendamentos	20.2	41.959	40.083
Outras contas a pagar	21	273.479	175.694
PIS e COFINS a restituir para consumidores	11.3.1	—	558.591
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.3.1	580.000	—
		5.979.105	**5.490.742**
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	14	30	—
Outras obrigações fiscais	11.2	291.195	546.184
Empréstimos e financiamentos	16	750.733	375.585
Debêntures	17	6.205.483	4.750.476
Benefícios pós-emprego	18.3	718.933	948.724
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19	234.277	224.996
Passivos financeiros setoriais	7	142.488	27.888
Passivo de arrendamentos	20.2	127.277	99.138
Outras contas a pagar	21	6.275	1.558
PIS e COFINS a restituir para consumidores	11.3.1	—	173.135
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.3.1	1.000.588	1.909.775
Provisões para litígios	22.1	445.335	500.060
		9.922.614	**9.557.519**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23.1	5.372.206	5.372.206
Reservas de capital	23.6	166	—
Ajustes de avaliação patrimonial	23.2	(420)	(163.951)
Reserva legal	23.3	391.901	335.200
Reserva de retenção de lucros	23.3	1.778.071	1.239.410
Dividendo adicional proposto	23.3	123.660	—
		7.665.584	**6.782.865**
TOTAL DO PASSIVO		**23.567.303**	**21.831.126**

As notas explicativas – NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultados

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	**17.030.454**	**15.085.707**
Custos Operacionais	25	**(14.300.083)**	**(13.122.771)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**2.730.371**	**1.962.936**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	25	(111.790)	(142.324)
Despesas gerais e administrativas	25	(396.394)	(519.397)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(239.896)	(198.624)
		(748.080)	**(860.345)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**1.982.291**	**1.102.591**
Resultado Financeiro	26		
Receitas financeiras		516.031	479.944
Despesas financeiras		(1.041.951)	(955.046)
		(525.920)	**(475.102)**
LUCRO OPERACIONAL		**1.456.371**	**627.489**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.4		
Imposto de renda e contribuição social		—	(87.394)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(322.349)	29.026
		(322.349)	**(58.368)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.134.022**	**569.121**
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS - em reais			
Ações ordinárias	23.5	0,21109	0,10602

As notas explicativas – NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultados Abrangentes

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.134.022**	**569.121**
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos (perdas) com passivos atuariais			
Benefícios pós-emprego	18.4	247.774	(272.315)
Tributos sobre outros resultados abrangentes		(84.243)	92.587
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		**163.531**	**(179.728)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**1.297.553**	**389.393**

As notas explicativas – NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		**1.134.022**	**569.121**
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa pelas atividades operacionais:			
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		942.397	827.917
Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão	24.1	(82.424)	(62.166)
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	9	3.265	269
Baixas de ativos de contrato	8	14.496	16.728
Imposto de renda e contribuição social	11.4	—	87.394
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.4	322.349	(29.026)
Incentivos de longo prazo		166	—
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	18.4	164.921	169.973
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19.2	146.526	126.837
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	24.1	(923.725)	(1.070.196)
Amortização	25	592.226	521.301
Provisão decorrente do programa de demissão voluntária	25.3	13.343	397.253
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	25.5	243.470	201.084
Resultado das baixas de intangível	13	75.644	78.722
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamento - líquido		(4.179)	(59)
		2.642.497	**1.835.152**
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(378.334)	(638.549)
Ativos financeiros setoriais		354.421	36.963
Depósitos judiciais		12.265	28.234
Outros créditos		(126.871)	(32.729)
Estoques		36.307	26.560
Imposto de renda e contribuição social		(109.071)	30.613
Outros tributos a recuperar		(46.628)	(146.438)
Despesas antecipadas		(4.259)	(214)
Partes relacionadas		2.098	(639)
		(260.072)	**(696.199)**
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(132.192)	262.649
Partes relacionadas		(468)	2.988
Fornecedores		185.133	161.249
Outras obrigações fiscais		813.588	752.885
Benefícios pós-emprego	18.4	(140.328)	(143.667)
Encargos do consumidor a recolher		(21.191)	15.757
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19.2	(260.045)	(183.444)
Outras contas a pagar		102.502	28.999
Provisões para litígios quitadas	22.1.1	(256.186)	(302.786)
		290.813	**594.630**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**2.673.238**	**1.733.583**
Imposto de renda e contribuição social pagos		—	(4.720)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	16.3	(89.518)	(107.036)
Encargos de debêntures pagos	17.2	(651.036)	(594.414)
Encargos de mútuo pagos		—	(11.618)
Encargos de passivos de arrendamento pagos	20.2.1	(18.807)	(12.683)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**1.913.877**	**1.003.112**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(2.154)	(19)
Aquisições de ativos de contrato		(2.443.593)	(2.312.492)
Participação financeira do consumidor - ativos de contrato		268.692	339.277
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(2.177.055)**	**(1.973.234)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de empréstimos e financiamentos		—	—
Ingressos de mútuo com partes relacionadas		—	233.000
Ingressos de debêntures emitidas	17.2	2.250.000	1.600.000
(-) Custos de transação na emissão de debêntures, empréstimos e financiamentos		(56.884)	(35.606)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		—	13.000
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	16.3	(5.818)	(9.728)
Amortizações de principal de debêntures	17.2	(550.000)	(333.334)
Amortizações de principal de passivos de arrendamento	20.2.1	(54.056)	(51.543)
Amortizações de principal do mútuo com a controladora		—	(233.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(212.250)	(16.080)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**1.370.992**	**1.166.709**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**1.107.814**	**196.587**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	626.708	430.121
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	1.734.522	626.708
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**1.107.814**	**196.587**

As notas explicativas – NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (em milhares de reais)

Valor Adicionado à Distribuir	31.12.2024	31.12.2023
Receitas		
Venda de energia e outros serviços	21.266.706	18.154.171
Receita de construção	2.427.298	2.234.539
Valor justo do ativo indenizável da concessão	82.424	62.166
Ativos e passivos financeiros setoriais	923.725	1.070.196
Outras receitas	48.766	41.352
Perdas de crédito esperadas	(75.403)	(99.124)
	24.673.516	**21.463.300**
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	7.634.931	6.367.985
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER	2.519.485	2.457.574
Material, insumos e serviços de terceiros	819.995	753.560
Custo de construção	2.254.304	2.047.534
Perda / Recuperação de valores ativos	119.457	134.408
Outros insumos	230.996	157.418
	13.579.168	**11.918.479**
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	**11.094.348**	**9.544.821**
(-) Amortização	**592.226**	**521.301**
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**10.502.122**	**9.023.520**
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	516.031	479.944
Outras receitas	533.760	456.918
	1.049.791	**936.862**
	11.551.913	**9.960.382**

As notas explicativas – NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (em milhares de reais)

Distribuição do Valor Adicionado	31.12.2024	%	31.12.2023	%
Pessoal				
Remunerações e honorários	494.879		537.900	
Planos previdenciário e assistencial	168.977		167.533	
Auxílio alimentação e educação	65.963		74.540	
Indenização abono sobre férias	—		90.697	
Encargos sociais - FGTS	24.296		29.105	
Incentivos de longo prazo	227		—	
Programa de desligamentos voluntários	13.343		397.253	
Prêmio de desempenho e participação nos lucros	110.956		114.814	
	878.641	**7,6 %**	**1.411.842**	**14,2 %**
Governo				
Federal				
Tributos	1.437.968		1.007.481	
Encargos setoriais	3.707.349		3.474.552	
Estadual	3.328.187		2.512.078	
Municipal	2.830		3.465	
	8.476.334	**73,4 %**	**6.997.576**	**70,2 %**
Terceiros				
Juros	1.052.854		966.669	
Arrendamentos e aluguéis	10.060		12.519	
Doações, subvenções e contribuições	2		2.655	
	1.062.916	**9,2 %**	**981.843**	**9,9 %**
Acionistas				
Lucros (prejuízos) retidos	595.362		339.321	
Remuneração do capital próprio	415.000		229.800	
Dividendo adicional proposto	123.660		—	
	1.134.022	**9,8 %**	**569.121**	**5,7 %**
	11.551.913		**9.960.382**	

As notas explicativas – NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/COPELDISTRIBUICAO1581076428022025.pdf

Hash:174172767149c173acf5404fcca1c44678e6b993f5

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba - PR, é uma companhia aberta registrada na categoria "B", subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel) que opera na distribuição regulada de energia elétrica.

As principais obrigações e prerrogativas da Companhia estabelecidas no Contrato de Concessão são: realizar a operação e manutenção das instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço; realizar prestação de serviço adequado; organizar e manter o controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão; gerenciar os recursos financeiros; realizar investimentos necessários à prestação do serviço e expansão do sistema elétrico; obter energia elétrica ao menor custo disponível; prestar contas à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, conforme previsto em lei.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27.02.2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel Distribuição. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nºs 3.2 e 7 - Ativos e passivos financeiros setoriais: previsão de valores que serão contemplados no processo de revisão tarifária;
- NEs nºs 3.3 e 8 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 3.4 e 9 - Contas a receber vinculadas à concessão: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável dos contratos de concessão;
- NEs nºs 3.5 e 13 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.6.1 e 6.2 - Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 3.7 e 22 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nºs 3.7 e 11.3.1 - Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins: avaliação dos montantes que podem ser exigidos para devolução aos consumidores;
- NE nº 3.8 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NEs nºs 3.9 e 11.1 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros para recuperabilidade dos tributos;
- NEs nºs 3.10 e 18 - Benefícios pós-emprego: premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais;
- NEs nºs 3.12 e 20 - Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de desconto para os contratos.

2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessão de longo prazo; (ii) valor do patrimônio líquido; (iii) geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para cumprimento de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) histórico dos resultados nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.5. Baixa de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

A Companhia registra as variações dos Ativos e passivos financeiros setoriais com o objetivo de manter a neutralidade entre os valores faturados das tarifas dos consumidores, para cobertura dos custos de energia, de encargos e outros itens relacionados, e o previsto em cobertura tarifária, conforme termo aditivo ao contrato de concessão das concessionárias de distribuição.

Os valores são atualizados até o próximo reajuste/revisão tarifária e, após a homologação da Aneel, a nova tarifa é aplicada para o ano tarifário vigente, proporcionando cobrança ou devolução dos ativos e passivos constituídos, os quais passam a ser amortizados.

No caso de extinção da concessão por qualquer motivo, os valores residuais de itens da Conta de Compensação de Valores de itens da "Parcela A" - CVA e outros componentes financeiros, não repassados via tarifa, devem ser incorporados no cálculo da indenização, ficando, portanto, resguardado o direito ou a obrigação do concessionário junto ao Poder Concedente.

3.3. Ativos de Contrato

Representa o direito contratual da concessionária relacionado às obras em construção para atendimento às necessidades da concessão, contabilizado ao custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Quando da entrada em operação os ativos são transferidos para o ativo intangível, no montante equivalente ao que será remunerado pelo usuário mediante pagamento de tarifa pelo uso dos serviços, ou para o contas a receber vinculados à concessão, no montante equivalente à parcela residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão.

3.4. Contas a receber vinculadas à concessão

O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica prevê que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão. Esse modelo prevê o reconhecimento de ativo financeiro, ativo de contrato no período da construção e de ativo intangível.

A parcela reconhecida como ativo financeiro refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica que assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infraestrutura, sem recuperação, por meio da tarifa.

Os fluxos de caixa vinculados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, e o valor justo é registrado com base na metodologia de custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão.

3.5. Intangível

Compreende o direito de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de energia elétrica, e de cobrar dos usuários o serviço público prestado. É reconhecido pelo custo de aquisição, incluídos os custos de empréstimos, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização desse intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

Durante a fase de construção da infraestrutura os custos são classificados como ativos de contrato (NE 3.3).

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos – *impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.6.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.6.2. Ativos não financeiros

Esses ativos são avaliados na data de apresentação das demonstrações financeiras para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor justo líquido da despesa de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.8. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida.

3.8.1. Receita de Fornecimento – Tarifa de Energia (TE)

A receita de fornecimento é suportada pelos contratos de adesão dos consumidores de baixa tensão e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão, sendo que o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período.

O faturamento da energia elétrica vendida é efetuado mensalmente com base na medição realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL.

Para adequação do consumo no período de competência, é registrada receita não faturada calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base na média do último faturamento.

3.8.2. Receita de disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A Companhia reconhece a receita da disponibilidade da rede elétrica a seus clientes cativos e livres que utilizam os sistemas de distribuição. O faturamento e o registro da receita não faturada são efetuados mensalmente e tem como base a medição realizada. O valor justo da contraprestação é calculado de acordo com tarifa de uso do sistema (TUSD) homologada pela ANEEL.

São registradas ainda, deduzidas da receita de disponibilidade, as compensações pagas aos consumidores cativos, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI, os quais indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente em até dois meses após a ocorrência, através de crédito na fatura.

3.8.3. Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição são contabilizadas conforme o estágio de execução da obra. Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

Considerando que a Companhia terceiriza a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas, por meio de obras realizadas em curto prazo, a margem de construção para a atividade de distribuição de energia resulta em valores não significativos, o que leva ao seu não reconhecimento na receita de construção.

3.8.4. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.10. Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais. Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado). O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.11. Remuneração baseada em ações

A Copel (Controladora) aprovou e opera planos de Incentivos de Longo Prazo – ILP para participantes elegíveis (Administradores e/ou Empregados da Copel e de suas Controladas), através dos quais recebe os serviços prestados pelos participantes e estes são liquidados com instrumentos patrimoniais (ações) da Copel. O valor total da despesa é reconhecido no resultado, na rubrica de pessoal e administradores, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período de aquisição dos direitos (vesting period).

O valor reconhecido como despesa é ajustado periodicamente para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições de tempo e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que efetivamente atendam às condições na data de aquisição (vesting date). O valor justo dos serviços recebidos é mensurado de forma indireta, tomando por base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, o qual é mensurado na data de outorga das ações e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

3.12. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamento

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.13. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.14. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2024

A partir de 1º.01.2024 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

(i) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores;

(ii) CPC 26 / IAS 1 - requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants;

(iii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "sale and leaseback".

(iv) CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado: alterações para adequação aos CPCs emitidos posteriormente a emissão da norma.

3.15. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

(i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade (a partir de 1º.01.2025);

(ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (a partir de 1º.01.2025);

(iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial (a partir de 1º.01.2025);

(iv) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);

(v) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);

(vi) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);

(vii) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (a partir de 1º.01.2025);

(viii) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18, para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos conta movimento	77.721	133.525
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.656.801	493.183
	1.734.522	**626.708**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras se referem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas que, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 99,7% e 102,5% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2024	31.12.2023
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96 a 100,1%	3.159	1.005
	Não circulante	3.159	1.005

A Companhia possui títulos e valores mobiliários, que rendem taxas de juros variáveis, com prazo de até 48 meses a partir do final do período de relatório.

6. Clientes

	Saldos vincendos	Dias vencidos		31.12.2024	31.12.2023
		até 90	mais de 90		
Consumidores					
Residencial	483.726	262.674	22.411	768.811	707.942
Industrial	205.234	21.736	15.443	242.413	239.670
Comercial	303.847	67.036	13.421	384.304	365.681
Rural	115.406	28.842	2.334	146.582	142.301
Poder público	56.639	5.059	278	61.976	57.068
Iluminação pública	32.577	1	—	32.578	32.817
Serviço público	33.445	1.040	6	34.491	50.595
Encargos de uso da rede	170.721	2.392	4.570	177.683	166.433
Parcelamento de débitos (6.1)	271.997	32.867	56.064	360.928	337.499
Subsídio baixa renda - Eletrobras	46.630	—	—	46.630	32.031
Receita não faturada	933.929	—	—	933.929	853.662
Outros créditos	89.245	34.614	58.206	182.065	193.190
	2.743.396	**456.261**	**172.733**	**3.372.390**	**3.178.889**
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	4.019	1.245	—	5.264	4.043
CCEE	91.231	—	—	91.231	29.149
Receita não faturada	2.345	—	—	2.345	2.275
	97.595	**1.245**	**—**	**98.840**	**35.467**
(-) Perdas de créditos esperadas (6.2)	**(11.660)**	**(12.970)**	**(63.136)**	**(87.766)**	**(136.087)**
	2.829.331	**444.536**	**109.597**	**3.383.464**	**3.078.269**
Circulante	**2.713.151**	**444.536**	**109.597**	**3.267.284**	**2.973.010**
Não circulante	**116.180**	**—**	**—**	**116.180**	**105.259**

6.1. Parcelamento de débitos

	31.12.2024	31.12.2023
Residencial	106.440	123.889
Industrial	77.038	87.323
Comercial	181.104	141.068
Rural	10.058	10.493
Poderes públicos	5.011	13.142
Iluminação pública	454	6.108
Serviço público	2.074	1.685
(-) Ajuste a valor presente	(21.251)	(46.209)
	360.928	**337.499**

O parcelamento de débitos vencidos poderá ser concedido mediante solicitação do consumidor com base nos critérios e condições que consideram o percentual mínimo de entrada, a quantidade de parcelas, bem como exigências de garantias, a depender do valor do débito.

Os saldos de parcelamentos de débitos, em 31.12.2024, estão a valor presente, e consideram o montante a ser descontado, as datas de vencimento das parcelas e a taxa média ponderada de desconto, de 1,28% a.m. (1,22% a.m. em 31.12.2023).

6.2. Perdas / reversões de créditos esperadas

Consolidado	Saldo em 1º.01.2023	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2023	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2024
Consumidores							
Residencial	62.525	42.037	(48.960)	55.602	37.948	(58.216)	35.334
Industrial	21.711	(1.193)	(9.866)	10.652	3.150	(2.112)	11.690
Comercial	30.636	61.408	(26.405)	65.639	25.899	(57.742)	33.796
Rural	3.827	(194)	(300)	3.333	2.824	(2.891)	3.266
Poder público	536	(927)	717	326	68	13	407
Iluminação pública	18	4	—	22	6	—	28
Serviço público	1.950	(29)	(542)	1.379	(634)	76	821
Não faturado	987	(270)	—	717	(359)	—	358
Ajuste a valor presente	(2.650)	(1.151)	—	(3.801)	1.725	—	(2.076)
	119.540	**99.685**	**(85.356)**	**133.869**	**70.627**	**(120.872)**	**83.624**
Concessionárias e permissionárias	3.304	(499)	(587)	2.218	2.512	(588)	4.142
	122.844	**99.186**	**(85.943)**	**136.087**	**73.139**	**(121.460)**	**87.766**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/COPELDISTRIBUICAO1581076428022025.pdf

Hash:174172767149c173acf5404fcca1c44678e6b993f5

7. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais compreendem as diferenças apuradas entre os saldos considerados na cobertura tarifária para cobrir os custos de energia, encargos e outros componentes financeiros, e os custos reais incorridos, resultando em um saldo a receber pela distribuidora ou a ressarcir para os consumidores. O saldo atual é constituído por valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário e por valores que serão homologados nos próximos eventos tarifários.

7.1. Mutação dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

	31.12.2024			31.12.2023		
	Saldos a amortizar	Próximos reajustes	Total	Saldos a amortizar	Próximos reajustes	Total
Ciclo 2022-2023	—	—	—	(476.103)	—	(476.103)
Ciclo 2023-2024	(792.834)	—	(792.834)		30.946	30.946
Ciclo 2024-2025	—	(284.976)	(284.976)	—	(27.888)	(27.888)
Total	**(792.834)**	**(284.976)**	**(1.077.810)**	**(476.103)**	**3.058**	**(473.045)**
Ativo Circulante			**—**			**15.473**
Ativo Não Circulante			**—**			**15.473**
Passivo Circulante			**(935.322)**			**(476.103)**
Passivo Não Circulante			**(142.488)**			**(27.888)**

	Saldo em 1º.01.2024	Receita Operacional		Resultado financeiro	Balanço Patrimonial	Bandeiras Tarifárias	Saldo em 31.12.2024
		Constituição	Amortização	Atualização	Constituição		
CVA							
Energia elétrica para revenda - Itaipu	106.559	73.899	(108.421)	6.754	—	—	78.791
Transporte de energia pela rede básica	601.156	258.551	(515.559)	58.247	—	—	402.395
Transporte de energia de Itaipu	54.593	15.689	(46.482)	5.770	—	—	29.570
Energia elétrica comprada para revenda	(557.164)	153.184	466.293	(43.429)	(81.008)	—	(62.124)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.281	(50.074)	(18.442)	2.446	—	—	(64.789)
Proinfa	(14.494)	(15.485)	23.969	(1.710)	—	—	(7.720)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	142.482	128.496	(103.966)	11.938	(66.265)	—	112.685
	334.413	**564.260**	**(302.608)**	**40.016**	**(147.273)**	**—**	**488.808**
Componentes Financeiros							
Risco hidrológico	(475.401)	(430.730)	445.336	(20.468)	—	—	(481.263)
Devolução Pis e Cofins (NE n.º 11.3.1)	(702.895)	—	1.317.355	—	—	(1.182.915)	(568.455)
Devoluções tarifárias	(181.607)	(97.904)	113.258	(6.703)	—	—	(172.956)
Neutralidade	(19.622)	(395.710)	154.354	(16.008)	—	—	(276.986)
Sobrecontratação	634.194	150.068	(390.911)	25.573	(184.853)	—	234.071
Bônus Itaipu	(3.243)	—	(55.741)	—	—	58.984	—
Mecanismo atenuação tarifária	—	(234.789)	—	(7.583)	—	—	(242.372)
CDE Eletrobrás	(41.880)	66.074	22.929	(4.733)	—	(81.279)	(38.889)
Demais	(17.004)	(14.607)	13.091	(1.248)	—	—	(19.768)
	(807.458)	**(957.598)**	**1.619.671**	**(31.170)**	**(184.853)**	**(1.205.210)**	**(1.566.618)**
	(473.045)	**(393.338)**	**1.317.063**	**8.846**	**(332.126)**	**(1.205.210)**	**(1.077.810)**

	Saldo em 1º.01.2023	Receita Operacional		Resultado financeiro	Balanço Patrimonial	Bandeiras Tarifárias	Saldo em 31.12.2023
		Constituição	Amortização	Atualização	Constituição		
CVA							
Energia elétrica para revenda - Itaipu	819.647	(70.066)	(702.517)	59.495	—	—	106.559
Transporte de energia pela rede básica	253.765	540.084	(244.243)	51.550	—	—	601.156
Transporte de energia de Itaipu	10.706	50.824	(10.188)	3.251	—	—	54.593
Energia elétrica comprada para revenda	(582.060)	(444.221)	555.568	(86.563)	—	112	(557.164)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	200.494	(55.037)	(149.314)	5.138	—	—	1.281
Proinfa	42.079	(32.344)	(22.660)	(1.569)	—	—	(14.494)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	227.330	271.566	(323.495)	23.651	—	(56.570)	142.482
	971.961	**260.806**	**(896.849)**	**54.953**	**—**	**(56.458)**	**334.413**
Componentes Financeiros							
Risco hidrológico	(524.807)	(431.385)	504.007	(23.216)	—	—	(475.401)
Devolução Pis e Cofins (NE n.º 11.3.1)	(765.573)	—	1.525.351	—	(1.462.673)	—	(702.895)
Devoluções tarifárias	(175.460)	(92.589)	96.560	(10.118)	—	—	(181.607)
Neutralidade	98.598	(41.000)	(79.292)	2.072	—	—	(19.622)
Sobrecontratação	436.325	327.874	(176.556)	46.848	—	(297)	634.194
Bônus Itaipu	4.943	(68)	(66.026)	(1.076)	58.984	—	(3.243)
Compensação acordos bilaterais CCEAR	(186)	—	186	—	—	—	—
Conta escassez hídrica	(71.188)	—	71.188	—	—	—	—
CDE Eletrobrás	(184.099)	165.167	24.583	(8.336)	(39.195)	—	(41.880)
Demais	107.629	(13.446)	(108.315)	(2.872)	—	—	(17.004)
	(1.073.818)	**(85.447)**	**1.791.686**	**3.302**	**(1.442.884)**	**(297)**	**(807.458)**
	(101.857)	**175.359**	**894.837**	**58.255**	**(1.442.884)**	**(56.755)**	**(473.045)**

8. Ativos de contrato

	Ativo	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2023	**2.405.124**	**(72.953)**	**2.332.171**
Adições	2.305.741	—	2.305.741
Participação financeira do consumidor	—	(339.277)	(339.277)
Transferências de propriedades para investimentos	21	—	21
Transferências para o intangível (NE 13)	(1.889.379)	273.071	(1.616.308)
Transferências de/para contas a receber vinculadas à concessão (NE 9)	(507.401)	56.151	(451.250)
Transferências para bens destinados a alienação	(12.412)	—	(12.412)
Baixas	(16.728)	—	(16.728)
Em 31.12.2023	**2.284.966**	**(83.008)**	**2.201.958**
Adições	2.465.040	—	2.465.040
Participação financeira do consumidor	—	(268.692)	(268.692)
Transferências para o intangível (NE 13)	(2.303.950)	200.428	(2.103.522)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE 9)	(630.818)	51.998	(578.820)
Transferências para bens destinados a alienação	(20)	—	(20)
Baixas	(14.496)	—	(14.496)
Em 31.12.2024	**1.800.722**	**(99.274)**	**1.701.448**

Os Ativos de Contrato são compostos por obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição, e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das Obrigações Especiais.

À medida que essas obras são concluídas, os valores desses direitos são transferidos ao Ativo Intangível (NE nº 13) ou a Contas a Receber Vinculados à Concessão (NE nº 9), conforme a forma da remuneração. Durante a fase de construção são capitalizados os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo:

	31.12.2024	31.12.2023
Encargos financeiros capitalizados	19.187	19.041
Taxa média	0,25%	0,32%

9. Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Em 1º.01.2023	**1.442.819**
Transferências de ativos de contrato (NE nº 8)	451.250
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(1.287)
Reconhecimento do valor justo	62.166
Baixas	(269)
Em 31.12.2023	**1.954.679**
Transferências de ativos de contrato (NE nº 8)	578.820
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(1.927)
Reconhecimento do valor justo	82.424
Baixas	(3.265)
Em 31.12.2024	**2.610.731**

O ativo financeiro registrado no Contas a receber vinculadas à concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público cuja vida útil do bem supera o prazo da concessão e que, conforme previsão contratual, será indenizado pelo Poder Concedente ao final da concessão.

10. Outros Créditos

	31.12.2024	31.12.2023
Serviços em curso (a)	193.900	241.957
Repasse CDE (b)	325.657	133.375
Bandeira tarifária - CCRBT (NE 24.3.2)	10.076	9.273
Alienações e desativações em curso	33.902	44.970
Adiantamento a empregados	7.805	10.167
Outros créditos	35.658	40.716
	606.998	**480.458**
Circulante	**541.676**	**435.620**
Não circulante	**65.322**	**44.838**

(a) Os Serviços em curso se referem, em sua maioria, aos gastos relacionados aos projetos em execução relacionados a projetos de P&D e PEE que, após concluídos, são compensados com o respectivo passivo (NE nº 19).
(b) Valores da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a serem repassados à Companhia, para cobertura dos descontos tarifários incidentes sobre as tarifas, definidos na Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013. Os valores são estipulados no Reajuste/Revisão Tarifária Anual e correspondem ao período de junho do ano anterior a maio do ano atual. Mensalmente, a Companhia constitui estimativa de diferenças a serem compensadas no próximo reajuste tarifário.

Composição do saldo do Repasse CDE:

	31.12.2024	31.12.2023
Repasse CDE cota	141.619	55.116
Diferenças a receber durante o ciclo tarifário 2024-2025	81.610	31.508
Estimativa diferenças a receber	102.428	46.751
	325.657	**133.375**

Valores das cotas para os períodos

	Previsão	Ajuste	Repasse mensal
Resolução Homologatória nº 3.336/2024 - período junho/24 a maio/25	70.810	11.659	82.469
Resolução Homologatória nº 3.209/2023 - período junho/23 a maio/24	55.116	5.251	60.367
Resolução Homologatória nº 3.049/2022 - período junho/22 a maio/23	43.613	4.071	47.684

11. Tributos

11.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

11.1.1. Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo não circulante	1º.01.2023	Resultado	Resultado abrangente	Saldo em 31.12.2023	Resultado	Resultado abrangente	Saldo em 31.12.2024
Ativo não circulante							
Provisão destinação de crédito de PIS/Cofins	629.427	19.984	—	649.411	(112.012)	—	537.399
Benefícios pós-emprego	241.073	9.137	92.587	342.797	8.365	(84.243)	266.919
Provisões para litígios	217.935	(50.151)	—	167.784	(22.618)	—	145.166
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	65.617	(34.207)	—	31.410	49.948	—	81.358
Passivo de arrendamentos	50.844	(3.509)	—	47.335	(406)		46.929
Perdas de créditos esperadas	41.956	4.205	—	46.161	(15.796)	—	30.365
Provisões por desempenho e participação nos lucros	10.761	28.017	—	38.778	306	—	39.084
Programa de desligamentos voluntários	—	135.066	—	135.066	(107.310)	—	27.756
Provisão para P&D e PEE	125.607	(59.818)	—	65.789	(49.705)	—	16.084
INSS - liminar sobre depósito judicial	61.853	5.795	—	67.648	(67.648)	—	—
Outros	66.145	(7.517)	—	58.628	(6.854)	—	51.774
	1.511.218	**47.002**	**92.587**	**1.650.807**	**(323.730)**	**(84.243)**	**1.242.834**
(-) Passivo não circulante							
Contratos de concessão	203.695	9.885	—	213.580	20.104	—	233.684
Direito de uso de ativos	49.203	(4.347)	—	44.856	—		44.856
Custo transação s/ empréstimos e debêntures	17.993	5.837	—	23.830	9.201	—	33.031
Atualização de depósitos judiciais	33.811	6.601	—	40.412	(28.045)	—	12.367
Outros	3.459	—	—	3.459	(2.641)	—	818
	308.161	**17.976**	**—**	**326.137**	**(1.381)**	**—**	**324.756**
Líquido	**1.203.057**	**29.026**	**92.587**	**1.324.670**	**(322.349)**	**(84.243)**	**918.078**

11.1.2. Projeção de realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, de acordo com as projeções de resultados futuros.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. Quando a expectativa de realização do item é de difícil previsão, principalmente por não ser de controle da Companhia, tais como provisões para litígios, a Companhia adota históricos de realização para projetar sua realização futura.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos da Companhia, bem como sua forma de realização:

- Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins: serão realizados a medida do repasse dos valores nos processos de revisão e reajuste tarifário homologados pelo órgão regulador, caso ocorra, ou pela reversão da respectiva provisão;
- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Provisões para litígios: realizados conforme ocorram as decisões judiciais ou pela reversão quando da possível revisão do risco das ações;
- Contrato de concessão: realizados no decorrer do prazo do contrato;
- Prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social: recuperados pela compensação com lucros tributários futuros, considerando o limite estabelecido na legislação; e
- Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previsto na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2025	574.692	(15.357)
2026	304.236	(16.731)
2027	68.514	(9.896)
2028	31.154	(6.111)
2029	13.396	(4.218)
2030 a 2032	38.169	(18.316)
Após 2032	212.673	(254.127)
	1.242.834	**(324.756)**

11.2. Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	158.248	141.800
PIS/Pasep e Cofins a compensar (a)	810.703	780.601
Outros tributos a compensar	10.929	48
	979.880	**922.449**
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	203.410	187.235
PIS/Pasep e Cofins a compensar (a)	927.063	1.900.012
Outros tributos a compensar	52.143	48.135
	1.182.616	**2.135.382**

	31.12.2024	31.12.2023
Passivo circulante		
ICMS a recolher	177.216	175.596
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert	66.852	62.420
Parcelamento ICMS (b)	4.712	11.365
Outros tributos	3.682	3.955
	252.462	**253.336**
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (c)	—	198.959
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert	272.980	317.304
ICMS a recolher	10.966	—
Parcelamento ICMS (b)	7.249	29.921
	291.195	**546.184**

Saldo de ativos e passivos apresentados de forma líquida, considerando o direito e a intenção da Companhia de realizar o ativo e o passivo em bases líquidas.
(a) No saldo estão contidos valores referente a crédito de Pis e Cofins sobre ICMS (NE nºs 11.3)
(b) Parcelamento de créditos tributários de ICMS do Estado do Paraná com prazo de pagamento até setembro de 2027.
(c) Em março de 2024, finalizadas as controvérsias, os saldos foram baixados em contrapartida do saldo de depósito judicial registrado no ativo (NE nº 12)

11.3. Crédito de PIS e Cofins sobre ICMS

Saldo decorrente do trânsito em julgado ocorrido em junho de 2020, referente ação movida pela Copel DIS em 2009, que reconheceu o direito de excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída e reconheceu que a prescrição, neste caso, é quinquenal e que, portanto, a Copel DIS tem o direito a ressarcir-se dos valores pagos a partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança até a data da decisão transitada em julgado, portanto de agosto de 2004 a junho de 2020.

O crédito tributário atualizado no ativo, após a habilitação dos créditos junto à Receita Federal, vem sendo recuperado através da compensação com tributos a recolher, desde junho de 2021 para o crédito da Cofins, e desde janeiro de 2024 para o crédito do PIS.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do ativo até 31.12.2024:

Em 1º.01.2023	**3.484.616**
Atualização monetária	256.492
Compensação com tributos a recolher	(1.075.244)
Em 31.12.2023	**2.665.864**
Atualização monetária	144.444
Compensação com tributos a recolher	(1.087.281)
Em 31.12.2024	**1.723.027**
Circulante	**804.084**
Não circulante	**918.943**

O ativo continuará sendo compensado com futuros débitos de tributos federais, respeitando os prazos e limites estabelecidos pela legislação tributária vigente.

11.3.1. Pis e Cofins a restituir para consumidores e Provisão para destinação de crédito de Pis e Cofins

Em junho de 2020 a Copel DIS registrou passivo de PIS e Cofins a restituir para os consumidores referente à recuperação de crédito tributário dos últimos 10 anos a contar da data do trânsito em julgado da ação movida pela Companhia, considerando a legislação vigente, o prazo prescricional definido no código civil e a jurisprudência dos tribunais.

Em junho de 2022, devido aos efeitos da publicação da Lei Federal nº 14.385/2022, a Copel DIS, ouvindo a opinião dos seus assessores legais externos e baseado na avaliação do risco, efetuou o reconhecimento de provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins referente ao período compreendido entre o 11º e o 16º ano da data do trânsito em julgado da ação, portanto de 2004 a 2010.

Os valores vêm sendo restituídos aos consumidores, via processo tarifário, à medida que os créditos tributários no ativo são compensados. Em 24.06.2024, a Resolução Homologatória Aneel nº 3.336/2024 determinou a devolução ao consumidor o montante de R$ 1.182.915, com efeito redutor na tarifa durante a vigência do ciclo tarifário 2024-2025. Deste modo, foi consumido o saldo remanescente do passivo a restituir para consumidores e a diferença foi baixada da provisão para destinação dos créditos de Pis e Cofins.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do passivo e da provisão:

	Passivo a restituir para consumidores	Provisão para destinação de crédito de Pis e Cofins	Total
Em 1º.01.2023	**1.995.158**	**1.851.257**	**3.846.415**
Atualização monetária	199.241	58.518	257.759
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais	(1.462.673)	—	(1.462.673)
Em 31.12.2023	731.726	1.909.775	2.641.501
Atualização monetária	78.675	43.327	122.002
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais	(810.401)	(372.514)	(1.182.915)
Em 31.12.2024	—	1.580.588	1.580.588
Circulante	**—**	**580.000**	**580.000**
Não circulante	**—**	**1.000.588**	**1.000.588**

Em relação à provisão referente ao período controverso, a Companhia avalia as medidas cabíveis, inclusive judiciais, considerando a proteção conferida à coisa julgada, bem como os prazos de prescrição e decadência aplicáveis.

Concomitantemente, em 12.12.2022, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, ingressou no Supremo Tribunal Federal - STF com Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI questionando a Lei nº 14.385/2022. Em 04.09.2024 os ministros formaram maioria pela constitucionalidade da lei. Entretanto, a respeito do prazo de prescrição para a cobrança dos valores pelos consumidores, até o momento cinco ministros votaram pela aplicação do prazo decenal (10 anos), em linha com o entendimento da Administração da Copel, e dois ministros votaram pela aplicação do prazo quinquenal (5 anos). O julgamento se encontra suspenso pelo pedido de vista do Ministro Luis Roberto Barroso. A Companhia aguarda a finalização do julgamento.

11.4. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	**1.456.371**	**627.489**
IRPJ e CSLL (34%)	**(495.166)**	**(213.346)**
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	141.100	78.132
Despesas indedutíveis	(18.743)	(13.335)
Incentivos fiscais	—	2.917
Atualização Selic sobre Indébitos Tributários	48.918	87.207
Outros	1.542	57
IRPJ e CSLL correntes	**—**	**(87.394)**
IRPJ e CSLL diferidos	**(322.349)**	**29.026**
Alíquota efetiva - %	**22,1%**	**9,3%**

11.5. Reforma Tributária do consumo

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que estabeleceu a Reforma Tributária no âmbito do consumo. O novo modelo adota um sistema de IVA repartido ("IVA dual") com duas competências: uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) que substituirá o PIS e a COFINS e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS) que substituirá o ICMS e o ISS. Além disso, foi criado o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, conforme definido em lei complementar.

Em 16.01.2025 foi sancionada a Lei Complementar - LC nº 214 que regulamenta parte da reforma tributária. Ainda se encontra sob análise do Senado Federal o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024 que finalizará a regulamentação.

A Reforma prevê um período de transição de 2026 a 2032 em que os sistemas tributários atual e novo coexistirão.

No setor elétrico, a LC nº 214 prevê o diferimento da tributação da CBS e do IBS ao longo da cadeia produtiva, de forma que a tributação ocorrerá apenas na operação com o consumidor final. Essa medida deverá reduzir significativamente os impactos da reforma para o setor.

Adicionalmente, considerando a previsão expressa na lei e nos contratos de concessão quanto ao reequilíbrio econômico financeiro para concessões de serviço público, a Companhia espera que os impactos da reforma sejam reduzidos para seus negócios.

No entanto os efeitos completos da Reforma sobre a apuração dos tributos mencionados só serão totalmente conhecidos após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por lei complementar e da definição da alíquota de referência. Assim, não há impacto da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

12. Depósitos Judiciais

	31.12.2024	31.12.2023
Fiscais (a)	79.228	266.464
Trabalhistas	63.301	65.405
Cíveis	22.211	25.538
Servidões de passagem	19.542	17.270
Consumidores	5.865	5.724
Outros	34	32
	190.181	**380.433**

(a) Em março de 2024, parte do saldo foi baixado em contrapartida ao passivo de INSS a recolher (NE 11.2).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/COPELDISTRIBUICAO1581076428022025.pdf
Hash:174172767149c173acf5404fcca1c44678e6b993f5

13. Intangível

	em serviço	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2023	**10.033.251**	**(2.775.424)**	**7.257.827**
Transferências de ativos de contrato (NE 8)	1.889.379	(273.071)	1.616.308
Transferências de propriedades para investimentos	48	—	48
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(45)	—	(45)
Quotas de amortização - concessão (a)	(641.966)	163.877	(478.089)
Baixas	(78.722)	—	(78.722)
Em 31.12.2023	**11.201.945**	**(2.884.618)**	**8.317.327**
Transferências de ativos de contrato (NE 8)	2.303.950	(200.428)	2.103.522
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	15	—	15
Quotas de amortização - concessão (a)	(732.351)	175.489	(556.862)
Baixas	(75.644)	—	(75.644)
Em 31.12.2024	**12.697.915**	**(2.909.557)**	**9.788.358**

(a) Amortização durante o período de concessão a partir da transferência para intangível em serviço ou da vida útil dos ativos, dos dois o menor. A taxa média anual de amortização do Ativo Intangível é 4,3%.

Saldo referente à parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, líquida das obrigações especiais. As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

14. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2024	31.12.2023
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	19.221	28.794
Encargos sociais	2.131	5.057
	21.352	33.851
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	12.303	27
Férias e 13º Salário	34.535	51.557
Provisões para prêmio por desempenho e participação nos lucros	116.294	114.815
Programa de desligamentos voluntários	81.284	396.903
Outros	19	7
	244.435	563.309
Circulante	265.757	597.160
Não circulante	30	—

14.1. Programa de Desligamentos Voluntários - PDV

Do total de empregados que aderiram ao PDV instituído em 24.08.2023, 909 se desligaram da Companhia até 31.12.2024 e os demais deixarão a Companhia até agosto de 2025.

15. Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Materiais e serviços	382.918	446.259
Energia elétrica comprada para revenda	1.134.010	888.581
Encargos de uso da rede elétrica	275.347	270.271
Circulante	**1.792.275**	**1.605.111**

16. Empréstimos e Financiamentos

Banco	Garantias	Valor do contrato	31.12.2024	31.12.2023
Banco do Brasil (a)	Fidejussória	750.000	751.522	751.096
			751.522	**751.096**
Caixa Econômica Federal	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	16.984	3.831	5.748
			3.831	**5.748**
BNDES	Fiança da Copel; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.	78.922	—	3.919
			—	**3.919**
	Total moeda nacional		**755.353**	**760.763**
	Valor bruto		**755.353**	**760.763**
	(-) Custo de transação		**(1.649)**	**(10.043)**
	Valor líquido		**753.704**	**750.720**
	Circulante		**2.971**	**375.135**
	Não Circulante		**750.733**	**375.585**

(a) Em dezembro de 2024 foi formalizado o aditivo da Cédula de Credito Bancário emitida pela Copel DIS em favor do Banco do Brasil, com definição da taxa de remuneração em CDI + 1,08% a.a. e com alteração do prazo de vencimento final para junho de 2028.

O custo médio da dívida está divulgado na NE nº 27.3.

16.1. Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

	31.12.2024	%	31.12.2023	%
Moeda nacional - indexadores ao final do período (%)				
CDI	749.873	99,49	741.053	98,71
Sem indexador (taxa fixa anual)	3.831	0,51	9.667	1,29
	753.704	**100,00**	**750.720**	**100,00**

16.2. Vencimentos das parcelas

31.12.2024	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida
2026	1.909	(474)	1.435
2027	375.000	(475)	374.525
2028	375.000	(227)	374.773
Longo prazo	751.909	(1.176)	750.733

16.3. Mutação de empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não circulante	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2023	**6.203**	**751.805**	**758.008**	**758.008**
Ingressos	—	—	—	—
Encargos	112.109	—	112.109	112.109
(-) Custos de Transação	—	(2.633)	(2.633)	(2.633)
Variação monetária e cambial	—	—	—	—
Transferências	373.586	(373.586)	—	—
Amortização - principal	(9.728)	—	(9.728)	(9.728)
Pagamento - encargos	(107.036)	—	(107.036)	(107.036)
Em 31.12.2023	**375.134**	**375.586**	**750.720**	**750.720**
Encargos	99.981	—	99.981	99.981
(-) Custos de Transação	—	(1.661)	(1.661)	(1.661)
Transferências	(376.808)	376.808	—	—
Amortização - principal	(5.818)	—	(5.818)	(5.818)
Pagamento - encargos	(89.518)	—	(89.518)	(89.518)
Em 31.12.2024	**2.971**	**750.733**	**753.704**	**753.704**

16.4. Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato de empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Copel no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar na necessidade de cumprimento de obrigações acessórias, em multas ou até na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2024, todos os indicadores e condições contratuais acordados foram integralmente atendidos.

17. Debêntures

Emissão	Garantia (a)	31.12.2024	31.12.2023
5ª	Fidejussória	678.738	647.092
6ª		1.620.153	1.590.262
7ª		1.397.531	1.535.469
8ª		1.206.459	1.607.404
9ª		2.306.826	-
	Valor bruto	**7.209.707**	**5.380.227**
	(-) Custo de transação	**(95.504)**	**(60.051)**
	Valor líquido	**7.114.203**	**5.320.176**
	Circulante	**908.720**	**569.700**
	Não Circulante	**6.205.483**	**4.750.476**

(a) A Copel é interveniente garantidora de todas as emissões apresentadas no quadro.

O custo médio da dívida está divulgado na NE nº 27.3.

Em 15.05.2024, a Copel DIS efetuou a 9ª emissão de debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, no montante total de R$ 2.250.000, com a Copel como interveniente garantidora. A 1ª série, destinada para reforço de capital de giro; amortização da parcela de principal e/ou resgate da 7ª e 8ª emissões de debêntures, tem vencimento em 15.05.2031 e remuneração de CDI + 0,6%. A 2ª série, destinada para investimentos em expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica, tem vencimento em 15.05.2036 e remuneração de IPCA + 6,2831%.

17.1. Vencimentos das parcelas

31.12.2024	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida
2026	1.575.880	(16.735)	1.559.145
2027	1.075.947	(11.084)	1.064.863
2028	400.000	(7.942)	392.058
2029	454.588	(7.770)	446.818
2030	717.804	(7.791)	710.013
Após 2030	2.056.218	(23.632)	2.032.586
Longo prazo	**6.280.437**	**(74.954)**	**6.205.483**

17.2. Mutação das debêntures

	circulante	não circulante	total
Em 1º.01.2023	**373.634**	**3.642.973**	**4.016.607**
Ingressos	—	1.600.000	1.600.000
(-) Custos de Transação	—	(32.972)	(32.972)
Encargos e variação monetária	595.351	68.938	664.289
Transferências	528.463	(528.463)	—
Amortização - principal	(333.334)	—	(333.334)
Pagamento - encargos	(594.414)	—	(594.414)
Em 31.12.2023	**569.700**	**4.750.476**	**5.320.176**
Ingressos	—	2.250.000	2.250.000
(-) Custos de Transação	—	(55.223)	(55.223)
Encargos e variação monetária	746.875	53.411	800.286
Transferências	793.181	(793.181)	—
Amortização - principal	(550.000)	—	(550.000)
Pagamento - encargos	(651.036)	—	(651.036)
Em 31.12.2024	**908.720**	**6.205.483**	**7.114.203**

17.3. Cláusulas contratuais restritivas - covenants

As debêntures emitidas contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de solicitação de anuência aos debenturistas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2024, todos os indicadores e condições contratuais acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
5ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado	≤ 3,5
6ª Emissão de Debêntures		
7ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,5
8ª Emissão de Debêntures		
9ª Emissão de Debêntures		

(a) Indicador calculado com os valores da demonstração financeira consolidada da Copel

18. Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e plano assistencial para assistência médica e odontológica para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

18.1. Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido – BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Definida – CD na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido – BD.

O Plano IV, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Definida - CD em que a obrigação legal ou construtiva da entidade está limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado deve ser determinado pelo montante de contribuições pagas pela entidade patrocinadora e também pelo empregado, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Em consequência, o risco atuarial (risco de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e o risco de investimento (risco de que os ativos investidos venham a ser insuficientes para cobrir os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

18.2. Plano assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

18.3. Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Planos previdenciários	191	201
Planos assistenciais	785.094	1.008.265
	785.285	**1.008.466**
Circulante	**66.352**	**59.742**
Não circulante	**718.933**	**948.724**

Os valores reconhecidos no resultado (NE n.º 25) estão resumidos a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Empregados		
Planos previdenciários	24.918	29.260
Plano assistencial - pós-emprego	91.465	86.458
Plano assistencial - funcionários ativos	52.364	51.568
	168.747	**167.286**
Administradores		
Planos previdenciários	189	203
Plano assistencial	41	44
	230	**247**
	168.977	**167.533**

18.4. Mutação dos benefícios pós-emprego

	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2023	**51.978**	**657.867**	**709.845**
Apropriação do cálculo atuarial	—	86.458	86.458
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	83.515	—	83.515
Perdas atuariais	—	272.315	272.315
Transferências	67.916	(67.916)	—
Amortizações	(143.667)	—	(143.667)
Em 31.12.2023	**59.742**	**948.724**	**1.008.466**
Apropriação do cálculo atuarial	—	91.465	91.465
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	73.456	—	73.456
Ganhos atuariais	—	(247.774)	(247.774)
Transferências	73.482	(73.482)	—
Amortizações	(140.328)	—	(140.328)
Em 31.12.2024	**66.352**	**718.933**	**785.285**

18.5. Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

18.5.1. Premissas Atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos estão demonstradas a seguir:

	2024		2023	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	3,50%	-	3,00%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	7,66%	11,42%	5,33%	8,49%
Planos Unificado - Saldado	7,40%	11,15%	5,36%	8,52%
Planos III	7,36%	11,12%	5,37%	8,53%
Planos Assistencial	7,44%	11,20%	5,48%	8,64%
Crescimento salarial				
Plano Unificado a.a.	1,00%	4,54%	1,00	4,03%
Plano III a.a.	1,00%	4,54%	1,00%	4,03%
Plano Assintencial - Aging Factor	3,30%	-	3,30%	-
Demográficas				
Tábua de mortalidade	AT - 2000		AT - 2000	
Tábua de mortalidade de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS	
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927		TASA 1927	

18.5.2. Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2024		
Participantes aposentados	12,13	22,17
Participantes pensionistas	13,99	24,67
Em 31.12.2023		
Participantes aposentados	12,73	21,35
Participantes pensionistas	13,99	24,67

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica é, respectivamente, de 68,01 e 68,33 anos.

18.5.3. Avaliação atuarial

O Plano Unificado e o Plano III apresentaram superávit em 31.12.2024. Contudo, pela legislação atual, inexiste direito da Companhia em registrar ativos em seu balanço.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2024	31.12.2023
Obrigações total ou parcialmente cobertas	3.045.854	2.359.062	913.818	6.318.734	7.000.509
Valor justo dos ativos do plano	(3.526.977)	(2.600.307)	(128.725)	(6.256.009)	(6.491.020)
Estado de cobertura do plano	**(481.123)**	**(241.245)**	**785.093**	**62.725**	**509.489**
Ativo não reconhecido	481.123	241.245	—	722.368	498.775
	—	**—**	**785.093**	**785.093**	**1.008.264**

Os ajustes nos passivos assistenciais com base no relatório atuarial estão apresentados na Demonstração de Resultados Abrangentes.

18.5.4. Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2023	**3.426.589**	**2.055.804**	**822.168**
Custo de serviço	14.898	3.837	4.764
Custo dos juros	397.964	235.987	94.405
Benefícios pagos	(298.870)	(157.614)	(35.606)
Perdas atuariais	48.776	146.728	240.679
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2023	**3.589.357**	**2.284.742**	**1.126.410**
Custo de serviço	(1.781)	(18)	5.815
Custo dos juros	292.667	188.083	95.863
Benefícios pagos	(308.503)	(199.771)	(66.862)
(Ganhos) / perdas atuariais	(525.886)	86.026	(247.408)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2024	**3.045.854**	**2.359.062**	**913.818**

18.5.5. Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2023	**3.768.264**	**2.100.145**	**113.091**
Retorno esperado dos ativos	437.729	243.957	12.711
Contribuições e aportes	18.943	5.528	35.606
Benefícios pagos	(298.869)	(157.613)	(35.606)
Ganhos / (perdas) atuariais	112.006	142.784	(7.656)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2023	**4.038.073**	**2.334.801**	**118.146**
Retorno esperado dos ativos	331.699	192.603	10.213
Contribuições e aportes	16.510	1.943	66.862
Benefícios pagos	(308.503)	(199.771)	(66.862)
Ganhos / (perdas) atuariais	(550.802)	270.731	366
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2024	**3.526.977**	**2.600.307**	**128.725**

18.5.6. Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2025 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	(15.185)	(123)	5.686
Custo estimado dos juros	381.300	278.127	100.388
Rendimento esperado do ativo do plano	(382.322)	(278.244)	(14.418)
Custos (receitas)	**(16.207)**	**(240)**	**91.656**

Tendo em vista o superávit atual dos planos previdenciários, a Companhia não registrará as receitas e custos estimados apresentados no quadro acima para o Plano Unificado e Plano III, conforme legislação que não permite redução nas contribuições ou reembolsos à Companhia.

18.5.7. Análise de sensibilidade

A tabela a seguir demonstra o saldo das obrigações e do custo do serviço dos planos previdenciários e assistencial com o impacto de alterações nas premissas atuariais significativas.

	Cenários projetados	
	Aumento 0,5%	Redução 0,5%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo nas obrigações		
Obrigações dos planos previdenciários	5.195.755	5.630.666
Obrigações do plano assistencial	856.095	978.042
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Obrigações do plano assistencial	979.547	854.463
Custo do serviço do plano assistencial	5.903	4.439
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo no custo do serviço		
Custo do serviço dos planos previdenciários	734	1.032
Custo do serviço do plano assistencial	4.467	5.873

18.5.8. Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos nos exercícios fiscais subsequentes, estão apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2025	308.712	202.580	36.011	547.303
2026	314.832	208.576	41.056	564.464
2027	321.291	214.623	46.120	582.034
2027	326.610	220.657	51.657	598.924
2029	331.215	226.686	57.850	615.751
2030 a 2054	7.041.153	6.761.392	3.922.950	17.725.495

18.5.9. Alocação de ativos e estratégia de investimentos

O quadro a seguir apresenta a alocação de ativos para os planos previdenciários e assistencial ao final deste exercício e a meta para o próximo ano.

	Meta para 2025 (*)	2024
Renda fixa	84,3%	80,4%
Renda variável	3,0%	4,8%
Empréstimos	1,3%	1,3%
Investimentos imobiliários	2,4%	3,7%
Investimentos estruturados	7,0%	8,3%
Investimentos no exterior	2,0%	1,5%
	100,0%	**100,0%**

(*) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta para 2025	mínimo	meta para 2025	mínimo
Renda fixa	88,0%	80,0%	81,0%	72,0%
Renda variável	2,0%	0,5%	4,0%	2,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	2,0%
Investimentos imobiliários	2,5%	2,5%	2,0%	1,0%
Investimentos estruturados	7,0%	3,5%	9,0%	7,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	2,0%	1,0%

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

19. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

19.1. Saldos constituídos de P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	31.12.2024	31.12.2023
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	—	4.760	—	4.760	4.323
MME	—	2.380	—	2.380	2.161
P&D	47.218	1.420	39.187	87.825	137.825
	47.218	**8.560**	**39.187**	**94.965**	**144.309**
Programa de eficiência energética - PEE					
Procel	—	4.322	—	4.322	23.613
PEE	137.832	4.654	153.578	296.064	319.518
	137.832	**8.976**	**153.578**	**300.386**	**343.131**
	185.050	**17.536**	**192.765**	**395.351**	**487.440**
			Circulante	**161.074**	**262.444**
			Não circulante	**234.277**	**224.996**

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em programas de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e de eficiência energética.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/COPELDISTRIBUICAO1581076428022025.pdf

Hash:174172767149c173acf5404fcca1c44678e6b993f5

19.2. Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT	MME	Procel	P&D	PEE	Total
Em 1º.01.2023	**3.904**	**1.965**	**11.960**	**157.628**	**332.654**	**508.111**
Constituições	24.402	12.201	12.201	24.403	48.804	122.011
Contrato de desempenho	—	—	—	—	4.420	4.420
Atualização (NE 26)	—	—	(548)	4.423	21.619	25.494
Recolhimentos	(29.784)	(14.906)	—	(8.942)	(16.451)	(70.083)
Transf. para o Ativo - Lei 14.514/2022 (d)	5.801	2.901	—	1.740	—	10.442
Glosas	—	—	—	406	—	406
Conclusões	—	—	—	(41.833)	(71.528)	(113.361)
Em 31.12.2023	**4.323**	**2.161**	**23.613**	**137.825**	**319.518**	**487.440**
Constituições (a)	27.893	13.947	13.947	27.894	55.786	139.467
Contrato de desempenho (b)	—	—	—	—	7.059	7.059
Atualização (NE 26)	—	—	1.495	3.830	16.105	21.430
Transferências	—	—	(4.066)	—	4.066	—
Recolhimentos (c)	(27.456)	(13.728)	(30.667)	(9.951)	(49.116)	(130.918)
Conclusões (e)	—	—	—	(71.773)	(57.354)	(129.127)
Em 31.12.2024	**4.760**	**2.380**	**4.322**	**87.825**	**296.064**	**395.351**
Circulante	**4.760**	**2.380**	**4.322**	**26.772**	**122.840**	**161.074**
Não Circulante				**61.053**	**173.224**	**234.277**

a) O valor correspondente é reconhecido como deduções da receita (NE nº 24.3). Mensalmente, os saldos do Passivo de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, descontado o montante aplicado em projetos. Os gastos realizados com os projetos são registrados na rubrica de serviços em curso até sua finalização.

(b Contratos entre a Copel Distribuição e empresas e instituições interessadas, com o objetivo de redução nos custos de energia, no âmbito do PEE. Os valores recebidos pela distribuidora são reinvestidos em Projetos de Eficiência Energética.

(c) Parte do valor constituído mensalmente, é recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel. Adicionalmente, parte do valor que seria constituído em P&D e PEE, é destinado à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, visando à modicidade tarifária até 2025 (Lei nº 14.120/2021), pelo período de agosto/2020 e até 2025.

(d) A Companhia, em atendimento ao art. 21 da Lei nº 14.514/2022, aplicou para o período de janeiro a junho de 2023, até a derrubada do veto, em 18.07.2023, os percentuais de 0,75% para P&D e 0,25% para PEE. O Ofício Circular nº 0005/2023-SPE/ANEEL, de 08.12.2023 manteve para todo ano de 2023 os percentuais mínimos de 0,5% tanto para P&D quanto para o PEE. Em consequência disso, houveram recolhimentos a maior dos encargos relacionados ao P&D, cujos valores foram compensados em 2024.

(e) Referem-se às baixas de projetos concluídos em contrapartida de serviços em curso.

20. Direito de Uso de Ativos e Passivos de arrendamentos

20.1. Direito de uso de ativos

	Saldo em 1º.01.2023	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2023	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Imóveis	38.833	18.600	(4.488)	(516)	52.430	48.706	(5.082)	(659)	95.396
Veículos	96.060	19.129	(41.352)	—	73.837	45.587	(42.714)	(38.498)	38.212
Equipamentos	7.764	4.069	(8.230)	—	3.603	33.675	(9.807)	—	27.471
	142.657	**41.798**	**(54.070)**	**(516)**	**129.870**	**127.968**	**(57.603)**	**(39.157)**	**161.079**

20.2. Passivos de arrendamentos

20.2.1. Mutação do passivo de arrendamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2023	**48.882**	**100.659**	**149.541**
Adições	7.509	34.289	41.798
Encargos	12.683	—	12.683
Transferências CP x LP	35.591	(35.591)	—
Pagamento - principal	(51.543)	—	(51.543)
Pagamento - encargos	(12.683)	—	(12.683)
Baixas	(356)	(219)	(575)
Em 31.12.2023	**40.083**	**99.138**	**139.221**
Adições	36.862	91.106	127.968
Encargos	18.246	—	18.246
Transferências CP x LP	36.540	(36.540)	—
Pagamento - principal	(54.056)	—	(54.056)
Pagamento - encargos	(18.807)	—	(18.807)
Baixas	(16.909)	(26.427)	(43.336)
Em 31.12.2024	**41.959**	**127.277**	**169.236**

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 15,55% a.a.

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como impressoras e móveis, arredamento de curto prazo, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 25.7).

20.2.2. Vencimentos das parcelas de longo prazo

Ano	Total
2026	40.733
2027	23.193
2028	14.211
2029	2.478
2030	2.543
Após 2030	44.119
Total	**127.277**

20.3. Direito Potencial de PIS e Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	246.981	169.236
PIS/COFINS potencial	22.846	15.654

20.3.1. Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo Leasing	169.236	251.240	48,46%
Direito de uso Líquido	161.079	188.090	16,77%
Despesa Financeira	14.065	20.138	43,18%
Despesa de Depreciação	57.603	66.031	14,63%

Na mensuração e na remensuração do Passivo de arrendamento e do Direito de uso, é utilizada a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Tendo em vista a imprevisibilidade das taxas de juros de longo prazo no cenário econômico brasileiro, a Companhia apresenta no quadro acima os saldos comparativos entre o registrado conforme a norma, e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada.

21. Outras Contas a Pagar

	31.12.2024	31.12.2023
Taxa de iluminação pública arrecadada	75.288	68.253
Pagamentos/devoluções a consumidores	149.432	60.498
Cauções em garantia	13.940	25.177
Outras obrigações	41.094	23.324
	279.754	**177.252**
Circulante	**273.479**	**175.694**
Não circulante	**6.275**	**1.558**

22. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão„descritos na NE nº 3.7, são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

22.1. Mutação das provisões para litígios

	Saldo em 1º.01.2024	Resultado: Adições	Resultado: Reversões	Resultado: Atualização	Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Saldo em 31.12.2024
Fiscais	**20.758**	**9.644**	**(8.219)**	**(2.550)**		**(7.657)**	**11.976**
Trabalhistas	**279.446**	**104.099**	**(55.812)**	**8.853**		**(110.714)**	**225.872**
Benefícios a empregados	**26.122**	**3.314**	**—**	**—**		**(2.417)**	**27.019**
Cíveis							
Cíveis e direito administrativo	143.171	157.687	(42.964)	20.130	—	(133.621)	144.403
Servidões de passagem	16.829	—	—	—	6.378	(1.228)	21.979
Desapropriações e patrimoniais	229	36	(60)	(13)	1.750	(25)	1.917
Consumidores	2.442	160	(198)	(1.365)		(135)	904
Ambientais	4.049	71	(352)	—		—	3.768
	166.720	157.954	(43.574)	18.752	8.128	(135.009)	172.971
Regulatórias	**7.014**	**903**	**(242)**	**211**		**(389)**	**7.497**
Total	**500.060**	**275.914**	**(107.847)**	**25.266**	**8.128**	**(256.186)**	**445.335**

	Saldo em 1º.01.2023	Resultado: Adições	Resultado: Reversões	Resultado: Atualização	Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Saldo em 31.12.2023
Fiscais	**22.850**	**11.431**	**(875)**	**2.409**	**—**	**(15.057)**	**20.758**
Trabalhistas	**392.994**	**65.515**	**(29.879)**	**35.836**	**—**	**(185.020)**	**279.446**
Benefícios a empregados	**21.117**	**8.290**	**(2.711)**	**—**	**—**	**(574)**	**26.122**
Cíveis							
Cíveis e direito administrativo	177.731	55.883	(4.195)	13.132	—	(99.380)	143.171
Servidões de passagem	19.565	—	—	—	(179)	(2.557)	16.829
Desapropriações e patrimoniais	2.987	1.734	(1.085)	(560)	(2.897)	50	229
Consumidores	3.758	319	(858)	(818)	—	41	2.442
Ambientais	4.112	1.069	(883)	(249)	—	—	4.049
	208.153	59.005	(7.021)	11.505	(3.076)	(101.846)	166.720
Regulatórias	**7.744**	**699**	**(2.494)**	**1.354**	**—**	**(289)**	**7.014**
Total	**652.858**	**144.940**	**(42.980)**	**51.104**	**(3.076)**	**(302.786)**	**500.060**

22.2. Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

O quadro a seguir apresenta o detalhamento das provisões para litígios registradas e, adicionalmente, os valores de passivos contingentes, os quais são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, porém sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Natureza / Descrição	Provisões 31.12.2024	Provisões 31.12.2023	Passivo contingente 31.12.2024	Passivo contingente 31.12.2023
a. Fiscais				
IPTU				
Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	—	—	143.274	116.459
Outras				
Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	11.976	20.758	80.704	145.387
Total Fiscais	**11.976**	**20.758**	**223.978**	**261.846**
b. Trabalhistas				
Ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.	225.872	279.446	226.853	178.087
c. Benefícios a empregados				
Ações de reclamatórias trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Companhia contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos na medida em que forem necessários aportes complementares.	27.019	26.122	3.900	4.360
d. Cíveis				
Fumicultores				
Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.	68.123	57.475	16.647	42.373
Cíveis e direito administrativo				
Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	78.015	85.696	178.065	195.953
Servidões de passagem	21.513	16.829	15.107	22.062
Desapropriações e patrimoniais				
As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro em razão de inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras. Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidões e das áreas desapropriadas. As ações de desapropriações e patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse para retomada dos imóveis invadidos por terceiros em propriedades da concessionária.	380	229	747	748
Consumidores				
Ações movidas por consumidores que envolvem indenização de danos pessoais e solicitação da devolução de valores pagos, que supostamente foram indevidos, sobre o consumo de energia elétrica. Atualmente está em fase de instrução.	1.235	2.442	1.197	1.077
Ambientais				
Ações relativas a obrigações legais e compensatórias socioambientais, em razão das atividades de construção ou manutenção de empreendimentos em operação de distribuição de energia elétrica realizados pela Companhia.	3.705	4.049	317	278
Total Cíveis	**172.971**	**166.720**	**212.080**	**262.491**
e. Regulatórias				
ESBR				
A ESBR moveu contra a Aneel a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região. A consequência prática da decisão foi que, ao tempo em que isentou a ESBR, expôs as Distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do PLD no período, onde se inclui a Copel Distribuição. Isso, porque as regras de comercialização de energia elétrica impõem que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual. O risco de perda da ação está classificado como possível. Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.	—	—	1.194.489	1.129.202
Outras				
Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	7.497	7.014	7.000	6.575
Total Regulatórias	**7.497**	**7.014**	**1.201.489**	**1.135.777**
	445.335	**500.060**	**1.868.300**	**1.842.561**

23. Patrimônio Líquido

23.1. Capital social

O capital social integralizado é composto por ações ordinárias, pertencentes à Copel, conforme abaixo:

	31.12.2024	31.12.2023
Capital social integralizado	5.372.206	5.372.206
Número de ações	5.372.205.949	5.372.205.949

23.2. Ajustes de avaliação patrimonial

Passivos atuariais	
Em 1º.01.2023	**15.777**
Benefícios pós-emprego	(272.315)
Tributos sobre os ajustes	92.587
Em 31.12.2023	**(163.951)**
Benefícios pós-emprego	247.774
Tributos sobre os ajustes	(84.243)
Em 31.12.2024	**(420)**

23.3. Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral.

23.4. Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.134.022	569.121
Reserva legal (5%)	(56.701)	(28.456)
	1.077.321	**540.665**
Dividendos propostos		
Juros sobre o capital próprio (JSCP) - valor bruto	415.000	229.800
Dividendo adicional proposto	123.660	—
Dividendos por ação		
Dividendos por ação (em R$)	0,02302	—
Dividendos por ação (em R$) - JSCP	0,07725	0,04281

Em 19.12.2024 o Conselho de Administração da Copel Distribuição aprovou a distribuição de dividendos intermediários e intercalares na forma de Juros sobre Capital Próprio - JSCP, no montante de R$ 415.000, com base no resultado do primeiro semestre de 2024, a serem creditados ao acionista com posição acionária em 20.12.2024, cujo pagamento ocorrerá na mesma data do pagamento dos dividendos aprovados na Assembleia Geral Ordinária que deliberar a destinação do resultado do exercício corrente, a ser realizada até 30.04.2025, e em obediência aos indicadores regulatórios de sustentabilidade financeira do contrato de concessão da Companhia.

Estes valores de JSCP, líquidos dos tributos retidos na fonte, foram imputados ao dividendo obrigatório do exercício de 2024, conforme critérios estabelecidos no Estatuto Social da Companhia.

23.5. Lucro líquido por ação básico diluído

	31.12.2024	31.12.2023
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas	1.134.022	569.121
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações ordinárias	5.372.205.348	5.368.003.208
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas - em reais	0,21109	0,10602

23.6. Plano de Incentivos de Longo Prazo – ILP

Em 22.04.2024 a Assembleia Geral Extraordinária, no âmbito da Controladora, aprovou o "Plano de Outorga de Ações Restritas e de Ações Restritas por Desempenho (performance shares)" que tem por objetivos: (i) alinhar a remuneração da administração e posições-chave da Companhia aos objetivos de longo prazo da Copel; (ii) atrelar parcela da remuneração à geração de valor da Companhia; (iii) fomentar cultura de meritocracia e alta performance na Companhia; e (iv) reter e atrair talentos que agreguem valor à Companhia. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Controladora, assessorado pelo Comitê de Gente e extensível a participantes das Controladas. Os Diretores e Empregados são elegíveis a outorgas tanto de ações restritas quanto ações restritas por desempenho

Outorga de ações restritas

No âmbito do plano da Copel, poderão ser entregues ações restritas em número correspondente a até 0,2% do Capital Social da Controladora. A aquisição dos direitos ocorre após o transcurso de 2 anos contados da data de outorga, observados os termos e condições previstos no plano, programas e contratos específicos. As ações recebidas pelos participantes estão sujeitas a período de restrição, a contar de sua entrega, por um período definido pelo CAD da Controladora. Durante o período de restrição o participante fará jus aos proventos correspondentes as ações, bem como poderá exercer os direitos políticos da ação sem qualquer restrição.

Até 31.12.2024 foram assinadas somente as outorgas de ações restritas detalhadas no quadro a seguir e a despesa reconhecida no resultado do exercício foi de R$ 166.

Ações outorgadas	Valor justo R$ (a)	Aprovação pelo CAD Controladora	Outorga e início do vesting	Aquisição dos direitos (vesting date)	Restrição até	Status
24.847	7,60	Out.2024	02.05.2024	25.10.2025	n/a	Em andamento
24.847	7,34	Out.2024	02.05.2024	25.10.2026	n/a	Em andamento
24.847	7,02	Out.2024	02.05.2024	25.10.2027	n/a	Em andamento

(a) Método de cálculo: Cotação da ação ordinária na data da outorga, ajustada pelos dividendos esperados.

24. Receita Operacional Líquida

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	Receita líquida 31.12.2024	Receita líquida 31.12.2023
Fornecimento de energia elétrica	9.138.598	(729.658)	(1.250.412)	(604.371)	6.554.157	5.663.429
Suprimento de energia elétrica	99.686	(4.763)	—	—	94.923	164.825
Disponibilidade da rede elétrica	11.996.486	(921.631)	(2.072.970)	(2.481.882)	6.520.004	5.468.715
Receita de construção	2.427.298	—	—	—	2.427.298	2.234.539
Valor justo do ativo indenizável da concessão	82.424	—	—	—	82.424	62.166
Resultado dos Ativos e passivos financeiros setoriais	923.725	(85.445)	—	—	838.280	971.203
Outras receitas operacionais	565.696	(52.327)	—	—	513.369	520.830
	25.233.913	**(1.793.823)**	**(3.323.382)**	**(3.086.253)**	**17.030.454**	**15.085.707**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/COPELDISTRIBUICAO1581076428022025.pdf

Hash:174172767149c173acf5404fcca1c44678e6b993f5

24.1. Detalhamento da receita

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecimento de energia elétrica	**7.982.401**	**6.781.115**
Residencial	3.778.272	3.034.459
Industrial	705.332	722.341
Comercial, serviços e outras atividades	1.885.119	1.612.899
Rural	833.499	691.173
Poder público	303.941	241.298
Iluminação pública	195.188	181.555
Serviço público	281.050	297.390
Doações e subvenções	**1.156.197**	**881.629**
Suprimento de energia elétrica	**99.686**	**172.283**
Contratos bilaterais	20.085	20.888
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	79.601	151.395
Disponibilidade da rede elétrica	**11.996.486**	**10.200.538**
Residencial	4.031.222	3.305.194
Industrial	1.296.880	1.069.331
Comercial, serviços e outras atividades	2.227.426	1.883.780
Rural	906.835	779.668
Poder público	338.066	277.885
Iluminação pública	204.238	202.439
Serviço público	242.492	246.560
Consumidores livres	2.585.784	2.295.051
Concessionárias e geradoras	163.543	140.630
Receita de construção	**2.427.298**	**2.234.539**
Valor justo do ativo indenizável da concessão	**82.424**	**62.166**
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	**923.725**	**1.070.196**
Outras receitas operacionais	**565.696**	**575.524**
Arrendamentos e aluguéis	533.760	456.918
Renda da prestação de serviços	5.417	7.119
Outras receitas	26.519	111.487
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**25.233.913**	**21.977.990**
(-) Pis/Pasep e Cofins	(1.793.824)	(1.584.509)
(-) ICMS	(3.323.382)	(2.510.296)
(-) Encargos setoriais (NE 24.3)	(3.086.253)	(2.797.465)
(-) ISS	—	(13)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**17.030.454**	**15.085.707**

Os impactos da receita não faturada de fornecimento de energia e encargos de uso da rede da Copel DIS, contabilizada conforme a prática contábil apresentada na NE nº 3.8, foi de R$ 80.274 no exercício de 2024.

24.2. Reajuste Tarifário Anual - RTA da Copel Distribuição

O reajuste tarifário é previsto no contrato de concessão da distribuidora e visa o reposicionamento das tarifas para cobertura dos custos de energia, encargos, transporte e outros financeiros – Parcela A, bem como a atualização da Parcela B, que é a receita da distribuidora para fazer frente aos custos de operação, manutenção e administração e, ainda, à remuneração do capital investido e quota de reintegração regulatória. O reajuste da Copel Distribuição ocorre em junho de cada ano.

O resultado do RTA de 2024 da Copel Distribuição foi homologado pela Aneel por meio da Resolução Homologatória nº 3.336 de 18.06.2024, autorizando o reajuste médio de 0,0% percebido pelos consumidores (10,5% em junho/2023 pela Resolução Homologatória nº 3.209 de 20.06.2023), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2024. Para os consumidores da alta tensão o reajuste médio ficou em 0,05% e em -0,03% para os da baixa tensão (respectivamente, 8,31% e 11,73% em 2023).

24.3. Encargos Setoriais

	31.12.2024	31.12.2023
CDE Uso (NE 24.3.1)	2.416.817	2.385.577
CDE Energia (NE 24.3.1)	266.512	273.514
Bandeiras tarifárias (NE 24.3.2)	247.021	1.216
P&D e PEE (NE 19.2)	139.467	122.011
Taxa de fiscalização	16.436	15.147
	3.086.253	**2.797.465**

Os encargos setoriais são instituídos em lei e visam possibilitar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Os valores são regulamentados pela Aneel, incluídos na tarifa e recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia, sendo que cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

24.3.1. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A CDE, criada pela Lei nº 10.438/2002 e alterada pela Lei nº 12.783/2013, tem o objetivo de promoção do desenvolvimento energético no território nacional determinado pelo Ministério de Minas e Energia - MME. Uma de suas fontes de recursos é o encargo tarifário atribuído ao consumidor final nos processos tarifários e recolhido periodicamente pela distribuidora. As quotas anuais do encargo para cada distribuidora são definidas pela Aneel por meio das resoluções homologatórias e os montantes são geridos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE em conta específica.

O saldo é composto da seguinte forma:

		31.12.2024	31.12.2023
CDE USO (a)	Cotas (a)	2.310.894	2.201.372
	Conta Covid (b)	103.952	183.444
	Escassez hídrica (c)	1.971	1.725
	Liminares (e)	—	(963)
		2.416.817	**2.385.578**
CDE ENERGIA (b)	Conta Covid (b)	93.468	164.943
	Escassez hídrica (c)	49.661	43.453
	GD - Geração distribuída (d)	123.383	65.118
		266.512	**273.514**
	Total	**2.683.329**	**2.659.091**

(a) CDE Uso: Res. Homologatória nº 3.305/2023 (a partir de janeiro/2024); Res. Homologatória nº 3.175/2023 (abril a dezembro/2023); Res. Homologatória nº 3.165/2022 (janeiro a março/2023).

(b) CDE Uso e Energia - Conta Covid: Despacho nº 939/2021 (junho/2021 a dezembro/2025). Despacho 689/2024 determinou o valor da cota em R$ 17.419 para a 37º a 48º parcela. or determinação da Aneel, Despacho Aneel 3.056 09/10/24, foi interrompido o recolhimento a partir de setembro/2024.

(c) CDE Uso e Energia - Escassez hídrica: Decreto nº 10.939/2022 e Resolução Normativa nº 1.008/2022. Tem o objetivo de devolução do montante de R$ 145.844, recebidos em 2022 para cobertura dos custos adicionais associados à situação de crise hídrica que afetou o país ao longo de 2021, recolhido pelo período de 4 anos a partir de junho/2023. Por determinação da Aneel, Despacho Aneel 3.056 09/10/24, foi interrompido o recolhimento a partir de setembro/2024.

(d) CDE Energia - GD - Geração distribuída: Res. Homologatória nº 3.175/2023 (junho a dezembro/2023) e Res. Homologatória 3.305/2023 (junho/2024 a maio/2025). A partir de junho de 2023, a Copel DIS passou a recolher a CDE Geração Distribuída - GD, no montante mensal de R$ 10.981 a partir de junho/2024 (R$ 9.303 em junho/2023). O subsídio decorre da Lei nº 14.300/2022, que instituiu o Marco Legal da Micro e Minigeração Geração Distribuída – MMGD.

(e) Liminares: diferenças tarifárias, devolvidas a consumidores, de acordo com Despacho Aneel 3.225/2022.

24.3.2. Bandeiras Tarifárias

O sistema de bandeiras tarifárias, instituído pela Resolução Normativa Aneel nº 547/2013 vigente desde 2015, indica a incidência ou não de acréscimo no valor da energia a ser repassado ao consumidor final, em função das condições para geração de energia elétrica. Com a melhora da situação hídrica no país, prevaleceu a aplicação da bandeira verde de maio/2022 a junho/2024. As condições se alteraram em 2024 e, partir de julho, os adicionais sobre a tarifa retornaram variando de bandeira amarela à vermelha - patamar 2.

25. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	31.12.2024	31.12.2023
Custos e despesas não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda (NE 25.1)	(7.308.796)	—	—	—	(7.308.796)	(6.074.752)
Encargos de uso da rede elétrica (NE 25.2)	(2.729.154)	—	—	—	(2.729.154)	(2.715.273)
	(10.037.950)	**—**	**—**	**—**	**(10.037.950)**	**(8.790.025)**
Custos e despesas gerenciáveis						
Pessoal e administradores (NE 25.3)	(480.996)	—	(155.857)	—	(636.853)	(1.174.906)
Planos previdenciário e assistencial (NE 18.3)	(126.878)	—	(42.099)	—	(168.977)	(167.533)
Material	(51.235)	—	(12.257)	—	(63.492)	(74.501)
Serviços de terceiros (NE 25.4)	(554.120)	(2.556)	(162.446)	—	(719.122)	(643.999)
Amortização	(567.470)	—	(24.756)	—	(592.226)	(521.301)
Perdas de créditos, provisões e reversões (NE 25.5)	—	(75.403)	—	(168.067)	(243.469)	(201.084)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (NE 25.7)	(54.136)	(33.831)	1.021	(71.829)	(158.775)	(175.228)
	(1.834.835)	**(111.790)**	**(396.394)**	**(239.896)**	**(2.582.915)**	**(2.958.552)**
Custo de construção (NE 25.6)	**(2.427.298)**	**—**	**—**	**—**	**(2.427.298)**	**(2.234.539)**
	(14.300.083)	**(111.790)**	**(396.394)**	**(239.896)**	**(15.048.163)**	**(13.983.116)**

25.1. Energia elétrica comprada para revenda

	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	4.079.561	3.722.641
Micro e mini geradores e recompra de clientes	1.726.602	1.125.857
Itaipu Binacional	950.389	980.302
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	692.641	328.647
Programa incentivo novas fontes energia alternativa - Proinfa	320.371	355.754
(-) PIS/Pasep e Cofins	(460.768)	(438.449)
	7.308.795	**6.074.752**

25.2. Encargos de uso da rede elétrica

	31.12.2024	31.12.2023
Encargos de uso do sistema	2.249.295	2.199.053
Encargo de energia de reserva - EER	412.331	452.513
Encargos de transporte de Itaipu	270.190	258.520
Encargos dos serviços do sistema - ESS	74.133	79.359
(-) PIS/Pasep e Cofins	(276.795)	(274.172)
	2.729.154	**2.715.273**

25.3. Pessoal e administradores

	31.12.2024	31.12.2023
Pessoal		
Remunerações	331.140	361.857
Encargos sociais	112.714	133.606
Auxílio alimentação e educação	65.963	74.540
Indenização abono sobre férias (a)	—	90.697
Incentivos de longo prazo (NE n.º 23.6)	227	—
Programa de desligamentos voluntários (NE n.º 14.1)	13.343	397.253
	523.386	**1.057.953**
Administradores		
Honorários	1.782	1.649
Encargos sociais	657	462
Outros gastos	71	28
	2.510	**2.139**
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	**110.956**	**114.814**
	636.853	**1.174.906**

(a) Em 2023 foi registrado o valor de R$ 90.697 referente à indenização do segundo terço adicional de férias aprovado em Acordo Coletivo de Trabalho em 19.01.2023.

25.4. Serviços de terceiros

	31.12.2024	31.12.2023
Manutenção do sistema elétrico	326.439	293.861
Comunicação, processamento e transmissão de dados	88.287	75.444
Atendimento a consumidor	85.625	84.433
Manutenção de instalações	72.727	58.968
Leitura e entrega de faturas	60.308	58.734
Consultoria e auditoria	33.962	23.284
Outros serviços	51.774	49.275
	719.122	**643.999**

25.5. Perdas estimadas (reversão de perdas), provisões e reversões

	31.12.2024	31.12.2023
Provisão para litígios	**168.067**	**101.960**
Perdas (reversão de perdas) de créditos esperadas		
De Clientes (NE 6.2)	73.139	99.186
De Outros créditos	2.264	(62)
	75.403	**99.124**
	243.469	**201.084**

25.6. Custo de construção

	31.12.2024	31.12.2023
Material	1.465.718	1.358.716
Serviços de terceiros	748.158	663.041
Pessoal	154.520	168.143
Outros	58.902	44.639
	2.427.298	**2.234.539**

25.7. Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	31.12.2024	31.12.2023
Perdas (Ganhos) na desativação e alienação de bens	57.974	79.962
Taxa de arrecadação	33.831	43.022
Indenizações	29.128	19.220
Tributos	8.227	6.797
Propaganda e publicidade	8.815	8.744
Arrendamentos e aluguéis	9.014	10.720
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	11.786	6.763
	158.776	**175.228**

26. Resultado Financeiro

	31.12.2024	31.12.2023
(+) Receitas financeiras		
Acréscimos moratórios sobre faturas	208.616	193.811
Renda de aplicações financeiras	156.171	84.792
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE 7.1)	44.032	62.796
Atualização monetária ação Pis/Cofins	63.074	47.146
Atualização dos depósitos judiciais	19.273	36.872
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	2.629	17.073
Outras receitas financeiras	45.648	59.174
(-) Pis/Pasep e Cofins sobre receita financeira	(23.412)	(21.720)
	516.031	**479.944**
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	824.196	721.752
Parcelamento de Tributos	32.455	41.130
Juros sobre P&D e PEE (NE 19.2)	21.430	25.494
Juros sobre Passivos de arrendamento (NE 20.3.1)	14.065	12.624
Atualização monetária de Litígios (NE 22.1.1)	25.266	51.104
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	40.616	10.605
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE 7.1)	35.186	4.541
Atualização provisão p/ destinação de créditos de PIS/Cofins (NE 11.3.1)	43.327	58.518
Outras despesas financeiras	5.410	29.278
	1.041.950	**955.046**
Resultado Financeiro	**(525.920)**	**(475.102)**

27. Instrumentos Financeiros

27.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

			31.12.2024		31.12.2023	
	NE nº	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	1.734.522	1.734.522	626.708	626.708
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	3.159	3.159	1.005	1.005
Contas a receber vinculadas à concessão (c)	9	3	2.610.731	2.610.731	1.954.679	1.954.679
			4.348.412	**4.348.412**	**2.582.392**	**2.582.392**
Custo amortizado						
Cauções e depósitos vinculados (a)			9	9	9	9
Clientes (a)	6		3.383.464	3.383.464	3.078.269	3.078.269
Ativos financeiros setoriais (a)	7		—	—	30.946	30.946
			3.383.473	3.383.473	3.109.224	3.109.224
Total dos ativos financeiros			**7.731.885**	**7.731.885**	**5.691.616**	**5.691.616**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Passivos financeiros setoriais (a)	7		1.077.810	1.077.810	503.991	503.991
Programa Especial de Regularização Tributária-Pert	11,2		339.832	297.583	379.724	322.711
Parcelamento ICMS (d)	11		11.961	11.105	41.286	37.777
PIS/COFINS a restituir consumidores	11.3.1		—	—	731.726	731.726
Fornecedores (a)	15		1.792.275	1.792.275	1.605.111	1.605.111
Empréstimos e financiamentos (d)	16		755.353	754.057	760.763	752.020
Debêntures (e)	17		7.209.707	7.032.943	5.380.228	5.345.032
Total dos passivos financeiros			**11.186.938**	**10.965.773**	**9.402.829**	**9.298.368**

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;
Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

27.1.1. Apuração dos valores justos

(a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização;

(b) Para os ativos classificados como nível 1 e nível 2, calculados de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro;

(c) Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 3.4;

(d) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pelo Grupo Copel, CDI + spread de 1,12%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado;

(e) Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 31.12.2024, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

27.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros.

27.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.734.522	626.708
Títulos e valores mobiliários (a)	3.159	1.005
Cauções e depósitos vinculados (a)	9	9
Clientes (b)	3.383.464	3.078.269
Ativos financeiros setoriais (c)	—	30.946
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (d)	2.610.731	1.954.679
	7.731.885	**5.691.616**

(a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.

(b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, estando diretamente relacionado a fatores internos e externos à Copel Distribuição, tais como a execução das ações internas de cobrança, suspensão de fornecimento, desemprego, redução da renda e alta taxa de juros, entre outros.

Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

A Companhia possui carteira extremamente pulverizada, atendendo aproximadamente 5,2 milhões de consumidores, sendo que os grandes clientes são monitorados periodicamente de forma a evitar riscos de crédito.

(c) A Administração considera bastante reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos não recuperados por meio de tarifa.

(d) A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos em infraestrutura não recuperados por meio da tarifa.

27.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias, enquanto que as de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros,

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	NE 16	192	26.825	83.786	957.246	—	1.068.049
Debêntures	NE 17	—	—	1.623.231	4.968.693	4.243.767	10.835.691
Fornecedores		1.683.179	109.096	—	—	—	1.792.275
Pert	Selic	5.604	11.315	52.803	330.143	7.618	407.483
Parcelamento ICMS	Selic	—	2.620	3.065	7.468	—	13.153
Passivos Financeiros Setoriais	Selic	78.712	159.821	763.484	174.342	—	1.176.359
Passivo de arrendamentos	NE 20.2	6.438	12.579	44.412	134.974	148.096	346.499
		1.774.125	**322.256**	**2.570.781**	**6.572.866**	**4.399.481**	**15.639.509**

Conforme divulgado nas NEs nºs 16.4 e 17.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

27.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

27.2.4. Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobrás (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário.

a. Análise de sensibilidade do risco cambial

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da variação cambial do dólar norte-americano sobre seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os 3 próximos anos seguintes. A partir de 2029, repetem-se os indicadores de 2028 até o horizonte da projeção.

saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera o saldo atualizado com a variação da taxa de câmbio – fim de período (R$/US$6,00) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2025 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários "1" e "2", que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco cambial	Risco	Base 31.12.2024	Cenários projetados: Provável	Cenário 1	Cenário 2
Passivos financeiros					
Fornecedores					
Itaipu	Alta do dólar	(162.198)	5.037	(34.253)	(73.543)
		(162.198)	**5.037**	**(34.253)**	**(73.543)**

27.2.5. Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/COPELDISTRIBUICAO1581076428022025.pdf

Hash:174172767149c173acf5404fcca1c44678e6b993f5

a. Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic de 15,00% e IPCA de 5,50%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2025 do Relatório Focus do Bacen de 24.01.2025.

Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2024	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	3.159	466	349	233
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/Selic	9	1	1	1
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	—	—	—	—
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	2.610.731	143.590	107.693	71.795
		2.613.899	**144.057**	**108.043**	**72.029**
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI/Selic	(751.522)	(112.728)	(140.910)	(169.092)
Caixa Econômica Federal	Sem Risco	(3.831)	—	—	—
BNDES	Sem Risco	—	—	—	—
Debêntures	Alta CDI/Selic	(4.038.141)	(605.721)	(757.171)	(908.582)
Debêntures	Alta IPCA	(3.171.566)	(174.436)	(218.045)	(261.654)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(1.077.810)	(161.672)	(202.089)	(242.507)
Parcelamento ICMS	Alta Selic	(11.961)	(1.794)	(2.243)	(2.691)
Pert	Alta Selic	(339.832)	(50.975)	(63.718)	(76.462)
		(9.394.663)	**(1.107.326)**	**(1.384.176)**	**(1.660.988)**

27.2.6. Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis, estima-se que o risco de falta energia em 2025 esteja minimizados.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

27.2.7. Risco quanto aos impactos do GSF

Para o segmento de distribuição, os efeitos do GSF são percebidos nos custos associados às cotas de Itaipu, de Angra, das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013 e das usinas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, de acordo com a Lei 13.203/2015. Trata-se, contudo, de um risco financeiro, uma vez que é garantida a neutralidade das despesas com a compra de energia, por meio de repasse tarifário.

27.2.8. Risco de não manter a concessão de distribuição

O quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel Distribuição impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e indicadores que consideram a duração e a frequência das interrupções do serviço. O descumprimento das condições acarretará na extinção da concessão (cláusula décima oitava, subcláusula primeira), respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório. A Aneel homologou a Resolução Normativa nº 896/2020, consolidada pela Resolução Normativa nº 948/2021, a qual estabelece os indicadores e procedimentos para acompanhamento da eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica a partir do ano de 2021.

a. Indicadores e penalidades

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	no ano base	Aporte de capital(a)
			Limitação de distribuição de dividendos e JCP
			Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
		2 anos consecutivos	Caducidade da concessão
	Indicadores de qualidade	no ano base	Plano de resultados
		2 anos consecutivos ou 3 dos 5 anos civis anteriores	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Caducidade da concessão

(a) Aporte de Capital: em até 180 dias contados do término de cada Exercício Social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

b. Metas definidas para Copel Distribuição a partir do ano de 2021

Considera-se descumprido o critério de eficiência em relação à gestão econômico-financeira quando houver a não conformidade da inequação ou quando o Lajida for inferior à QRR. A apuração dos resultados ocorre ao final de cada ano civil, quando da divulgação anual dos resultados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR.

Ano	Gestão Econômico-Financeira		Indicadores de Qualidade			
	Critério	Realizado (anual)	Limites (anual)		Realizado	
			DEC	FEC	DEC	FEC
2023	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	Atingido	8,69	6,39	7,85	5,20
2024		-	8,36	5,94	7,92	5,35

Dívida Líquida	Dívida Bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. As contas que compõe a Dívida Bruta e Ativos Financeiros estão definidas no Anexo VIII da REN nº 948/2021.
QRR	Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pró rata.
LAJIDA ou EBITDA Recorrente:	Recorrente: refere-se ao Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização.
Indicadores de qualidade	Para os anos de 2022 a 2026, os limites anuais constam na Resolução Autorizativa 10.231/2021.

27.2.9. Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.848/2004 e pelo Decreto nº 5.163/2004, os quais determinam que a aquisição de energia deve ser em volume necessário para o atendimento de 100% do mercado da distribuidora.

A diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado, acrescidos dos montantes de sobrecontratação involuntária reconhecidos pelo regulador.

A Copel Distribuição finalizou o ano com um nível de contratação de 102,5%. Entretanto, considera que possui montantes de "sobrecontratação involuntária" suficientes para acomodar a contratação estimada para o ano. Desta forma, não há previsão de risco de penalização por sobrecontratação.

27.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

Adicionalmente, a Companhia monitora o endividamento em relação ao patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir.

	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	753.704	750.720
Debêntures	7.114.203	5.320.176
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.734.522)	(626.708)
(-) Títulos e valores mobiliários	—	(1.005)
Dívida líquida	**6.133.385**	**5.443.183**
Patrimônio líquido	7.665.583	6.782.865
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,80	0,80

O custo médio da dívida em taxa nominal em 2024 é de 12,57% (12,53% em 2023), o que equivale a 103,44% do CDI (107,53% do CDI em 2023).

28. Transações com Partes Relacionadas

28.1. Saldos com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial, que se referem principalmente, aos contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores.

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante		
Controlador		
Companhia Paranaense de Energia - Copel	904	1.033
Entidade sob controle em comum		
Copel Geração e Transmissão S.A.	4.760	5.967
Copel Comercialização S.A.	162	212
Bela Vista Geração de Energia S.A.	36	49
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	13	17
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	18	24
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	18	24
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.	133	175
Eólicas	962	1.277
	6.102	**7.745**
Outras partes relacionadas		
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	300	626
	7.306	**9.404**
Passivo circulante		
Controlador		
Companhia Paranaense de Energia - Copel	3.308	—
Entidade sob controle em comum		
Copel Geração e Transmissão S.A.	8.174	8.950
Copel Serviços S.A.	—	3.000
	11.482	**11.950**

28.2. Outras transações com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações decorrentes de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

	Ativo		Passivo		Custo / Despesa	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Controlador						
Companhia Paranaense de Energia						
Contrato de Mútuo (a)	—	—	—	—	—	(9.659)
Entidades com influência significativa						
Estado do Paraná						
Programa Energia Solidária (b)	22.928	22.314	—	—	—	—
Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar (c)	—	—	279	332	(2.886)	(2.901)
BNDES - Financiamentos (d)	—	—	—	3.919	(57)	(456)
Entidades sob controle comum						
Energia elétrica comprada para revenda						
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	—	—	5.059	3.150	(45.943)	(40.067)
Bela Vista Geração de Energia S.A.	—	—	185	—	(1.579)	—
Parques eólicos (subsidiárias da Copel GeT)	—	—	2.424	2.751	(22.694)	(20.039)
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE 25.3)	—	—	—	—	(2.510)	(2.900)
Planos previdenciários e assistenciais (NE 18.3)	—	—	—	—	(230)	(247)
Outras partes relacionadas						
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	—	—	61.665	54.284	(5.558)	(4.114)
Planos previdenciários e assistenciais (NE 18.3)	—	—	785.285	1.008.466	—	—
Lactec (e)	—	—	463	280	(663)	(1.172)

a. Contrato de Mútuo assinado com a Controladora em 27.02.2023, anuído pela Aneel conforme Despacho nº 502/2023, com validade de 24 meses e aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios (DI+1,40% a.a.), a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. Foi liberado o montante de R$ 233.000, cujo pagamento ocorreu em 29.06.2023.

b. O Programa Energia Solidária, instituído pela lei estadual nº 20.943/2021, substituindo o Programa Luz Fraterna, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 2.º e 3.º desta lei.

c. O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Copel Distribuição, de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.

d. O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que tem influência significativa sobre a Copel.

e. O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel Distribuição é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.

28.3. Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel à Copel Distribuição na emissão de financiamentos e de debêntures são informados nas NEs nºs 16 e 17..

29. Compromissos

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Contratos de compra e transporte de energia	79.244.637	81.960.731
Aquisição de ativo para obras de distribuição de energia elétrica	2.435.097	1.741.146

30. Seguros

A especificação por modalidade de risco dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2025	661.346
Riscos Nomeados	24.08.2025	184.897
Seguro D&O (a)	28.03.2025	154.808
Garantia Judicial	05.05.2027	11.702
Garantia Judicial	19.12.2025	10.118
Garantia Judicial	30.06.2027	9.455
Garantia Judicial	28.01.2025	9.079
Garantia Judicial	24.01.2027	7.743
Garantia Judicial	10.12.2026	7.521
Garantia Judicial	21.05.2027	7.305

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia do dia 31.12.2024, de R$ 6,1923.

Além dos seguros relacionados, a Companhia contrata outras apólices de seguros com menores valores, tais como seguro de riscos diversos. Adicionalmente, a Copel possui contrato de indenidade, em complemento ao seguro D&O. Os seguros de garantia contratados pela Companhia possuem como avalista a Copel.

31. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

31.1. Transações que não envolvem caixa

Apólice	31.12.2024	31.12.2023
Adições dos ativos de contrato (a)	173.709	171.678
Adições de direito de uso de ativos (b)	127.968	41.798
	301.677	**213.476**

(a) Correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.
(b) Reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamento - NE nº 20.2.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025.

MARCO ANTÔNIO VILLELA DE ABREU
Diretor Geral
Copel Distribuição S.A.

FELIPE GUTTERRES RAMELLA
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Copel Distribuição S.A.

JÚLIO SHIGEAKI OMORI
Diretor Comercial
Copel Distribuição S.A.

YURI MÜLLER LEDRA
Diretor Jurídico e de Compliance
Copel Distribuição S.A.

KARINE MATSUNAGA LOPES TORRES
Diretor de Operação e Manutenção
Copel Distribuição S.A.

NIVIA MARA LUBAS
Contadora CRC-PR-034835/O-4
Copel Distribuição S.A.

Em atendimento à Resolução Normativa nº 933 de 18.05.2021 da Aneel, informamos que as Demonstrações Financeiras Societárias estarãodisponíveis no site da Copel https://ri.copel.com, a partir de 27.02.2025 e as Demonstrações Contábeis Regulatórias até 30.04.2025.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Proposta de Orçamento de Capital

Em conformidade com a Instrução CVM nº 80/2022, o quadro abaixo demonstra a proposta de orçamento de capital para o ano de 2025, aprovada na 256ª reunião ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia, realizada em 06.11.2024, para posterior deliberação da Assembleia Geral em abril de 2025.

Programa de Investimentos	R$ Mil
Distribuição (a)	2.501.873
TOTAL	**2.501.873**

(a) Inclui Programa "Transformação" composto pelos projetos Paraná Trifásico, Rede Elétrica Inteligente e Confiabilidade Total.

Fontes de Recursos	R$ Mil
Recursos de Terceiros	1.963.212
Retenção de Lucros	538.661
TOTAL	**2.501.873**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício 2024, e as correspondentes notas explicativas, bem como a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2024 e a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2025. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a Administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sem ressalvas, e o Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário de 2024, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, bem como a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2024, e o Orçamento de Capital para o exercício de 2025, deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2025, estão em condições de ser encaminhados à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente
FRANCISCO OLINTO VELO SCHMITT
FILIPE BORDALO DI LUCCIO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/COPELDISTRIBUICAO1581076428022025.pdf

Hash:174172767149c173acf5404fcca1c44678e6b993f5

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE **AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

1. Apresentação e Informações Gerais

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida reeleição. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

I. ter a maioria de membros independentes nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;

II. no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente;

III. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;

IV. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;

V. o Coordenador do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração;

VI. o prazo máximo para exercício do cargo é de 10 anos; e

VII. é vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

As características, composição, funcionamento e competências do órgão são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do CAE estão auditoria, supervisão e fiscalização e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia, zelando pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

O Comitê é responsável pela emissão de relatório anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, doze vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver outras, extraordinárias, sempre que necessário.

O CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades, desenvolvido com apoio de consultoria externa, sendo a Ernst & Young – EY responsável pelo apoio ao processo da última revisão do documento. No plano de trabalho do Comitê são consideradas a legislação vigente, nacional e internacional, regulamentação aplicável à Companhia, Estatuto Social, Regimento Interno do órgão, normativas internas e boas práticas de mercado.

A estrutura do Plano de Trabalho do CAE em 2024, contemplou as atribuições do órgão e trouxe o cronograma detalhado de reuniões, contendo os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio a cada tema; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Sarbanes-Oxley - SOX 301/407, à Instrução CVM 80/2022, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2024 abordou 16 temas principais, somando 98 pautas específicas, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões ao longo do ano.

A auditoria independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas).

Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se as mesmas refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela PwC, uma vez que essas estão sujeitas à lei americana Sarbanes-Oxley – SOx.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. Histórico da Composição do Comitê

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei Sarbanes-Oxley – SOX, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Copel, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros.

Já em 10.07.2023, foi aprovada a reforma estatutária pela 207ª AGE, mantendo a composição do CAE, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência da legislação aplicável; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; (v) que o Coordenador do Comitê fosse membro do Conselho de Administração; (vi) o prazo máximo para exercício do fosse de 10 anos; e (vii) ficasse vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

Em 2024, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2023/2025: Carlos Biedermann (como Coordenador e especialista financeiro), Pedro Franco Sales (eleito como membro na 250ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, para completar o mandato 2023/2025) e Luiz Cláudio Maia Vieira (como membro externo), todos membros independentes, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela Securities and Exchange Commission - SEC e pela New York Stock Exchange - NYSE.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do CAE, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49.438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. Resumo das Atividades em 2024

3.1. Reuniões Realizadas e Principais Características

As pautas das reuniões realizadas em 2024 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano: apreciação de informações contábeis; auditoria independente; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; debriefing; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 13 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, as quais contemplaram 118 pautas, envolvendo os membros da Diretoria da Companhia, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

Pautas por Temas:

O resumo do alcance das pautas tratadas pelo CAE da Copel em 2024 pode ser observado no gráfico abaixo:

3.2. Auditoria Independente

No decorrer de 2024, foram contempladas, em reuniões do CAE, 8 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente para o Formulário 20-F; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2024; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2024.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensalmente são monitoradas, pelo Comitê, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. Demonstrações Contábeis e Relatório da Administração

No decorrer de 2024, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração foram apreciados pelo CAE, totalizando 16 pautas, nas quais foram tratadas a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2024; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2023 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em fevereiro de 2025, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2024, no Relatório Anual 2024, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. Auditoria Interna

No decorrer de 2024, foram tratadas 11 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINT 2023; Plano de Trabalho da Auditoria Interna – PAINT 2024; contratação de serviços de consultoria para apoio à Auditoria Interna e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei Sarbanes-Oxley - SOx.

Na 301ª Reunião, de 10.06.2024, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel. Adicionalmente, a Fundação Copel apresentou informações na 302ª Reunião, de 09.07.2024 e na 305ª Reunião, de 08.10.2024.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. Sistemas de Controles Internos

No decorrer de 2024, foram tratadas 6 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela PwC, desses Controles Internos. Na 300ª Reunião, de 07.05.2024, houve a deliberação acerca da revisão da materialidade utilizada pela Administração da Companhia para o estabelecimento de processos corporativos para a análise, revisão e atualização da documentação sobre riscos e controles internos, em atendimento à Sarbanes-Oxley.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do Internal Control - Integrated Framework, definido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), e com a Lei Sarbanes-Oxley - SOx. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O CAE também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do órgão, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. Ouvidoria e Canal de Denúncias

No decorrer de 2024, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 6 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal, quando necessário.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela diretoria responsável pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo CAE as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. Gestão e Monitoramento de Riscos

No decorrer de 2024, foram tratadas 12 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos e a revisão dos riscos estratégicos corporativos e das subsidiárias integrais.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, analisa mensalmente, em pauta específica, um risco estratégico da Companhia. Como exemplo, em 2024 alguns dos riscos analisados em agenda específica foram Proteção de Dados – LGPD, Regulatório, Cibersegurança, Barragens, Inteligência Artificial, Mudanças Climáticas e Comercialização de Energia.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. Transações com Partes Relacionadas

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, trimestralmente ou por ocorrência, em conjunto com a administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas em conformidade com a política de transação com partes relacionadas e a política de gestão de riscos."

No decorrer de 2024, foram tratadas 6 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE.

Mensalmente são monitoradas pelo órgão as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. Outras Atividades

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; debriefing; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2024, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado.

4. Comunicações do Comitê de Auditoria Estatutário

4.1. Conselho de Administração

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. Alta Administração - Diretoria Executiva e Superintendentes

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre das Superintendências, por meio de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. Recomendações à Diretoria Executiva

- **Mudanças climáticas**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Diretoria de Governança, Risco e Compliance que os planos de ações referentes às mudanças climáticas que se mantenham atualizados para fazer frente à severidade dos eventos climáticos atuais e os possíveis impactos desses eventos nos negócios da Companhia, e apresentados ao Conselho de Administração da Companhia.

- **Cibersegurança**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à auditoria interna da Companhia a inclusão no planejamento das atividades de previsão para criação de teste automatizado para o tema Cibersegurança.

Adicionalmente, por ocasião da apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria interna, os membros do CAE solicitaram detalhamento dos planos de ações referente ao risco de Cibersegurança para a então Diretoria de Gestão Empresarial. O tema atualmente está sob responsabilidade da Vice-Presidência de Estratégia, Novos Negócios e Transformação Digital.

- **Monitoramento de Barragens**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à subsidiária integral Copel Geração e Transmissão S.A. que se mantenham atualizadas as ações acerca do monitoramento e segurança de barragens, tendo em vista à severidade dos eventos climáticos atuais e os possíveis impactos desses eventos nos negócios da Companhia.

- **Contratação de serviços de apoio à Auditoria Interna, Controles Internos, Consultoria Contábil e Laudo Atuarial**

O Comitê de Auditoria Estatutário participou do processo de contratação de prestação de serviços para apoiar à Companhia no âmbito da Auditoria Interna, Controles Internos, Consultoria Contábil e emissão de Laudo Atuarial. De acordo com suas atribuições regimentais, o CAE realizou entrevistas técnicas com as empresas concorrentes e emitiu recomendações à administração no âmbito do processo de contratação.

- **Divulgação de informações financeiramente materiais de Sustentabilidade nas Demonstrações Financeiras – IFRS S1 e S2**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à administração da Companhia diagnóstico dos procedimentos executados no projeto para divulgação dos temas financeiramente materiais de Sustentabilidade nas Demonstrações Financeiras da Copel (IFRS S1 e S2).

- **Solicitação de informações sobre contratos de auditoria firmados pela Administração**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Auditoria Interna detalhamento dos contratos celebrados pela Companhia junto à firmas de auditoria. No detalhamento, foram observadas informações históricas no período de 2016 a 2023, decorrentes de procedimentos licitatórios. O CAE apresentou suas considerações e recomendações à administração, considerando a nova natureza jurídica da Companhia.

- **Plano Anual de Trabalho da Auditoria Independente**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário analisaram o Plano Anual de Trabalho da Auditoria Independente, apresentado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC).

Em dezembro de 2023 foi autorizada a substituição da auditoria independente para a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), que iniciou suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais ("ITRs") do primeiro trimestre do exercício de 2024.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento das deficiências apontadas pela auditoria externa e recomendações sinalizadas pela auditoria interna e pelas áreas de controles internos e compliance, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

6. Conclusões e Recomendação ao Conselho de Administração

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2024, no Relatório Anual 2024, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2025.

CARLOS BIEDERMANN
Coordenador e Especialista Financeiro

PEDRO FRANCO SALES
Membro

LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA
Membro Externo

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Distribuição S.A. – Copel DIS, companhia aberta, categoria B, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.368.898/0001-06, para fins do disposto na Instrução CVM nº 80/2022, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Pricewaterhouse-Coopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Copel DIS do exercício findo em 31.12.2024; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Copel DIS, relativas ao exercício findo em 31.12.2024.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025

(assinado eletronicamente)
Marco Antônio Villela de Abreu
Diretor Geral
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)
Júlio Shigeaki Omori
Diretor Comercial
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)
Karine Matsunaga Lopes Torres
Diretora de Operação e Manutenção
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)
Felipe Gutterres Ramella
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)
Yuri Müller Ledra
Diretor Jurídico e de Compliance
Copel Distribuição S.A.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/COPELDISTRIBUICAO1581076428022025.pdf

Hash:174172767149c173acf5404fcca1c44678e6b993f5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Copel Distribuição S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Distribuição S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para litígios e passivos contingentes (Notas 3.7 e 22)

Porque é um PAA

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, regulatória, tributária e trabalhista, para os quais a administração registra uma provisão no balanço patrimonial, nos casos em que considera que perdas são prováveis, e divulga os montantes daqueles processos cujas expectativas de perda foram avaliadas como risco possível. As estimativas de perdas dos processos em andamento, envolvem julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, que dependem de eventos futuros que não estão sob o controle da administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode apresentar desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos. Além disso, mudanças nas jurisprudências também podem trazer alterações nas estimativas da administração.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos e dos julgamentos adotados pela administração da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração, relacionados com a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e dos passivos contingentes.
- Com o apoio de nossos especialistas, para selecionadas causas mais significativas, avaliaçãosavaliação da razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências, quando aplicável.
- Obtenção das confirmações diretamente de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e quantificação dos montantes estimados como perda possível e provável.
- Análise das movimentações da conta de provisão para litígios e contingências durante o exercício, a fim de identificar a movimentação das principais causas.
- Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os julgamentos e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para litígios, bem como as divulgações efetuadas sobre os passivos contingentes, são consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos.

A Reconhecimento de receita de energia fornecida e disponibilizada mas não faturada (Notas 3.8, 6 e 24)

Porque é um PAA

A receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica é reconhecida mensalmente com base na energia medida e efetivamente faturada. A Companhia realiza a leitura do consumo de seus clientes com base em uma rotina que depende da calendarização e da rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor com base no último faturamento e/ou considerando a energia contratada e sazonalidade no mês, que, em 31 de dezembro de 2024. totalizava R$ 933.929 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinado com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como o volume de consumo de energia de fornecimento e de disponibilidade registrados no mês, bem como os métodos e premissas utilizados para estimar as receitas não faturadas.

Devido à complexidade dos dados e premissas utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na mensuração da receita não faturada, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros aspectos, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante das receitas de fornecimento e da disponibilidade de energia, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

- Em relação aos testes de transações da receita, para uma amostra selecionada, comparamos os valores reconhecidos com a documentação suporte, recalculamos a precisão matemática da receita reconhecida e verificamos o seu recebimento subsequente.
- Avaliamos a adequação e consistência do método utilizado pela administração, e comparamos a receita real subsequente com as estimativas históricas da Administração.
- Avaliação das principais premissas e dos dados utilizados na determinação da estimativa de receita não faturada, considerando a capacidade da Administração de estimar a receita não faturada com precisão.
- Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa da receita não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do período anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria, com data de 29 de fevereiro de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/COPELDISTRIBUICAO1581076428022025.pdf
Hash:174172767149c173acf5404fcca1c44678e6b993f5